

Economia & Finanças

Ano 11 N.º 574 Sexta-feira, 6 de Setembro de 2019 Kz 100
 DIRECTOR Agostinho Chitata DIRECTOR-ADJUNTO Mateus Cavumbo
 SITE: www.jornaldeeconomia.sapo.ao E-MAIL: redacaoeconomia@gmail.com

Câmbio Spot	5/SET
USD/AKZ	361,724
EUR/AKZ	399,814
ZAR/AKZ	24,416
EUR/USD	1,1063
GBP/USD	1,2333
USD/IPY	106,6300
USD/ZAR	14,8160



DIREITO DO CONSUMIDOR

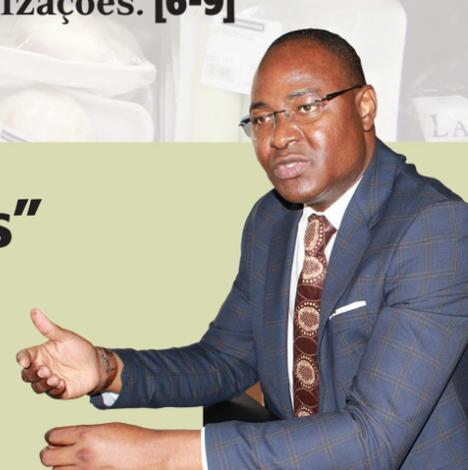
Ajuste de preços só até 10 por cento

A Associação Angolana de Defesa do Consumidor entende que todos os agentes económicos que deixam de observar este pressuposto violam o interesse do consumidor e incorrem em multas e outras penalizações. [6-9]

ENTREVISTA COM LOURENÇO TEXE

“Defendemos revisões graduais”

Sobre a subida dos preços dos serviços de televisão por satélite das plataformas ZAP e DSTV, no mês de Fevereiro, a AADIC apresentou uma reclamação, onde elencava a sua posição junto da entidade reguladora - o INACOM, por ter participado de um encontro preliminar, no qual se tinha acordado que haveria sim subida, mas tal só seria feita de forma gradual e em percentagem não superior aos 10 por cento. Não foi isso que se verificou. [10-11]

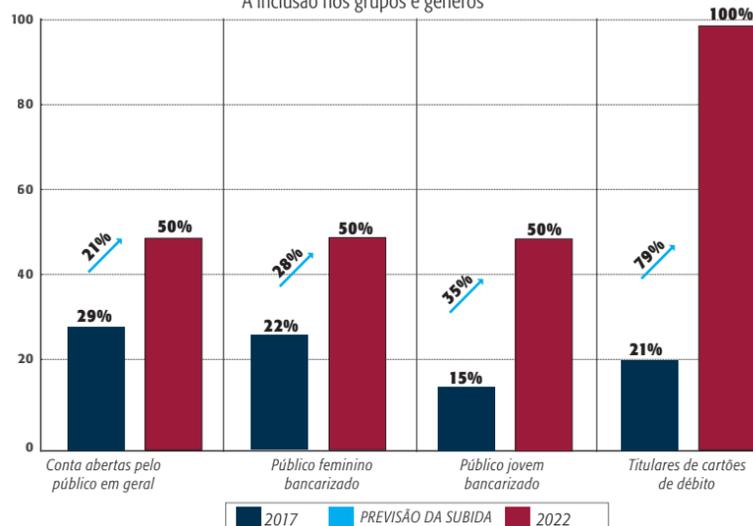
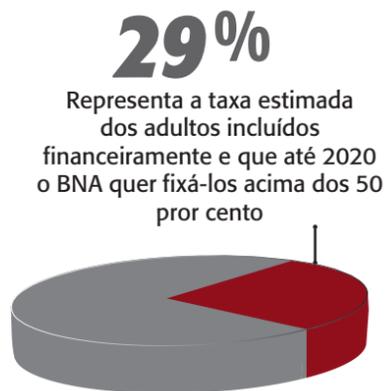


INCLUSÃO FINANCEIRA 2017-2022

Banca apronta-se para as metas

NÍVEIS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

ONDE SE PRETENDE CHEGAR
 A inclusão nos grupos e géneros



GRANDES NÚMEROS



DESEMPENHO
 Economia contraiu no I trimestre deste ano 0,4 por cento. [32]



EM AGOSTO
 Negócios da Bodiva mobilizam kz 64,7 mil milhões. [14]



MADAGÁSCAR
 Africa Finance Corporation admite 22º membro. [26]

SUPERMERCADOS
 Revista às compras de clientes persiste [17]

CÁLCULO DE PREÇO
 Comércio revê métodos

O método de cálculo dos preços nas importações de bens e serviços deverá nos próximos tempos obedecer a novas referências. [18]

“O MEU NEGÓCIO”
 Empreendedor muda jardins

Há dois anos, a “Cubanfree”, de Roberto Rodrigues, começou a investir na reabilitação de 4,38 hectares, no Kilamba. [20]

LUANDA - BENGUELA
 Estrada N100 fica pronta em Novembro

Ministério do Urbanismo e Construção assegura prazos. [25]

TECNOLOGIAS
 Tesla vende 27,03% e lidera ranking

Foi divulgada a lista das 100 firmas mais inovadoras. [28]

EDITORIAL

O início da safra...

Dentro de poucos dias inicia a campanha agrícola, também chamado de “Ano Agrícola” 2019/2020. Oxalá até à data das colheitas, os principais eixos rodoviários do país estejam operacionais para que a produção seja escoada para os grandes centros de consumo. Há boas indicações...

O eixo Luanda/Cuanza Sul/Benguela é um bom exemplo. Faltam apenas pequenos troços. O cenário também é idêntico no eixo Luanda/Alto Dondo/Quibala/Huambo. Auguramos que o que falta seja reabilitado o quanto antes. Estes sinais nos dão indicações de que o já “crónico” problema de falta de escoamento, da produção colhida pelos pequenos (agricultura familiar), médios e grandes produtores (fazendeiros) poderá, num futuro breve ser ultrapassado.

Como não poderia deixar de ser, são louváveis as medidas que têm vindo a ser implementadas pelo Governo para a melhoria do ambiente de negócios no país, mas que em muitos casos ainda encontram resistência de muitos executores. Das medidas, destacamos o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), projecto do Governo que os bancos comerciais que operam no mercado já abraçaram.

Dá uma coceira por trás da orelha, quando ouvimos falar que Angola gasta largos milhões de dólares anualmente para comprar alimentos. É que o nosso país tem tudo para não importar mais nada! Tudo vem do campo. Temos terras aráveis, bacias hídricas para irrigação, clima satisfatório para podermos arrancar com uma produção em grande escala.

Fonte do Ministério da Economia e Planeamento indica que pelo menos 12 milhões de dólares norte-americanos foram gastos pelo Governo angolano na importação de arroz, entre Janeiro e Junho deste ano. A fonte informou que o Governo gastou uma média mensal de dois milhões de dólares, com a compra de quatro mil toneladas desse cereal/mês. Nada mais sensato que não seja, apostar seriamente na produção nacional, para que se crie riqueza, mas como também, diminuir a pressão sobre as já “parcas” divisas. Precisamos apostar mais e melhor no campo. A agricultura e a pecuária devem ser prioridade absoluta. É desolador ouvir o clamor dos “homens da enxada”. É preocupante nesta fase difícil, existir comida a apodrecer no campo, quando existem regiões do país onde morre-se de fome.

A falta de uma cadeia estruturada de logística tem, igualmente, contribuído para a deterioração dos alimentos produzidos no interior do país. Há relatos que, por exemplo, existem regiões na província do Moxico que produzem arroz em grande escala, mas que a produção se estraga, por falta de escoamento. Esta é uma situação que dá mesmo uma coceira atrás da orelha... Não se justifica!

Sabemos que a província é quase atravessada pelo Caminho-de-ferro de Benguela (CFB), um gigante que poderia ajudar a transportar praticamente tudo o que a província mais a Leste do país tem, para não só alimentar as outras áreas do país que passam por várias dificuldades, como também exportar. O gigante CFB está praticamente adormecido!

A província mais a Leste do país, com a ajuda do Ministério da Agricultura e Florestas preparam-se, para dentro de alguns dias realizarem um evento que vai discutir a problemática da produção do arroz. É um sinal louvável e encorajador, já que daí poderão sair intenções e propostas de como as coisas devem andar. Antevemos que daí sairão directrizes, de como o país poderá vir a diminuir a importação do arroz que faz parte da cesta básica.



A FALTA DE UMA CADEIA ESTRUTURADA DE LOGÍSTICA TEM CONTRIBUÍDO PARA A DETERIORAÇÃO DOS ALIMENTOS

Regime ideal para tributação

EDIÇÕES NOVEMBRO

Estamos a sensivelmente a 24 dias para a data efectiva da entrada em vigor do IVA, 1 de Outubro do presente ano. Entretanto, a escolha do regime ideal em sede de tributação do IVA, representa ainda um ponto de incógnita para a maioria dos contribuintes.

Todavia, o Governo angolano ao desenvolver o processo de implementação do IVA, teve em atenção a natureza híbrida e incipiente do nível de maturidade organizacional do tecido empresarial nacional. No entanto, para mitigar eventuais externalidades e promover a catalisação do processo de organização nas empresas, foi adoptado o gradualismo na instrumentalização dos regimes em sede de tributação do IVA. Nesta senda, a partir de 1 de Outubro, vigorará o Regime Geral, Transitório e o Regime de “Não Sujeição”. Posteriormente, a 1 de Janeiro de 2021, entrará em vigor o Regime de Caixa.

Para os contribuintes registados na repartição fiscal dos grandes contribuintes, o Regime Geral é uma certeza, a julgar pelo cadastro oficioso feito pela AGT a estes contribuintes. Mormente esta realidade, os contribuintes que não estão registados na repartição fiscal dos grandes contribuinte, podem aderir voluntariamente ao Regime Geral de tributação do IVA, desde que cumpram com as condições de exigibilidade do respectivo regime, dentre os quais destacam-se a obrigatoriedade de ter uma contabilidade organizada, emissão de facturas de acordo com os pressupostos normativos regidos pelo “Regime Jurídico das Facturas e Documentos e Equivalentes”, possui meios para submissão electrónica de dados e, não possuir dívida fiscal ou aduaneira.

O regime geral apresenta como principais vantagens ao contribuinte, a capacidade de dedução do imposto suportado na aquisição de bens e serviços, assim como, a possibilidade de incidência da taxa de IVA nas facturas a serem emitidas aos clientes. Outra valência que este regime agrega, são os pressupostos inerentes ao crédito fiscal e ao reembolso a favor do contribuinte. A principal desvantagem estará no esforço de tesouraria para o pagamento do imposto, no prazo de trinta dias após a emissão das facturas para os clientes, ou seja, independentemente do cliente efectuar o pagamento das facturas que incidiu a taxa de IVA, o sujeito passivo, precisará efectuar a liquidação do imposto junto dos canais disponíveis pela AGT para este efeito. Esta situação, pode efectivamente, antever um problema de liquidez para as empresas, não obstante, as defasagens existentes entre os prazos médios de pagamento e prazos médios de recebimento.

As empresas com volume de facturação anual superior usd 250.000 (Duzentos e cinquenta mil dólares) e não dispõem de condições exigíveis para regime geral, podem aderir o regime transitório, este regime tem apenas duração de dois anos, deixará de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2021. Porém, neste regime a natureza da tributação é simplificada e, apresenta poucas obrigações cumulativas do ponto de vista organizacional. Entretanto, relativamente às desvantagens, destacam-se a impossibilidade de incidir a taxa do IVA nas facturas emitidas



Félix Inácio

Economista



A EXEQUIBILIDADE DA GESTÃO DA CARGA FISCAL DAS EMPRESAS DEPENDERÁ, EFECTIVAMENTE, DA ESCOLHA DO MELHOR REGIME DE TRIBUTAÇÃO QUE SE ADECUE À SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

a clientes. Outrossim, no apuramento do imposto para pagar ao Estado, apenas deduz 4 por cento do IVA suportado nas facturas dos fornecedores e, liquida apenas 3 sobre os recebimentos efectivos. Devido à sua natureza simplificada na tributação, não apresenta situações que concorrem para o crédito fiscal nem para reembolso a favor do contribuinte.

Relativamente as empresas, cujo volume de facturação anual é inferior a usd 250.000, (Duzentos e cinquenta mil dólares), podem aderir ao regime de “Não Sujeição”, sendo que neste regime não incide a taxa de IVA nas facturas a serem emitidas aos clientes, concomitantemente, não existem pagamentos de IVA ao Estado. No entanto, a vantagem deste regime, recai sobre o benefício fiscal de 10 por cento do IVA suportado na aquisição de bens e serviços, em sede tributação de imposto sobre rendimento.

Portanto, a exequibilidade da gestão da carga fiscal das empresas dependerá, efectivamente, da escolha do melhor regime de tributação que se adecue à sua estrutura organizacional. A necessidade de promoção de rupturas no modelo de gestão das empresas, reflectirá qualitativamente na melhoria da informação financeira que serve de suporte para o apuramento da matéria colectável em sede de tributação do IVA.

Reinventar produtos e serviços

Os subsídios são para acudir aos mais necessitados e miseráveis, e não para também favorecer os já ricos ou abastados, como acontece aqui. Os subsídios referem-se a um plano de emergência, e estratégia económica e social de sobrevivência, cuja presença por largos anos, num dadoramo de actividade económica, prejudica a sustentabilidade económica dos países. Estes que precisam de empresas públicas que sejam investidoras e lucrativas. Aqui, os subsídios, também têm ajudado a aumentar as assimetrias socioeconómicas, tornando o pobre mais pobre, e o rico mais rico. Os custos dos combustíveis e da água (à guisa de exemplo) para o pobre ou empregado que ganha uma miséria, são iguais ao do abastado. Este que, como se não bastasse, consome mais combustível, mais electricidade e mais água. Daí, advogar que, o nosso Governo tem colocado recorrentemente, dinheiro nos bolsos de quem menos precisa!

A par da recente subida do preço da electricidade, as tarifas da água e dos combustíveis, ao que parece, brevemente também conhecerão mudanças. Paradigma este, que vai tornar (num curto prazo), os pobres, mais pobres, e o custo de produção das empresas mais elevado, influenciando a subida de preços dos seus produtos e serviços. Assim, espera-se ansiosamente que, até ao médio prazo, esta tendência negativa para o bolso das famílias e das empresas, venha a recuar, caso a inter-relação entre as várias medidas macroeconómicas agora aplicadas, se mostrem produtoras e sustentáveis.

No dizer do novo tarifário, os custos de electricidade na categoria doméstica monofásica, aonde estão grande parte dos consumidores a nível do país, subiu 67 por cento (passou dos 6,53 para os kz 10,89 por cada quilowatt); Na categoria industrial, houve uma subida de 82 por cento (dos 7,05 para os kz 12,83/quilowatt); Já na categoria trifásica, para o sector do comércio e serviços, registou-se um acréscimo de 6 por cento (antes, cada quilowatt custava kz 14, agora passa para kz 14,74/quilowatt); ao passo que, as residências com alto grau de consumo,



Andrade A. Ambrósio

Tec. Super. Gestão & Analista Económico

aderem à electricidade trifásica, que antes pagavam por quilowatt, kz 7,05 agora passam a desembolsar por cada quilowatt, kz 14,74, registando deste modo, uma subida de 109 por cento.

Não está em causa a diminuição ou retirada de subsídios à nossa economia (uma vez que, são uma forma camuflada de o Estado interferir directamente na economia. Algo de que, pouco se precisa, para que a nossa economia saia do marasmo em que se encontra e brilhe). Mas, olhando sobretudo, para o bolso das famílias, poderemos nos questionar da subida percentual do quilowatt por cada categoria de consumo.

Contudo, entendo que, devemos nos acautelar e analisar a eficácia das outras medidas tendentes a minimizar as consequências disso. Precisamos também ponderar melhor as medidas sociais que possam salvaguardar os mais necessitados, sem antes perder de vista, a necessidade de aprimorarmos a forma de acareação ou identificação daqueles que, de facto carecem de subsídios ou protecção económica e social do Estado.

Conclui-se então que o Executivo, apercebendo-se que está atrasado demais, decidiu correr!

As percentagens das subidas por cada categoria de consumo de electricidade, e os outros tarifários que se avizinham, espelham isso mesmo. Por conseguinte, se por um lado, o Executivo pede a intervenção dos cidadãos para tapar o buraco causado pela crise económica e pelos erros na gestão das finanças públicas, daí cada família abrir mais um furo no seu cinto. Do outro lado, a Ende, ciente das suas limitações, e face a alguns serviços ainda mal prestados por si, quer melhorar. É assim que primeiro, insta os clientes a pagarem um preço acima do habitual (alto), para depois, eventualmente proceder ao fornecimento da electricidade de qualidade. Este é uma das consequências do monopolismo e da falta de opção de escolha do consumidor. É que, nas relações comerciais, o comum e justo é, quem quer vender deve proporcionar ao cliente, à partida, produtos ou serviços convincentes. Logo, são as receitas daí obtidas, que servirão para reinventar e melhorar estes mesmos produtos ou serviços.

NAS RELAÇÕES
COMERCIAIS,
O COMUM E JUSTO
É, QUEM QUER
VENDER DEVE
PROPORCIONAR
AO CLIENTE,
À PARTIDA,
PRODUTOS
OU SERVIÇOS
CONVINCENTES

FICHA TÉCNICA

Economia
& Finanças

Director: Agostinho Chitata

Director-adjunto: Mateus Cavumbo

Secretário de Redacção: Carlos Cardoso

Redacção: Isaque Lourenço (editor), Adérito Veloso, Ismael Botelho, Pedro Peterson e Armando Estrela (subeditores), António Eugénio, André Sibi, Manuel Barros, Regina Handa, Vânia Inácio, Yola do Carmo e Xavier António (repórteres)

Departamento de Paginação: Irineu Caldeira (Chefe), Adilson Santos (Chefe-adjunto), Carlos Casimiro (Chefe de secção), Alcreto Abílio, Bruno Vieira Dias, Paulo Lopes e Alberto Quiluta

Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda
Telefone 222 020 174 | **Telefone geral** 222 333 344
Fax 222 336 073

Mail: redacaoeconomia@gmail.com
ednovembro.dg@nexus.ao

Publicidade: 244-937 550 262/244-949 770 006,
www.jornaldeeconomia.co.ao

EDIÇÕES
NOVEMBRO E.P.
JORNAL DE ANGOLA | JORNAL DOS DESPORTOS

Presidente do Conselho de Administração:
Victor Silva

Administradores Executivos:
Caetano Pedro da Conceição Júnior, José Alberto Domingos, Rui André Marques Upalavela, Luena Kassonde Ross Guinapo

Administradores não Executivos:
Filomeno Jorge Manaças
Mateus Francisco João dos Santos Júnior

NÚMEROS

35,8

MILHÕES DE DÓLARES

Corresponde ao valor disponibilizado em 2018 pelos doadores internacionais para financiar os projectos de desminagem implementados em Angola, até Março de 2020, pelo Grupo Consultor de Minas (MAG).

93,7

MIL METROS CÚBICOS

É quanto vai aumentar a produção de rochas ornamentais na província da Huíla em 2024, com o lançamento de nove novas mineradoras.

7

BILIÕES DE BARRIS

Quantidade de petróleo estimado nos dez blocos das bacias marítimas, em licitação nas províncias de Benguela e Namibe, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG), concessionária nacional.

5,4

MIL MILHÕES DE KWANZAS

Foi em quanto cifraram as trocas comerciais entre Angola e África do Sul, em 2018, segundo o embaixador sul-africano, Fannie Mfana Phakolo.

40

POR CENTO

Foi quanto baixou a produção da cervejeira EKA desde Junho, em consequência da desactivação de uma das linhas de enchimento, cujos equipamentos estão em estado obsoleto, segundo o director-geral da companhia.

FRASE DA SEMANA

Os 140 pilotos sindicalistas exigem, entre outras melhorias, um salário aproximado a oito mil dólares

HORÁCIO CRUZ

secretário-geral do sindicato dos pilotos, em reacção a um comunicado da Taag - Linhas Aéreas de Angola

PAULO MULAZA | EDIÇÕES NOVEMBRO



Workshop abordou a revisão da política de desenvolvimento angolano na base da estratégia de longo prazo (ELP)

Fraco investimento estrangeiro gerou vícios

Ministro da Economia e do Planeamento considera ter sido negligenciado este mecanismo nos últimos 15 anos

Isaques Lourenço*

A fraca captação de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), nos últimos 15 anos, gerou um ciclo vicioso na economia angolana, tendo obrigado ao Estado a assumir o papel de principal investidor e um certo desinteresse com os investidores externos.

Contudo, essa realidade deve ser urgentemente alterada e é para isso que o Governo trabalha desde finais de 2018, sendo esta uma das conclusões do workshop sobre Revisão da Política de Investimento de Angola.

Para o ministro da Economia e do Planeamento, Manuel Neto da Costa, é crucial que o Executivo atraia mais investimento externo, melhore a posição no ranking do “Doing Business” e na competitividade empresarial.

De acordo com Manuel Neto da Costa, a contínua aposta no combate à corrupção, maior abertura do investimento privado, criação de melhor ambiente de negócios, entre outras medidas, concorrem para a dinamização da economia nacional, apontou.

Também entende ser relevante a existência de acções concretas a nível dos departamentos ministeriais, devendo ser actuais e que resolvam os temas específicos de cada sector, realização de actividades para a promoção de investimentos no país, partilha de informações relevantes, entre outras acções. Na sua intervenção no

2025

Período definido na Estratégia de Longo Prazo (ELP) – Angola 2025, para a integração da economia nacional no mercado mundial e para onde se concentram os esforços e os objectivos do desenvolvimento.

workshop sobre revisão da política de Investimento, considerou ainda ser importante a promoção de um mercado de capitais activos, que visa promover os fundos de pensões, actividade seguradora, para permitir um financiamento directo ao sector empresarial.

Nesse sentido, o ministro da Economia e do Planeamento admitiu haver dificuldades dos investidores estrangeiros repatriarem os seus capitais, devido à redução das receitas cambiais.

Por sua vez, o ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, apontou, nesta quarta-feira, que o Executivo está a trabalhar para a inserção de Angola no contexto africano, como opção estratégica para o alargamento das relações económicas e comerciais com países do continente.

O governante dissertou na abertura do workshop sobre

Revisão da Política de Investimento de Angola. Disse que os esforços traduzem-se num dos objectivos do país e parte do modelo de desenvolvimento económico da Estratégia de Longo Prazo (ELP) – Angola 2025, que visa a integração da economia no mercado mundial.

Segundo Joffre Van-Dúnem, neste momento “muito particular” da economia, em que se desenvolvem esforços no sentido de reduzir o papel do Estado na economia pela criação de um sector privado mais forte e interventivo, há que se criar metodologias capazes de alavancar o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Apontou a necessidade de se aumentar a capacidade produtiva, melhorar as condições de acesso aos mercados genéricos nacionais, bem como um vasto conjunto de requisitos que incluem investimento em tecnologia, infra-estruturas e capital humano.

“É nesta dinâmica que se subscree o crescimento do investimento privado tanto nacional como estrangeiro”, disse.

A chefe do Departamento de Revisão da Política de Investimento da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Chantal Dupasquier, que também interveio no workshop, assegurou estar a sua instituição focada na promoção do agro-negócio em Angola, visando a diversificação da economia angolana.

* com Angop

ANGOLA QUER MAXIMIZAR OS 7% DA QUOTA AFRICANA NA INDÚSTRIA MUNDIAL DO CRUDE

Regina Handa

Com vista a retoma das licitações petrolíferas em Angola, visto que a última aconteceu em 2011, a Agência Nacional de Petróleos e Gás (ANPG), iniciou terça-feira, 3 de Setembro, as licitações previstas para 2019, cumprindo com as orientações do Executivo.

Segundo o ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Pedro Azevedo, que discursou na abertura do roadshow relativo à licitação de blocos petrolíferos das bacias de BG e NB, disse que a África representa, de acordo com estudos recentes, 7,00% da produção petrolífera mundial.

“Angola, sendo um dos maiores produtores desta matéria-prima, substancialmente para essa produção, a nossa aposta tem sido na criação de um ambiente de negócios atractivos para os investidores”, afirmou.

De acordo com o governante, o sector tem trabalhado, cada vez mais, na abolição de obstáculos que afectam o desempenho, designadamente o reforço da transparência, a desburocratização dos processos e o combate efectivo à corrupção, além de criar-se as condições necessárias para o reforço da estabilidade contratual e o compromisso com os parceiros.

O trabalho desenvolvido pelo Executivo, com vista à reformulação do sector petrolífero, que de entre outras medidas deu origem à separação da função

concessionária culminando com a criação da ANPG, claramente reforça o compromisso do poder Executivo na afirmação da importância do sector para a economia nacional e para a manutenção de Angola como um destino de excelência para os investidores.

“Nesta senda o trabalho prático já desenvolvido pela ANPG, desde a sua criação, e o empenho na relação com os “stakeholders”, são a evidência inequívoca de que estamos no caminho certo”, disse.

O especialista José Oliveira afirmou que não será tão cedo que os resultados terão influência no sector, tendo em conta a sua complexidade.

“O processo é longo, porque investir em petróleo não é só uma boa apresentação de documentos, existem outros factores”, observou o especialista, sustentando que o processo exige uma análise mais detalhada por parte dos investidores interessados.

A seu ver, as bases estão lançadas, e felicita a Agência Nacional de Petróleo pelo trabalho feito até agora.



Ministro Diamantino Azevedo

OCPCA cria grupo técnico

A Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (OCPCA) criou, esta semana, um grupo Técnico de Apoio aos contabilistas para a implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

O Grupo Técnico de Apoio à Implementação do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) é constituído por membros da OCPCA que têm contribuído para aumentar o conhecimento dos seus associados na qualidade de formadores dos seminários e cursos sobre o IVA. O mesmo integra também especialistas com experiência na implementação do referido imposto noutros países.

Conforme uma nota de imprensa, o grupo tem entre outros objectivos esclarecer dúvidas, emitir pareceres, e assegurar o processo de formação contínua dos Contabilistas e Peritos Contabilistas

de modo a assegurar que as entidades empregadoras ou em que prestam serviço seus clientes tenham uma fase inicial de implementação do IVA relativamente pacífica.

A Ordem assinou recentemente um Protocolo de Cooperação com a Administração Geral Tributária (AGT) que visa entre outros objectivos identificar e eliminar as barreiras a uma relação harmoniosa entre Contabilistas, as entidades beneficiárias do serviço dos membros da OCPCA e a AGT.

A OCPCA entende que a implementação do IVA é uma questão com impacto na contabilidade, o que obriga uma maior organização de todas as partes envolvidas no processo e reitera que o número de contabilistas certificados pela entidade é suficiente para atender as necessidades do mercado angolano.

PERDOAR O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO.



É fundamental conseguirmos fomentar um diálogo convergente e que reforce a unidade e coesão plena dos Angolanos, com vista a perdoar, curar e honrar a memória das vítimas de violência física ou psicológica, resultantes dos conflitos ocorridos no nosso País durante o período da Guerra Pós-Independência.

A reconciliação, harmonia nacional e reconstrução da Nação têm como seus alicerces o tratamento social e institucional dos danos causados pelos conflitos

políticos desde a Independência, tratando-se por isso de condições essenciais para o desenvolvimento sustentável de Angola.

Esta iniciativa será pautada pelos princípios de Reconciliação, Historicidade e Perdão, tendo por base experiências internacionais de sucesso e valores tradicionais africanos, numa contínua afirmação do Estado Democrático e de Direito que estamos a construir em conjunto.

TODOS JUNTOS, CONSEGUIMOS.

www.perdoar.org



Perdoar

COMISSÃO PARA A RECONCILIAÇÃO EM MEMÓRIA
DAS VÍTIMAS DOS CONFLITOS POLÍTICOS



@CampanhaPerdoar

GOVERNO DE
ANGOLA

(700.084)

A hipossuficiência dos consumidores é um facto

O comprador é a parte mais vulnerável na relação com o comerciante e logo goza da protecção do Estado



Agostinho Chitata

A Lei constitucional de 1991 e a sua revisão no ano seguinte consagra uma economia de mercado. Entretanto, não fazia referência à questão relativa à protecção do consumidor e nem sequer propunha ou determinava claramente a criação de uma legislação infraconstitucional a respeito do assunto.

Por conseguinte, como defendem especialistas sobre estas matérias, tal não pode ser entendida como ausência de qualquer fundamento constitucional. Por exemplo, o professor Esteves Hilário argumenta que a defesa do consumidor e da relação de consumo, em geral, assenta as suas bases constitucionais, inicialmente, no princípio da dignidade da pessoa humana.

Logo, e sendo assim, defende, o estímulo e a promoção do consumo com dignidade ser função e dever do Estado. Dito de outra forma, cabe ao Estado (angolano) a protecção efectiva dos consumidores. E por que razão?

Porque, justifica a doutrina, ele é a parte hipossuficiente na relação de consumo. Ou seja, a mais frágil nesta relação jurídica de consumo entre si e o comerciante de bens. Logo, deve ser objecto, merecedor, de uma protecção do próprio Estado. E como isto se faz? Que medidas o poder público tomou?

Sendo a parte vulnerável nos "business" com os fornecedores de bens e serviços (estes mais fortes e podem manipular. Como diz o outro: "Atenção à jogada), então o Estado tem de adoptar políticas públicas que ajudem a minimizar



esta hipossuficiência.

Mas para melhor concretização destas políticas públicas, nada melhor que a normatização de todo este pensamento num diploma que tratasse da questão. E assim foi. Como escreve Esteves Hilário na sua obra sobre "Noções Preliminares de Direito de Defesa do Consumidor" - com a entrada em vigor do texto constitucional de 2010 e com o consequente entrincheiramento dos direitos do consumidor no rol dos direitos fundamentais, paremos pacificados a questão do fundamento constitucional.

Esta pacificação encontra fundamentação constitucional no artigo 78, ficando assim legitimados, consagrados, os direitos básicos do consumidor.

Entretanto, a Lei 15/03 de 22 de Julho, anterior à Constituição de 2010, é o diploma criado para salvaguardar os interesses, ou seja, as relações consumeristas sobretudo dos mais vulneráveis.

Diz a lei que "o estabelecimento de uma política dinâmica que promova os interesses dos consumidores no mercado visa, sobretudo, fomentar uma política de reacção que busca proteger os interesses dos consumidores e oferecer vias de recurso para reparar os abusos e práticas prejudiciais, garantindo

que os produtores, os distribuidores e todos quantos participem no processo de produção e distribuição de bens e serviços cumpram as leis, e as normas obrigatórias vigentes".

Educação e informação

A educação dos consumidores é missão estatal. "Ao Estado - adverte a lei - incumbe a promoção de uma política educativa para os consumidores, através da inserção nos programas e nas actividades escolares, bem como nas acções de educação permanente de matérias relacionadas com o consumo e os direitos dos consumidores, usando, designadamente, os meios técnicos próprios de uma sociedade de informação. E o que a lei exige ao Estado?

Que concretize no sistema educativo, em particular no ensino dos II e III níveis, programas de actividades de educação nestas matérias, apoie as iniciativas que neste domínio sejam promovidas pelas associações de consumidores, promova as acções de educação permanente, de formação e sensibilização e também de uma política nacional de formação de formadores e de técnicos especializados. Deve ainda apoiar, as acções de informação das associações de consumidores. O Direito do Consumo é cadeira do 4º Ano na Universidade Metodista.

O apoio técnico às associações existe mesmo?

Embora se pretenda mais vigor e acutilância, há vontade de se velar pelos nobres interesses dos consumidores. As associações já conhecidas, pontificando-se o Instituto Nacional dos Consumidores, na sua qualidade de instituição pública cujo escopo é a promoção da

política de salvaguarda dos direitos dos consumidores, bem como coordenar e executar as medidas tendentes à sua protecção, informação e educação e de apoio às organizações de consumo deve efectivamente, exercer as suas obrigações. Mas, verdade seja

dita e estando orçamentado, é importante que os apoios técnicos e financeiros, estando a ser realizados, ajudem no seu fortalecimento. Diz-se que este apoio, na ordem de kz 90 milhões/ano, por parte da entidade competente, não sai do "papel". Será mesmo... AC



A actual dinâmica empreendida na nossa economia exige responsabilização

VALOR DO INCUMPRIMENTO

A falta do Livro de Reclamação pode custar mais de kz 100 mil

Quando o cliente solicitou o serviço, a funcionária não deu a conhecer o preço. Também não estava fixada uma tabela a propósito. Só depois de executado o trabalho informou quanto tinha de pagar.

Contestou o valor mas nada valeu. Tirou o cartão do bolso e passou-o na máquina electrónica. Descontente, escreveu para o Inadec alegando que o estabelecimento violou uma das exigências impostas pela Lei do Consumidor: o dever de ser informado.

Além do mais, havia constatado que o estabelecimento não possuía "Livro de Reclamação" que é uma obrigatoriedade das instituições que comercializam bens e prestam serviços disporem de um meio onde o consumidor possa manifestar satisfação ou insatisfação do bem ou do serviço adquiridos.

O livro e o respectivo selo de identificação, que devem ser exibidos nas instituições comerciais, foram lançados na senda do Decreto Presidencial nº 234/16 de 9 de Dezembro. Grosso modo, como o próprio livro se refere (Reclamação), quem o solicita é mais para manifestar insatisfação.

Foi o que aconteceu há dias num restaurante de um hotel, na Ilha do Cabo. Dois clientes, ao contrário dos demais, acharam que não estavam a ser atendidos devidamente. Tudo o que solicitavam não havia quando constava da carta, quer de comida, quer de bebidas.

Desapontados, resolveram falar com o chefe de sala, questionando se não havia "Livro de Reclamação". Acto contínuo, a verdade é que a qualidade de atendimento melhorou substancialmente. Até o bom vinho, a preço de "janela aberta", apareceu. Nestes locais, geralmente, a bebida alcohólica sai a um valor proibitivo e inquietante. "Tínhamos afinal em armazém", confessou.

A verdade é que, entre nós, ainda existem muitas irregularidades por parte de estabelecimentos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços. E muitos destes sujeitos à Lei de Defesa do Consumidor.

É preciso lembrar, e decorre da lei, que o "Livro de Reclama-

ção" é um veículo facilitador que torna mais acessível o exercício do direito de queixa ao proporcionar ao cliente a possibilidade de reclamar no local onde o conflito ocorre, exigindo à observância do respeito pelos seus direitos.

O rigor pelo cumprimento começa pelo selo de identificação. Diz a lei que este "deve ser fixado em local de fácil visibilidade, quer pelos consumidores, quer pelas autoridades que visitam o estabelecimento. A distribuição e venda do livro e do selo competem ao INADEC e são adquiridos ao preço de kz 8 mil.

Quanto ao regime sancionatório, está estabelecido que a falta do livro é passível de multas, como conceituam os artigos 15 e 16 do seu Regulamento, cujas multas vão de 1 a 10 dias, correspondendo a cada dia 5 salários mínimos da função pública até 100 a 200 dias. Quer dizer que estas podem ser superiores a kz 100 mil.

O apelo para os estabelecimentos comerciais, e não só, é os ter para se verem livres de sanções com valores avultados.

O livro foi lançado oficialmente em 29 de Março de 2017, pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC). E sempre que for solicitado pelo consumidor e não entregue ou apresentado, pode-se apelar ao INADEC ou aos serviços competentes da Polícia Nacional a fim de remover a recusa ou tomarem nota da ocorrência. Os fornecedores de bens e prestadores de serviços estão obrigados a atender a reclamação apresentada pelo consumidor no prazo de 30 dias.

A reclamação é sempre feita em triplicado. O fornecedor do bem ou serviço, uma vez registada uma reclamação, deverá remeter o original da reclamação ao INADEC no prazo de 10 dias úteis. O momento da reclamação deve ser imediatamente entregue ao consumidor uma segunda via. Dizíamos, o diploma tipifica as infrações e estabelece o seu quadro sancionatório, ao estabelecer dias de multa associados a uma quantia pecuniária.

Todas as multas devem ser pagas no prazo de 15 dias após a notificação da decisão aos infratores. AC

Quando o cliente nunca tem razão



Osvaldo Gonçalves

AS MATÉRIAS LIGADAS AO CONSUMIDOR SÃO OBJECTO DE ESTUDOS APURADOS NÃO APENAS NO CAMPO DO DIREITO, MAS TAMBÉM DA ECONOMIA

Embora sejam alvo de confusão permanente e às vezes apresentados como sinónimos, cliente e consumidor não são absolutamente a mesma coisa. Grosso modo, poderá dizer-se que o cliente é um consumidor, mas o mesmo não sucede ao contrário, porque quem usa um produto (usuário) nem sempre é o mesmo que compra (comprador).

Ainda que participe na escolha do produto e possa até ser o seu usuário, o consumidor não precisa se relacionar com a empresa que o fabrica ou vende. Já o cliente cria laços mais estreitos, até de fidelização, com determinada marca ou loja. O consumidor pode sê-lo apenas por um momento, numa determinada ocasião. Dessa forma, ele tem os seus direitos. O cliente tem sempre razão.

Ambos os termos são amplamente usados no âmbito do debate político, onde costuma meter-se no mesmo saco as doutrinas políticas e as ideologias. Arriscaríamos dizer que se procura, de alguma forma, aproximar o cliente do capitalismo, enfatizando aí a sua componente de comprador, e o consumidor do socialismo, destacando o seu lado de usurário.

Entre nós, o termo “cliente” possui vários significados, sobretudo quando se entra no campo da gíria e do calão. Hoje em dia, em que a palavra corrupção entrou nas nossas vidas, é bem mais fácil encontrá-la associada a algum outro vocábulo ilustrativo do dicionário político, como yula ou gasosa, de simples aceitação.

O clientelismo político é de difi-

cil absorção quando se pode resumir tudo à bajulação.

A “força” de barganhar

Alguns defensores do capitalismo chegam até a declarar como nulos todos os direitos dos cidadãos nos sistemas socialistas, dizendo que o comunismo “é uma espécie de alfaiate que quando a roupa não fica boa fazem-se alterações no cliente”. Esse tipo de afirmações levaria a um debate muito mais alargado, que culminaria, como é óbvio, nos direitos mais elementares do ser humano.

O certo é que, noventa e nove por cento dos ganhos alguns epítetos menos agradáveis na sua época, pertencem a políticos e governantes do mundo capitalista iniciativas em prol da defesa dos direitos do consumidor, visto este não apenas como a pessoa que consome, mas também as instituições e empresas que vendem produtos ou prestam serviços.

Atribui-se a John Kennedy, a origem do Dia Mundial do Consumidor (15 de Março), que viria a ser instituído pela ONU em 1985. Em 1962, o antigo presidente dos Estados Unidos da América, estabeleceu para os consumidores norte-americanos direitos à segurança, à informação, à escolha e a ser ouvido.

Desde então, as matérias ligadas ao consumidor são objecto de estudos apurados não apenas no campo do Direito, mas também da Economia, da Administração e do Marketing. Michael Porter,

professor da Harvard Business School, (EUA), identificou em 1979 cinco forças destinadas à análise da competição entre empresas, a saber: rivalidade entre concorrentes, poder de barganha dos fornecedores, poder de barganha dos clientes, ameaça de novos concorrentes e ameaça de novos produtos ou serviços.

Esta quinta “força”, entendida como o poder de negociação/barganha dos clientes na última fase do comércio, perde, entretanto, status, num ambiente de escassez ou se - como é o nosso caso - determinados produtos ou serviços estiverem subordinados a situações de monopólio e de legislação ainda pueril.

Um longo caminho a percorrer

Em Angola, a Lei 15/03, de 22 de Julho (Lei de Defesa do Consumidor), define este como “toda a pessoa física ou jurídica a quem sejam fornecidos bens e serviços ou transmitidos quaisquer direitos e que os utiliza como destinatário final, por quem exerce uma actividade económica que vise a obtenção de lucros”.

Ademais, os direitos do consumidor estão consagrados na Constituição da República de Angola, que estabelece normas para a sua defesa. No seu artigo 78º, número 2, dispõe que “o consumidor tem direito a ser protegido no fabrico e fornecimento de bens e serviços nocivos à saúde e à vida, devendo ser ressarcido pelos danos que sejam causados”.

Assim dito, podemos dizer que tudo corre bem quanto à defesa dos direitos do consumidor, mas a realidade é bem outra. O poder de negociação/barganha do cliente, quando da última fase do comércio, circunscreve-se ao mercado informal, único local onde o cliente ainda tem alguma razão.

No comércio formal, o cliente é um simples comprador e usuário porque lhe são impostas regras de que não pode ou não sabe reclamar. É assim nas telecomunicações, nos transportes aéreos, nas repartições públicas, um pouco por toda a parte.

As empresas prestadoras de serviços de televisão via satélite e de telemóveis são a ponta mais visível do iceberg que se formou por força do descaso geral em relação aos direitos dos consumidores, não apenas no que diz respeito aos preços, mas também, e sobretudo, em matéria de invasão da privacidade.

A forma como se impõem serviços as clientes e como estes são tratados na hora das reclamações, sendo-lhes impostas toda uma série de barreiras burocráticas, tecnológicas e financeiras, ilustra bem o quanto ainda temos a percorrer nessa matéria.

Acreditamos, sinceramente, que a defesa dos direitos do consumidor está longe de receber a devida atenção caso continue a ser feita nos modos actuais, tanto por parte do Inadec, quanto das associações de cidadãos criadas nesse sentido.

Formação de preços no mercado deve obedecer a regras previstas na Lei

Xavier António

regulados, nomeadamente os combustíveis e energia eléctrica.

Alguns preços de serviços disponibilizados aos cidadãos estão a aumentar de forma não oficial, segundo constatou o JE numa ronda efectuada esta semana, em Luanda. Uma fonte do Ministério das Finanças que trata de preços avança que qualquer subida ou ajuste de preços deve ter em conta o que está estabelecido por lei.

A fonte explicou que entre as regras a serem obedecidas na formulação de preços, constam elementos como custos de produção, distribuição, circulação e margem de lucro, conforme o postulado no n.º 1 e 2 do Decreto Presidencial n.º 206/11, de 29 de Julho, que aprova as Bases Gerais para a Organização do Sistema Nacional de Preços.

Sobre o ajuste das tarifas para os transportes ferroviários, rodoviários e marítimos, cujos valores prevê-se situar entre kz 50 e 150 por passageiro, sublinhou que na sexta reunião ordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, realizada em Julho deste ano, considerou tratar-se de matérias transversais e com impacto significativo aos vários sectores da sociedade.

Assim, a proposta foi analisada conjuntamente com as outras reformas em curso que visam a redução dos subsídios operacionais e preços, e consequentemente no ajustamento dos preços de bens e serviços

Ajuste nos combustíveis

Em relação ao ajuste do preço dos combustíveis referiu que o Executivo está a trabalhar para, nos termos da lei anunciar oportunamente os devidos ajustes e as suas magnitudes, bem como publicar nos órgãos oficiais e de maior difusão, como é o caso do Diário da República, bem como na afinação das medidas para a suavização do impacto económico e social dos referidos ajustes, antes da sua efectiva implementação.

Entretanto, de acordo com dados chegados ao JE, está igualmente na forja um estudo sobre o impacto de um eventual ajustamento dos preços dos combustíveis e seus derivados na vida da população.

Estão também previstas medidas para mitigar qualquer efeito negativo na vida das famílias, nesta subida dos preços dos combustíveis e seus derivados no país, cuja data para sua efectivação não foi revelada.

Sobre os preços dos serviços de telecomunicações por exemplo, disse que fazem parte do Regime de Preços Vigados, nos termos do n.º 08 do artigo n.º 5 do Decreto Executivo n.º 77/16, de 25 de Fevereiro, combinado com o artigo n.º 1 e o n.º 1 do artigo n.º 10 do Decreto n.º 3/04, de 9 de Janeiro, que aprova o Regulamento de Preços dos Serviços Públicos de Telecomunicações.



A actualização do custo do litro nos combustíveis gera enormes expectativas

Autoridade Nacional surge para defender o consumidor

No âmbito do estudo sobre o fortalecimento da política de defesa comercial, o Ministério do Comércio realizou, no último fim-de-semana, em Luanda, uma reunião com mais de 70 operadores económicos e representantes de diversas instituições do sector.

O encontro teve como pontos de abordagem, as medidas correctivas de defesa comercial, anti-dumping, compensatórias e de salvaguardas.

De acordo com as indicações a que o JE teve acesso, o mesmo encontro teve ainda como pano de fundo, a protecção contra importações realizadas de forma desleal e competitividade interna.

A reunião que foi presidida pelo Secretário de Estado do Comércio, Amadeu Leitão Nunes, foi realizado em parceria com a componente de assistência téc-

nica - ACOM, projecto de apoio ao Ministério do Comércio, da União Europeia.

O perito não-permanente do ACOM, Lucas Bianchini, esclareceu como o sector privado poderá, através do Ministério do Comércio, solicitar estas medidas, e como deverá preparar-se para solicitar a aplicação de uma medida de defesa comercial, com o objectivo de fortalecer a política comercial no que toca à defesa dos interesses nacionais do sector.

Disse que, em geral, a aplicação dessas medidas resulta na cobrança de uma taxa adicional na importação de um determinado produto, pelo que a mesma permitirá aos sectores recuperar a competitividade frente às importações de produtos similares originários de outros países.



VIGAS DA PURIFICAÇÃO | EDIÇÕES NOVEMBRO



Gestores dizem que os preços dos pacotes premium no mundo inteiro custam em média até 60 dólares

Reajuste nas operadoras de Tv totalizam 38%

Vânia Inácio

O último reajuste de 13 por cento nos preços dos pacotes dos canais de TV, verificados no dia 1 de Setembro, é resultado das negociações que decorriam há dois anos, com o órgão regulador do sector, Instituto Angolano das Comunicações (INACOM).

Pela decisão, o reajuste nas operadoras Zap, Dstv e a multiserviços TVcabo, ficou em 38 por cento, faseada em duas, sendo que em Abril as operadoras já tinham efectivado um aumento de 25 por cento.

Contactado pela equipa de reportagem do JE, o director geral da DSTV, Eduardo Continentino, disse que o aumento verificado no sector já é uma reivindicação que corre há dois anos e aponta como razões básicas a desvalorização da moeda e o alto nível de inflação constatadas nos últimos anos.

“Sabemos que os pagamentos de grande parte dos nossos serviços são feitos fora do país. E durante esses dois anos, o preço da subscrição não conseguiu sobrepor a inflação e efectivamente a nossa empresa verificou perdas de receitas consideráveis, quando comparado com as receitas de dois anos atrás.

O director informou também que as operadoras que actuam no mercado angolano conseguiram diante do órgão regulador chegar a consenso de subir o limite de 38 por cento neste ano, porque a proposta inicial do caderno reivindicativo estava na faixa dos 40 por cento.

“E arranjamos o equilíbrio necessário, porque nós também entendemos que o aumento não pode ser feito de qualquer forma, porque o próprio mercado teria dificuldades para absolver”, afirmou. Essa é a última actualização



Eduardo Continentino
Director-geral da Dstv

O AUMENTO
VERIFICADO
NO SECTOR
JÁ É UMA
REIVINDICAÇÃO
QUE CORRE
HÁ DOIS ANOS

permitida para este ano, mas de acordo com Eduardo Continentino não se descora a possibilidade de vir a subir mais no próximo ano.

“Olha, a regra normal de qualquer negócio é que podem acontecer correcções, desde que exista uma inflação e desvalorização da moeda tendo em conta um equilíbrio. Isso tem a ver com sobrevivência”, afirmou.

O director da DSTV disse ainda que nos últimos dois anos, a Dstv em termos de clientes cresceu 4 por cento, segundo a última pesquisa de mercado feita pela agência Mira. De acordo com director, essa realidade demonstra uma tendência positiva em relação aos serviços, mas infelizmente a questão da receita continua a ser o “calcanhar de aquiles”

“E é simples, se comparar o preço do pacote grande Mais que actualmente custa 8.200 e dividir

25

POR CENTO

É em quanto havia sido actualizado os preços das operadoras de televisão, isto em Abril deste ano

22,4
DÓLARES

Preço estimado do pacote Grande Mais da Dstv, tendo em conta o actual câmbio de kz 365 por cada dólar, o que é considerado muito baixo

pelo valor oficial da moeda que é de 365, vamos dizer que o valor do pacote é 22,4 dólares. E isso não existe em nenhum lugar do mundo pela qualidade de conteúdos dos canais envolvidos, os nossos pacotes são dos mais baratos.

“Mesmo uma comparação até memo só com países de África, 22 dólares no mercado internacional é o valor do pacote de entrada. O pacote mais barato que nós temos (denominado fácil), custa kz 2.000 e dividido por 365, dá usd 5,4. Hoje, um pacote Premium no mundo não custa menos de 60 dólares

Questionado sobre a reacção dos clientes, o director informou que a primeira reacção é, se não de rejeição, de surpresa e análise, mas apela que os clientes percebam que este aumento é inevitável, “porque não é só o nosso produto que está subindo, mas o mercado em si, e é lamentável”.

EFEITO CASCATA NA ACTUALIZAÇÃO

Preços dos serviços de televisão ocorrem numa aparente concertação entre todos os “players”

A operadora de televisão por satélite, Zap, também tem quase as mesmas justificações quando ao justificar que a subida se deve a uma estratégia de ajustes dos preços iniciada em Outubro de 2015, com a desvalorização do kwanza, que tem criado dificuldades no pagamento aos seus fornecedores internacionais.

Com a nova tarifa da ZAP, o pacote Mini para 30 dias, que custava dois mil e 200 kwanzas, desde o dia 1 de Setembro passou a custar kz 3.035. Já o Max, que custava kz 4.400, depois das duas actualizações passou para 6.070. O pacote Premium, que estava no valor de kz 8.800 passou para 12.140.

A Tvcabo por sua vez, argumentou que a subida dos seus preços é automática à medida que os pacotes das operadoras DSTV

e Zap aumentam, por seus serviços dependerem da compra dos canais nas referidas operadoras.

“A nossa empresa tem contrato com as operadoras DSTV e ZAP e se eles sobem os preços, nós automaticamente temos de fazer o reajuste”, disse o gerente de uma das agências que na ocasião não se quis identificar.

Questionado sobre se o momento seria oportuno para o referido ajuste, o gerente disse estar preocupado, e afirma que os clientes já estão a reclamar e alguns inclusive pretendem desistir do contrato, pois já consideram os pacotes bastante caros.

Actualmente com os recentes ajustes de 25 por cento o pacote mais barato do tarifário da TVcabo, dstv grande custa kz 5.200, e o mais caro (Dstv bué +Dstv Indiam), custa 12.500.



Preço dos pacotes sobem em função dos serviços e plataformas contratadas

BRAÇO DE FERRO TERMINA COM “CONSENSOS”

Em Fevereiro deste ano, mesmo com o alerta do INACOM, a operadora Zap não recuou na sua decisão, e decidiu efectuar a actualização do preço dos seus pacotes, para 40 por cento. A verdade é que volvidos 6 meses o total dos ajustes dos pacotes subiram apenas com uma redução de 2,0 por cento dos 40 impostos anteriormente pela Zap.

A medida que na altura tinha sido condenada pelo INACOM, chegando na ocasião a aplicar uma multa à empresa Finistar, que detém a marca Zap em Angola, e foram obrigados a restituir aos clientes afectados a diferença do valor cobrado a mais” no período compreendido entre 26 de Fevereiro e 31 de Maio de 2019.

O referido aumento também tinha sido condenada pela Associação Angolana do Direito do Consumidor (AADIC), que considerou o aumento da tarifa como uma violação dos direitos dos consumidores e desrespeito às associações que lidam directamente com os clientes.

Telefone móvel

Se no caso das operadoras de Tv a subida é assumida, o mesmo não acontece com as empresas de telefonia móvel, Unitel e Movitel, e afirmam que as operado-

VOLVIDOS

6 MESES O TOTAL
DOS AJUSTES DOS
PACOTES SUBIRAM
APENAS COM
UMA REDUÇÃO
DE 2,0 POR CENTO

ras de telefonia não pretendem alterar o custo da UTT nos próximos tempos.

Ultimamente, a clientela das redes de telefones têm constatado que os saldos não demonstram o que conota um aumento no preço da UTT

A justificação, segundo um gerente de um dos bancos, é que a duração dos planos é consequência da forma de uso de cada cliente, “e obviamente se não poupar, o saldo poderá acabar antes do prazo previsto”

“Os clientes têm de saber que devem efectivar o carregamento do plano atempadamente, para acumular o saldo, caso contrário, findo o prazo é cortado na sua totalidade”, disse.



O REAJUSTE DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Alberto Quiluta

Numaronda, para saber o impacto das constantes depreciações dos serviços públicos e privados foi possível verificar, que tal facto está a influenciar na variação dos preços, como os transportes públicos (comboios e autocarros), energia, água, Zap, TV Cabo, DSTV e a possível subida dos combustíveis.

A rubrica “Voz do cidadão” foi à rua ouvir opiniões e possíveis soluções na visão daqueles, que são também destinatários e beneficiários dos serviços.

Jorge Paulo, funcionário público é de opinião que, haja maior controlo nas decisões. As entidades reguladora e disciplinar devem ter em atenção as suas tarefas, porque este é um país que tem leis, mas pelos vistos as pessoas não cumprem com as leis existentes, dando privilégios a uns e desfavorecendo as camadas mais vulneráveis, que são sempre as mais afectadas com estas constantes subidas de preços. O Estado tinha que reunir com todas as associações que defendem os direitos dos consumidores no país, e com a Assembleia Nacional, para poderem definir melhor as políticas dos reajustes dos preços dos serviços públicos e privados.

Clarice Barros, também funcionária pública, lamenta e diz ser injusto, o que acontece no nosso país. Sobe a água, energia, Dstv, Zap e Transportes, embora estes tenham sido poupados. Se não aumentarem os salários isto vai sempre prejudicar-nos. O Executivo e as associações que defendem os direitos dos consumidores devem reunir condições para reajustar os preços de todos os serviços para não subirem e não causarem transtornos ao bolso dos cidadãos.

Tomé da Cruz, funcionário público defende que os preços não podem subir por causa do custo de vida actual. O país não pode estar sempre a subir os preços para evitar a inflação. O Estado deveria fazer auscultações para dar oportunidade a toda a sociedade de saber o que se passa em relação aos preços dos serviços.

Nunes Moisés, contabilista diz que é com desagrado que vê os preços dos vários sectores tanto públicos como privados a subirem consideravelmente, e tudo isso vem encarecer ainda mais a vida do cidadão, penso que estas medidas como se diz na gíria vão “rebrantar com a vida do povo”, porque não acompanhamos uma subida paralela dos rendimentos das famílias, que continuam a ser os mesmos, mas os serviços e bens continuam a subir dando ao cidadão menos poder de compra em todos os sectores, e agora com a chegada do IVA as coisas ficam ainda mais complicadas.

António Andrade, contabilista aduaneiro afirma que, todos os



Jorge Paulo
Funcionário Público

AS ENTIDADES REGULADORA E DISCIPLINAR DEVEM TER EM ATENÇÃO AS SUAS TAREFAS, PORQUE ESTE É UM PAÍS QUE TEM LEIS



Clarice Barros
Funcionária Pública

O EXECUTIVO E AS ASSOCIAÇÕES QUE DEFENDEM OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES DEVEM REUNIR CONDIÇÕES PARA REAJUSTAR OS PREÇOS



Tomé da Cruz
Funcionário Público

O ESTADO DEVERIA FAZER AUSCULTAÇÕES PARA DAR OPORTUNIDADE A TODA A SOCIEDADE



Nunes Moisés
Contabilista

OS SERVIÇOS E BENS CONTINUAM A SUBIR E OS CIDADÃOS ACABAM TENDO MENOS PODER DE COMPRA



António Andrade
Contabilista Aduaneiro

NÃO É JUSTO. DEVERIA SER UMA SUBIDA PAULATINA. HOJE UM PRODUTO E DEPOIS OUTRO SERVIÇO



Melo Kumbi
Técnico de Informática

ANTES DE SUBIREM OS SEUS SERVIÇOS TINHAM QUE CONSULTAR O EXECUTIVO, PARA PODEREM REGULAR E REAJUSTAR PREÇOS



Cristóvão Fortunato
Funcionário Público

É INJUSTA A SUBIDA DOS PREÇOS PORQUE A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO NÃO TEM BOLSO PARA SUSTENTAR ESTES SERVIÇOS



Carolina Faria
Administrativa

SERÁ QUE NÃO EXISTEM ASSOCIAÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR PARA REGULAREM ESTE QUADRO?

serviços estão a subir de uma vez e não é justo, devia ser uma subida paulatina, hoje um produto e depois outro serviço para não afectar a camada mais desfavorável.

O técnico de Informática, Melo Kumbi, não concorda com a subida dos preços dos serviços e com as decisões das operadoras tanto públicas como privadas. Ou seja antes de subirem os seus serviços tinha que consultar o Executivo, para poderem regular e reajustar os preços e não só subir à revelia como aconteceu a algum tempo com a ZAP e outros serviços.

No entender de Cristóvão Fortunato, funcionário público, a subida é normal. No caso dele, diz conseguir fazer os pagamentos dos vários serviços público e privados, mas também defende que é injusta a subida dos preços porque a maior parte da população não tem bolso para sustentar estes serviços.

Carolina Faria, administrativa, lamenta o impacto da subida dos preços. Por sua vez, diz ser difícil, sustentar estes serviços por ser mãe e pai. Veja só, há uns

anos, os preços da energia, Zap, Dstv e água eram razoáveis, mas agora estão cada vez mais caros. Será que não existem associações de direito do consumidor para regular este quadro? Espero que seja revisto este assunto.

Carlos Nelo, auditor, salienta que a situação torna-se mais difícil para o consumidor final. É preciso que as entidades públicas e privadas analisem com máximo cuidado e agreguem valores funcionais para que ninguém seja prejudicado, ou então, que não seja apenas um faz de conta.

O metalúrgico Paciência Alexandre não define a subida dos preços dos produtos como um reajuste. Para ele, isto é uma inflação que reverte ao bolso do cidadão, uma vez que o salário não sobe. Hoje, considera, não se consegue comprar ou pagar serviços. Deste modo, o Estado deve reajustar os salários, porquanto, só isso não resolve nada, porque se sobe o salário sobe tudo no mercado, e nenhuma autoridade fiscaliza isso. É necessário a atuação da fiscalização do comércio.



Carlos Nelo
Auditor

A SITUAÇÃO TORNA-SE MAIS DIFÍCIL PARA O CONSUMIDOR FINAL. É PRECISO QUE AS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS ANALISEM COM MÁXIMO CUIDADO E AGREGUEM VALORES



Paciência Alexandre
Metalúrgico

HOJE NÃO SE CONSEGUE COMPRAR OU PAGAR MUITO DOS SERVIÇOS. É NECESSÁRIO A AUTUAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO SOBRE OS PREÇOS

FOTOS ALBERTO PEDRO / LÉDCOS, NOVIEMBRO

LOURENÇO TEXE PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ANGOLANA DE DEFESA DO CONSUMIDOR (AADIC)

“Registamos perto de 80 reclamações por cada mês”

As sanções vigentes são administrativas. Passam por multas, mas sem uma definição concreta em relação à tipologia, daí a solicitação da revisão da Lei.

A nossa Lei é de matriz brasileira.



CONHEÇA O NOSSO ENTREVISTADO

Lourenço Texe Armando, jovem angolano, nascido aos 02 de Dezembro de 1970. É licenciado em direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Independente de Angola. É especializado em resolução de litígios laborais, pela Ordem dos Advogados de Angola. Conta igualmente com duas especializações, em procedimentos de contratação pública e promoção de investimento da China para o mercado angolano. Desde de Fevereiro presente ano, que exerce a função de Director Geral Adjunto do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola - IDIA. Em 2018 exerceu a função de técnico do departamento de apoio ao Director Geral do Instituto. No segmento do Direito do Consumidor, já intermediou processos na área administrativa, banca, normas regulatórias, participação em medidas de políticas sociais. No seu curriculum lê-se igualmente, a sua vasta experiência em matéria de regulação e concorrência, englobando áreas de compliance, satisfação do consumidor. A sua vasta experiência em Legística, consta igualmente entre as valências do jovem quadro do Ministério da Indústria, que dedica tempo a defesa dos direitos do consumidor angolano.

André Sibi

Os preços e a conformidade das actualizações que vão sendo efectuadas é o foco da entrevista com o presidente da Associação Angolana de Defesa do Consumidor, Lourenço Texe. Revela as constantes violações à Lei do Consumidor, assim como a necessidade de se evoluir para um Conselho Nacional do Consumidor. Para ele, tal órgão iria ocupar-se da defesa do consumidor ante a tentativa de qualquer alteração de preços dos produtos e serviços pelos agentes económicos, incluindo os serviços públicos.

Qual é a principal missão da Associação angolana de Defesa do Consumidor (AADIC)?

Defender os interesses dos consumidores angolanos em geral, sempre que virem os seus direitos violados por um comerciante ou prestador de serviço, quer público quer privado. Existimos desde 2012 e publicada no Diário da República nº 07, III- Série de 10 de Janeiro de 2013.

Dispõe de representantes nas sedes provinciais em toda a extensão do território nacional?

Não! Não estamos representados em nenhuma sede provincial, por falta de infra-estruturas, recursos humanos, materiais e financeiros, para suportar a estrutura. Somos uma organização sem fins lucrativos. E pela natureza do nosso trabalho, o Estado deve atribuir-nos o Estatuto de Instituição de Utilidade Pública, para que possamos usufruir de verbas do OGE. As verbas são necessárias para o funcionamento pleno da organização. As condições para a ascensão a este estatuto estão criadas desde 2016.

Há quem diga, que além do Inadec não existe uma outra instituição que defenda os direitos do consumidor angolano?

Isso não corresponde à verdade! O Inadec esteve numa situação de letargia significativa, despertou recentemente. A Aadic tem sido a instituição mais interventiva na defesa dos direitos dos consumidores angolanos. A única diferença é que o Inadec é uma instituição pública e, por força disso, aplica sanções; dispõe de condições humanas e materiais para aplicar sanções e multas um pouco por todo o país. Ainda assim, fruto do seu trabalho, a Aadic passou a integrar o Conselho Nacional de Concertação Social, órgão de consulta do Titular do Poder Executivo, presidido, semestralmente, pelo Vice-Presidente da República.

Qual é a vossa relação com as outras instituições, em particular os tribunais?

O Ministério Público é um parceiro estratégico, pois actua como provedor dos processos apresentados pela Aadic. No entanto, não é isso que se verifica, pois em 2016 a nossa organização intentou uma acção judicial na sala do cível do Tribunal Provincial de Luanda à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), por causa das sistemáticas violações dos direitos do consumidor com destaque para a descontinuidade de fornecimento de água, as cobranças por estimativa e o aluguer do contador, mas a Procuradoria Geral da República (PGR) não desempenhou o seu papel. Em 2016, a Aadic intentou, igualmente, outra acção judicial à Imogestim, face à exigência que fazia aos moradores das Centralidade, em pagar três prestações em uma única vez. Na altura, a Imogestim alegava que havia rendas em atraso. A Aadic concluiu, que não se tratava de incumprimento dos consumi-

“
A LEI DE DEFESA DO CONSUMIDOR TEM SIDO FREQUENTEMENTE VIOLADA PELOS FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

dores, mas sim da empresa que não estava estruturada na altura, razão pela qual, não podia fazer esta exigência aos consumidores. Solicitamos a PGR, mas sem sucesso. No entanto, a Imogestim tão logo se apercebeu da situação, corrigiu o erro.

A Lei 15/03 de 22 de Julho, Lei de Defesa do Consumidor, tem sido alvo de violações?

Sim. A Lei 15/03 de 22 de Julho tem sido sistematicamente violada. Esta Lei é de 2013. E de lá para cá o sector económico registou avanços significativos e a Lei em vigor está desactualizada, sobretudo na aplicação de sanções contra aqueles que violam os direitos do consumidor. As sanções vigentes são administrativas, passam por multas, mas sem uma definição concreta em relação à tipologia da multa, daí a solicitação da revisão. A nossa Lei é de matriz brasileira. No entanto, o Brasil já evoluiu para outro código e nós estamos estagnados.

Quando é que um consumidor pode reclamar os seus direitos?

O consumidor reclama os seus direitos sempre que registar anomalia na aquisição de um produto ou prestação de qualquer serviço. Para aumentar os níveis de literacia sobre os direitos do consumidor, criámos o programa da Tv Zimbo para manter o cidadão informado.

Qual a cifra de reclamações ligadas à violação de direitos do consumidor, a Aadic recebe por mês?

A Aadic recebe aproximadamente 80 reclamações por mês e o destaque recai para os sectores alimentar, educação e o imobiliário. A nossa associação actua em todos os sectores e registamos perto de 30 processos por mês. Os relatórios produzidos pela Aadic são enviados à Assembleia Nacional, Presidência da República e Inadec. Temos vindo a dar resposta às reclamações. Em média, resolvemos até 50 por cento do total de reclamações e queixas que recebemos.

Considera oportuno evoluir para um Conselho Nacional de Consumidor à semelhança de alguns países?

Sim. Precisamos evoluir para um Conselho Nacional de Consumidor, que podia incluir o Inadec e a Aadic, com reuniões regulares para apresentar a situação real do consumidor angolano.

Qual a posição da Aadic em relação a subida dos preços dos serviços de televisão?

Relativamente à subida dos preços dos serviços de televisão por satélite das plataformas ZAP e DSTV, no mês de Fevereiro, a Aadic tinha apresentado uma reclamação onde elencava a sua posição junto da entidade reguladora, o INACOM, por ter participado de um encontro preliminar onde se tinha acordado que haveria subida sim, mas que tal fosse feita de forma gradual e em percentagem não acima dos 10 por cento. Não foi isso que verificamos. A Zap, na altura, aumentou de forma unilateral e a uma margem de 14 por cento, o que representava uma infracção. O INACOM repôs a legalidade, aplicando uma medida sancionatória traduzida em multa. Nós temos vindo a defender revisões paulatinas, graduais e moderadas em intervalos de tempo mais alargados.

E em relação a pretensão de alteração das tarifas de passagens dos transportes...

Relativamente à pretensão de subida dos preços das passagens dos comboios do CFL, a Aadic levantou questões de base, sendo a "legal", pois o procedimento para a regulação de preços dos serviços de transportes deve ser feita com a participação dos parceiros do Estado; a "material", que tem a ver com a subida em 100 por cento do valor, comparativamente ao valor actual. Não é novidade para ninguém, que a maior parte das pessoas (consumidores) que utilizam estes meios de transporte é da camada mais vulnerável da sociedade, daí a intervenção da Aadic para que a subida seja feita de forma gradual, até atingir os 100% do valor anterior.

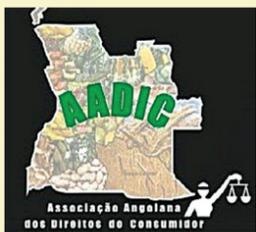
A afixação do preço é ou não obrigatório para reduzir a dúvida de quem solicita pelo produto ou serviço?

A afixação do preço junto ao produto ou serviço é tão obrigatória, que exige a sua colocação num lugar visível para que o cliente possa consultar sem reservas na tabela de preços ou prateleira. O prestador de serviço deve colocar o preço num lugar visível. Nós temos chamado atenção em relação a isso. Não é correcto colocar o preço no produto, mas sim na prateleira em letras garrafais para facilitar o poder de escolha do consumidor, pois, é através do preço que o cliente chega à conclusão do que vai ou não adquirir.

NÚMEROS DA AADIC

2012

Neste ano, foi Constituído a Associação Angolana de defesa do Consumidor (AADIC)



2013

AADIC é reconhecida no Diário da República nº 07, III - Série de 10 de Janeiro.



2016

AADIC intenta uma acção judicial na sala do "CIL", junto do Tribunal Provincial de Luanda, contra a EPAL.



14%

Corresponde o aumento unilateral registado nos serviços da ZAP, o que representava uma infracção.



50%

É o valor das transgressões que encontram desfecho com a intervenção da Associação de Defesa do Consumidor.



10%

Constitui o indicador a obedecer na subida de preços, de modo a não penalizar o consumidor, defende a organização.



CONSTATAÇÃO

...encontramos interferências...

Precisamos criar o Conselho Nacional do Consumidor destinado a emitir parecer antes de qualquer subida de preços no mercado.

Tem encontrado dificuldades na responsabilização de alguns prevaricadores em virtude da sua ligação ao poder?

Em algumas situações encontramos interferências em prosseguir com os processos, porque a actividade comercial em Angola é exercida sobretudo por pessoas ligadas ao poder político. E estes produzem legislações que favorecem os seus interesses. Durante uma conferência de imprensa, os jornalistas procuram saber se a Aadic teria coragem de interpelar a propriedade de um general por exemplo. E nós dissemos na altura, que a acção da Aadic não incide sobre o proprietário do estabelecimento mas sim, sobre os direitos do consumidor que foram violados. O direito do consumidor é uma questão de soberania.

É possível falar da diversificação da economia sem atender os direitos do consumidor?

Não é possível! A diversificação da economia está estritamente ligada aos direitos do consumidor, pois é o destinatário de todo o esforço que se quer empreender. Temos de olhar para o consumidor, e os seus direitos, como prioridade para que possamos alcançar a meta desejada. As próprias políticas públicas do Executivo devem ter os direitos do consumidor como prioridade.

Preservar o direito do consumidor está regulado no Artigo 78 da Constituição da República. A Aadic tem se deparado com situações que atentam a Constituição da República?

O facto da Constituição da República consagrar a defesa dos direitos do consumidor como um direito fundamental, reforça em parte, a legislação em vigor. No entanto existem problemas na elaboração dos diplomas. Por exemplo, a Lei das taxas. Quando se regula uma lei ligada às taxas temos de olhar para estes instrumentos que devem estar na Constituição da República. Nos últimos anos o Governo elaborou a taxa de limpeza conhecida vulgarmente como a "taxa do lixo". A Aadic teve o cuidado de alertar à opinião pública que este decreto era ilegal e inconstitucional. Porque aquele decreto continha normas que são ilegais e atentatórias à constituição, pois previa indexação da taxa de limpeza à factura de energia, o que constitui uma autêntica aberração. O caso mais grave é da Lei de base do subsistema de ensino. Em 2010 alertamos, que a Lei iria criar dificuldades na interpretação e aplicação.

Na sua opinião os tribunais angolanos ainda encontram dificuldades para julgar questões ligadas à violação dos direitos do consumidor?

Claramente! O exemplo é o caso da EPAL, que não progrediu. O tribunal mostrou que não sabia como dar seguimento ao processo. Na verdade, estamos diante de um processo "cível" porque o direito do consumidor se estabelece à luz dos direitos económicos. As pessoas pagam bens e serviços. Logo, há património em causa, pelo que devem ser julgados no âmbito da responsabilidade criminal. O desconhecimento das matérias pelos agentes do cartório nos tribunais, pois quando se remete um processo no tribunal na sala do "cível" é porque é esta instituição que deve julgar esta matéria. No entanto, os operadores do cartório cobram as custas judiciais e de preparo. Ora é uma aberração. Estas



questões estão isentas de pagamento de custas judiciais e de preparo. Isto é de Lei. Instituições como a Aadic, que exercem actividades sem fins lucrativos, não têm como pagar estes emolumentos. Também deve haver a isenção de direitos aduaneiros, quando o caso em concreto assim se impuser.



A PRINCIPAL
MISSÃO DA AADIC
É DEFENDER
O CONSUMIDOR
DAS TRANSGRESSÕES
DO MERCADO

Qual é o principal desafio da Aadic?

A Aadic já demonstrou ao país que tem rigor e capacidade no exercício das suas funções. A própria Lei do consumidor determina que deve receber apoio para desenvolver a sua actividade em toda a extensão do território nacional. Temos muitos jovens licenciados que se identificam com a Aadic e precisam ser assalariados, isto não acontece porque não há condições. Temos todas as condições para que possamos ser uma instituição de utilidade pública mas o Ministério do Comércio continua a vetar a nossa ascensão para utilidade pública. O OGE, desde 2014, que nas despesas alocadas ao Ministério do Comércio, contempla uma rubrica reservada à assistência financeira das organizações ligadas à defesa do consumidor. E de lá para cá, nenhuma organização recebe este valor. A pergunta que não se cala é: Para onde vai o dinheiro alocado a esta rubrica, se nenhuma organização recebe este valor?!...

Inclusão regional desafia políticas

SADC já apresenta indicadores acima dos 60 por cento, contra a metade de Angola, que quer chegar aos 50 por cento em 2020

Vânia Inácio

Os níveis de inclusão financeira na região da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), rondam 67 por cento, com cerca de 113 milhões de pessoas (sendo 33 por cento adultos) a continuarem fora do indicador.

Durante a recente 8ª Conferência Anual do BNA (Banco Nacional de Angola), o país colheu experiências sobre inclusão financeira do Banco da Tanzânia, do Banco Central do Quênia, da África do Oeste e da Aliança de Inclusão Financeira, da qual Angola é membro.

Das experiências colhidas junto das representações estrangeiras, sobressai a do Quênia, que num espaço de dez anos teve a sua taxa de bancarização a subir de 20 para 82 por cento. O exemplo foi bem aplaudido pelos quadros do BNA, presentes no evento.

A nível mundial, os níveis de inclusão financeira passaram de 51 por cento em 2011, para 69 em 2017. As metas previstas pela UFA (Universal Financial Access) procuram garantir o acesso de 1 bilião de pessoas a uma conta bancária, até 2020.

Para o caso angolano, a revisão da Lei do Sistema de Pagamentos deve viabilizar a elevação da taxa de bancarização de 50 por cento até 2020, contra os actuais 30 por cento com a inclusão financeira da população adulta, no mínimo.

A média angolana é considerada baixa em comparação com a média da Comunidade de Desenvolvimento da África

Austral, onde a perspectiva é ascender a um mínimo de 50 por cento até 2020.

Durante a conferência internacional promovida pelo BNA, recentemente, em Luanda, sobre o papel das tecnologias na inclusão financeira, o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, disse que a revisão da referida lei vai ainda permitir a introdução de soluções digitais inseridas nos programas institucionais de inclusão financeira.

Os últimos dados sobre a bancarização em Angola, divulgados pelo BNA em Novembro de 2016, apontavam para 7,8 milhões de contas abertas, ou 52 por cento do que se supunha antes do censo - ser um universo de 15 milhões de pessoas adultas.

Sistema de Pagamentos

O processo de revisão do Sistema de Pagamentos do BNA conta com o apoio do Banco Mundial e deve ficar concluído no final de 2019, quando for levado à Assembleia Nacional para discussão e aprovação, informou.

De acordo com o governador, as soluções que o BNA está a preparar incluem a introdução de pagamentos móveis, considerados dinâmicos e de amplo alcance, e também os pagamentos digitais, o que tem de ser feito com base na revisão da lei, referiu. Para este processo o BNA conta com a participação das empresas de telecomunicações móveis que operam no país, a Unitel e a Movitel, que além de apoiarem a concepção do novo diploma, trocam ideias para encontrarem as melhores opções para as operações no futuro.

Dados recentes confirmam que actualmente doze milhões

A NÍVEL MUNDIAL OS NÍVEIS DE INCLUSÃO FINANCEIRA PASSARAM DE 51 POR CENTO EM 2011, PARA 69 EM 2017

82 POR CENTO

É a taxa divulgada do Quênia, considerado o maior país africano em termos de inclusão financeira

da população angolana são usuários de telemóveis, 15 por cento faz uso da internet e apenas um por cento faz compras on line. Segundo o vice-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), Rui Minguêns, que dissertava, numa das conferências realizadas pelo BNA, este ano, o uso das tecnologias de informação (TIC) no sistema financeiro bancário nacional vai ajudar a acelerar o processo de inclusão financeira.

“As tecnologias de informação estão a evoluir de uma forma significativa, de tal forma que novas empresas financeiras e tecnológicas estão num momento de integração das suas

funções no que diz respeito aos serviços de pagamentos, onde se nota a interacção das novas tecnologias com o sector financeiro”, disse na ocasião.

Directrizes

Ainda em Maio deste ano, no quadro do estreitamento das relações institucionais com o Grupo Banco Mundial (GBM), visando a captação de importantes financiamentos para apoiar a agenda governativa do Executivo, o Conselho de Directores Executivos daquela instituição visitou o nosso país, tendo sido discutido também aspectos ligados ao programa

de Inclusão Financeira do BNA.

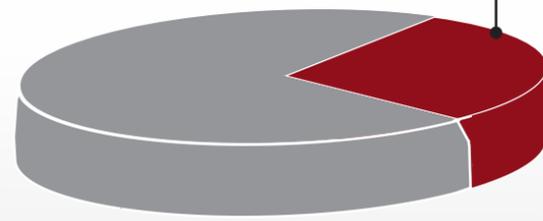
O encontro contou com a presença de responsáveis seniores do BNA, de representantes da direcção da Abanc, Kixicredito, MasterCard e do website sobre finanças pessoais “Kamba Rico”.

A inclusão financeira é o processo que proporciona aos consumidores e investidores uma maior compreensão dos produtos financeiros e a adopção de comportamentos financeiros adequados - OCDE, 2005. Ela significa que entidades colectivas e todos os cidadãos têm acesso e utilizam, efectivamente, produtos e serviços financeiros.

NÍVEIS DE INCLUSÃO FINANCEIRA

29%

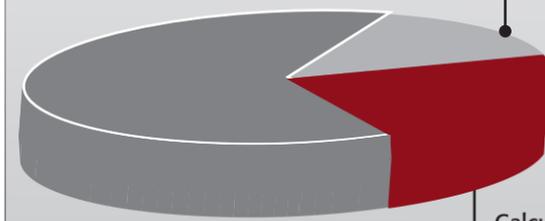
Representa a taxa estimada dos adultos incluídos financeiramente e que até 2020 o BNA quer fixa-los acima dos 50 por cento



TAXA DE INCLUSÃO POR GRUPO

22%

É o percentual em termos do género feminino que se estima estar a beneficiar dos serviços financeiros em Angola



15%

Calculado como o valor de jovens que também têm acesso aos serviços bancários

CONCENTRAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS NA CAPITAL ANGOLANA DEVE SER SUPERADA

Números do Banco Nacional de Angola (BNA) asseguram que 51% da rede bancária angolana está concentrada em Luanda e o mesmo acontece com os sistemas de pagamentos electrónicos (ATM) com um parque de 52% e cerca de 72% dos terminais de pagamento automático (TPA) também concentrados na capital angolana.

Sobre este aspecto, a direcção do BNA entende ser preciso mudar o quadro. Para tal, o governador do BNA, José de Lima Massano, disse, recentemente, ter em vista já um conjunto de medidas, no âmbito da inclusão financeira, como um maior dinamismo dos pagamentos móveis e, também, nos pagamentos digitais. O governador José de Lima

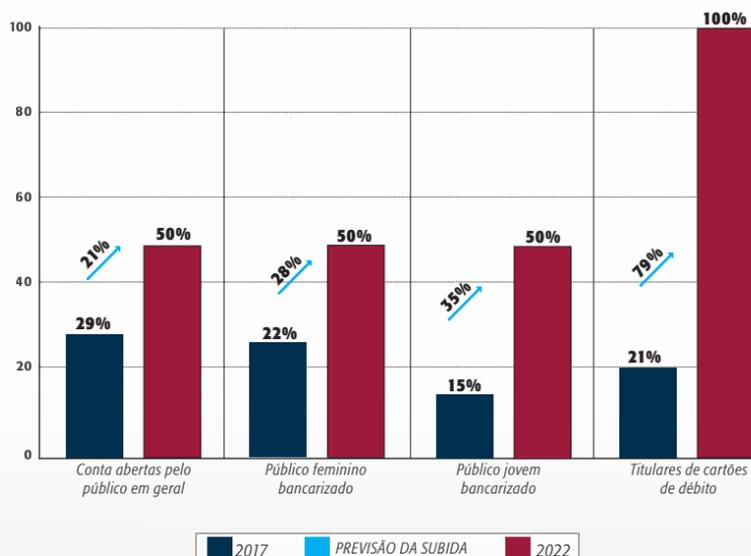
Massano considerou que grande parte das províncias do país ainda tem acesso limitado aos principais serviços do sistema financeiro, sobretudo ligados à banca, a maioria concentrados em Luanda. “O nível de concentração de resto no nosso país do sistema financeiro ainda é alto, cerca de 94% do crédito que é concedido à economia

é aqui na província de Luanda, também ocorre com os depósitos, cerca de 95% dos depósitos são captados em Luanda”, explicou. Segundo assumiu, a instituição que dirige tem ainda pela frente “um trabalho intenso para desenvolver no sentido de trazer mais angolanos para o sistema financeiro, particularmente, para os serviços bancários”.



Zona Financeira do Patriota

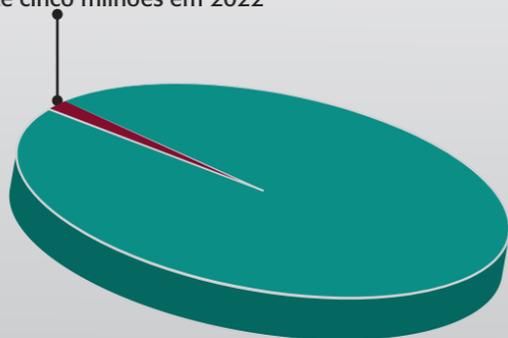
ONDE QUE SE PRETENDE CHEGAR



CONTAS DE DINHEIRO MÓVEL/E-KWANZA

1,7%

É a taxa de 2017 (84.155) de contas móveis abertas ao que se pretende elevar até cinco milhões em 2022



FOONTE: BNA | ARTE: BRUNO VD

Ranking "obtenção de crédito" sinaliza fraquezas

O relatório Doing Business do Banco Mundial de 2019 classificou Angola na posição 184 num total de 190 economias no indicador de "Obtenção de Crédito". A pesquisa apurou que o maior volume de empréstimo (cerca de 75 por cento) centrou-se em sectores não produtivos como imobiliário, construção e empréstimos para o consumo.

Os dados que foram avançados por um representante da Acelera Angola, denota que essa realidade limita o papel do sector financeiro na diversificação, e a falta de acesso ao financiamento, que aumentou significativamente entre 2010 e 2016, são factores que contribuem para o enfraquecimento dos níveis de poupança no país.

De acordo com dados avançados pelo BNA, o projecto Bankita, criado em 2011, dos acordos celebrados com 13 bancos comerciais, permitiram a abertura de 836 mil 451 contas bancárias, 304 campanhas realizadas, até ao momento actual (2019). O projecto que na altura tinha sido lançado para incentivar a população em geral à poupança, caminha até ao momento de forma acanhada. Dos programas como a Inser-



Programa Bankita é uma iniciativa do BNA e subscrito por vários parceiros

ção de conteúdos de literacia financeira no sistema de ensino nacional, com arranque previsto em 2015, parecem até ao momento não surtir o efeito desejado. O referido acordo tinha sido na altura assinado com o Ministério da Educação (MED).

O projecto tinha como finalidade, motivar jovens estudantes para a aprendizagem contínua e

inserção de conteúdos em disciplinas transversais.

O lançamento do concurso nacional anual de Educação Financeira com arranque previsto para 2017, até ao momento também ainda não se materializou.

A capital luandense, com 27 por cento da população, representa 90 do crédito total e 95 dos depósitos totais de todo o país.

1

BILIÃO

É o número de pessoas que se pretende trazer ao sistema financeiro mundial nos próximos tempos

12

MILHÕES

São os angolanos calculados como os que possuem um telefone móvel, indicador referência para a bancarização

15

POR CENTO

São dos 12 milhões os que usam a internet, sendo que só e apenas um por cento destes faz compras on line

836

MIL CONTAS

Foram abertas no quadro do programa bankita que mobilizou ao todo 13 bancos dos 26 que actuam no sector

OPINIÃO

Gestão familiar



Vânia Inácio

Jornalista

O ORÇAMENTO FAMILIAR DEVE SER DISCUTIDO E ACEITE POR TODOS OS INTEGRANTES, INCLUSIVE PELAS CRIANÇAS

No ano de 2014 deu-se início a actual crise económica angolana. De lá para cá, segundo dados do site do BNA, a economia sofreu a pior recessão da história, culminando no recuo no Produto Interno Bruto (PIB), o registo de certo descontrole da inflação, que contraiu para 2,58 por cento, em 2016 e 0,15 em 2017.

Como se não bastasse, segundo relatórios divulgados na página do Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano, o desemprego em 2016 situou-se na ordem dos 19,9 por cento e teve o seu auge em 2017, ao atingir 3,6 milhões de angolanos. Em consequência ocorreu ainda uma drástica diminuição do poder de compra das famílias.

É exactamente sobre a família que deveremos centrar a nossa abordagem, uma vez que ela, enquanto agente económico, possui papel fundamental na economia.

O equilíbrio financeiro de uma família é fundamental para o desenvolvimento do país. No caso de Angola, que está em tempo de ajustes e de redefinições, a palavra mais escrita, lida e ouvida nos últimos tempos é "crise".

Se em tempos de bonança racionalizar era uma questão de consciência, nas famílias, onde o consumidor era aconselhado a adoptar a prática de fazer poupança, nos dias de hoje, por consequência da crise económica que o país atravessa, a população é obrigada a poupar.

O escritor americano Benjamin Franklin disse em certo momento: "um centavo poupado é igual a um centavo ganho".

Até ao momento actual, o orçamento familiar é muito pouco pesquisado no meio académico, reforçando a ideia de que a educação financeira em Angola não é praticada.

O interesse do governo na educação financeira, em Angola, é muito mais visível nos órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro, o que é um erro.

Infelizmente, não há dados do nível de endividamentos das famílias angolanas. É óbvio que os problemas de créditos malparados que os bancos enfrentam neste momento nos dão uma visão "imaginária" de que os chefes de famílias não têm condições de pagar as dívidas em atraso. E essa realidade é reflexo não só da situação económica que o país atravessa, mas também da falta de planeamento financeiro e de informação da maioria das famílias. Nestas horas, além de controlar a impulsividade, algumas dicas podem auxiliar a economizar e tornar a vida mais fácil, mesmo em momentos não tão favoráveis.

Um planeamento financeiro, além de auxiliar na educação financeira adequada, também auxilia no orçamento e gestão da própria renda e até criação de poupança. O orçamento familiar deve ser composto por três elementos principais, que são a receita, despesa e investimento.

As receitas são todos os recursos de dinheiro que entram no

orçamento. Existem receitas regulares, que são aquelas recebidas todo mês, como salário, arrendamento de imóveis, entre outros. As receitas eventuais, aquelas não recebidas mensalmente, como décimo terceiro, subsídio de férias e venda de bens.

Um orçamento pode ser efectuado numa simples folha de cálculo tipo Excel.

Tem dois indicadores fundamentais: os recebimentos e os pagamentos.

A diferença entre os dois explicará a variação do saldo bancário da família.

O primeiro orçamento de uma família é sempre o mais difícil de elaborar, sobretudo se não existir um resumo do destino que foi dado ao dinheiro nos últimos meses, mas em algum momento terá de começar.

É importante referir que o orçamento familiar deve ser discutido e aceite por todos os integrantes, inclusive as crianças, se possível.

O primeiro passo para elaborar um orçamento é avaliar a sua situação actual, ou seja, verificar quais são as categorias onde gasta dinheiro e os rendimentos que tem. O ideal é que as despesas não ultrapassem os rendimentos. Caso isso esteja a acontecer aconselha-se a tentar equilibrar as suas finanças pessoais.

Quanto à periodicidade, especialistas acreditam que um controle de gastos mensal pode sanar a necessidade de acompanhamento e planeamento da família. É claro que todo orçamento não é uma tarefa fácil, porém, estas simples estratégias, se bem adoptadas podem ajudar as famílias a contornar situações desfavoráveis e facilitará também o acúmulo de recursos visando desfrutá-lo futuramente com viagens, lazer ou a própria aposentadoria.



MRTT - RELATÓRIO DE		Preço Anterior	Último Preço	Data
Preço	Data	Preço	Data	
1	NA	NA	4,29	22-06-2015
22	94,88	26-05-2015	95,59	30-06-2015
7	100	20-05-2015	100	30-06-2015
1	95,53	26-05-2015	95,59	08-06-2015
4	94,5	28-05-2015	80,19	29-06-2015
4	97,88	26-05-2015	98,67	19-06-2015
10	93,93	28-05-2015	94,71	22-06-2015
9	95,29	27-05-2015	90,91	22-06-2015
8	92,44	28-05-2015	83,1	23-06-2015
10	NA	NA	91,81	24-06-2015
1	NA	NA	92,05	04-06-2015
4	NA	NA	98,07	30-06-2015
4	NA	NA	91,76	30-06-2015
4	NA	NA	90,34	17-06-2015

EM AGOSTO

Bodiva movimentou kz 64,7 mil milhões

A Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) movimentou, no mês de Agosto, um valor global de kz 64,7 mil milhões, de acordo com o Dashboard publicado na sua página de internet.

Os títulos com prazo de 2020 foram os mais procurados pelos investidores, num mês de Agosto em que o Banco de Fomento Angola (BFA) liderou, seguido do BAI e Millennium Atlântico.

O preço médio dos Bilhetes do Tesouro (BT) estiveram fixados em kz 898,89, enquanto as Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OTNR) fixavam-se nos kz 91,58. O preço médio das Obrigações do Tesouro Indexado à Taxa de Câmbio (OTXC) foi de kz 101,37.

O documento electrónico sobre as transacções de bolsa na Bodiva atestam, por outro lado, que no Ambiente Multilateral foram transaccionados kz 53,8 mil milhões ao passo que

no Ambiente Bilateral trocaram-se 10,8 mil milhões.

Contudo, Agosto foi menos apetecível se comparado aos kz 72,6 mil milhões do mês de Julho. Naquele período, 58,7 mil milhões foram mobilizados no Ambiente Multilateral e os outros 13,9 mil milhões no Bilateral.

No conjunto dos oito meses (Janeiro a Agosto), a Bodiva mobilizou em títulos e bilhetes um valor de kz 576 mil milhões.

A seguir aos títulos de 2020 seguem-se os de 2021 e os de 2022 como os com maturidades (prazos de vencimento) mais procurados pelos aforradores.

No I semestre, foram contabilizados, na Bodiva, mais de dois mil negócios que resultaram em transacções verificadas de kz 450,7 mil milhões. Desse total, 379,5 mil milhões foram negociados em ambiente multilateral e 71,2 mil milhões em mercado bilateral.

O pico mais alto do período em referência foi registado em Fevereiro deste ano. *IL*

24

DIAS

É o tempo que falta para a entrada em vigor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), previsto para 1 de Outubro. A partir dessa data deixa de vigorar o actual imposto de consumo, tido por prejudicial aos produtores e produtos nacionais

60,40

DÓLARES

Era em quanto se comercializava o barril de petróleo no mercado de futuros de Londres. O petróleo referência às exportações angolanas baixava assim 0,03 céntimos de dólares em relação ao último fecho de terça-feira, o que representa no global uma perda de 0,05 por cento

2,6

MIL MILHÕES DE KWANZAS

Representa o valor arrecadado pelo comércio de diamantes no mês de Julho, só abaixo dos 2,7 mil milhões de Janeiro e dos 4,1 mil milhões do mês de Abril, segundo o Minfin

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM ALTA

Tanto a produção de petróleo quanto a de gás natural aumentaram em Julho em relação ao mês anterior e ao mesmo período do ano passado. A produção de petróleo foi de 2,775 milhões de barris por dia (bbl/d), uma elevação de 8,5 por cento frente a Junho e de 7,8 em comparação a Julho de 2018. Foram produzidos 124 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia (m³/d), um crescimento de 11,7 por cento frente ao mês anterior e de 7,1 na comparação com Julho/2018.

NIGÉRIA E ARÁBIA SAUDITA PUXAM OPEP

A produção de petróleo da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentou em Agosto, a primeira alta desde que o grupo e seus aliados iniciaram uma nova rodada de cortes de produção no início do ano para sustentar o fraco mercado global. A Nigéria e a Arábia Saudita lideraram o impulso da Opep, que colectivamente aumentaram 200 mil barris/dia para 29,99 milhões por dia, segundo a Bloomberg.

BNA VENDE USD 750 MILHÕES ESTE MÊS

O Banco Nacional de Angola fez saber, através de um comunicado que, este mês, será vendida moeda estrangeira no valor equivalente de usd 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), por via de leilões de preço.

De acordo com o banco central, após cada sessão, vai ser divulgado no portal institucional do BNA, o montante disponibilizado, o número de participantes, as taxas de câmbio máxima e mínima admitidas bem como a taxa de câmbio média resultante da sessão.

Para esta primeira semana, de 2 a 6, em dois leilões, nos dias 2 e 3, foram disponibilizados ao todo usd 287 milhões. A taxa média ponderada é de kz 366,346, com 19 bancos no primeiro dia e 23 no segundo, respectivamente.

No mês de Agosto, foram efectuados três leilões semanais, sendo que no primeiro, que decorreu nos dias 5, 7 e 8, foram postos à disposição da banca, ao todo, mais de usd 160 milhões. As mesmas destinaram-se às operações privadas, liquidação de CDI, viagens, cartões, transferências correntes e salários, além de mercadorias e serviços com o exterior. A média de participantes foi de 20 bancos. A taxa média nas operações foi num mínimo de kz 356,354, contra um máximo de 362,247.

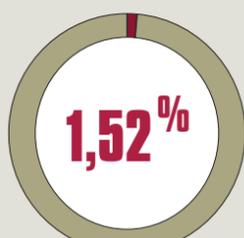
No leilão seguinte, isso na semana de 12 a 16, o BNA pôs à disposição dos bancários um total de usd 15 milhões. Participaram 14 bancos com uma taxa média ponderada de kz 365,674.

Na semana de 19 a 23 de Agosto, o Banco Nacional de Angola (BNA) disponibilizou usd 110 milhões. Participaram seis (6) bancos sob taxa média ponderada de kz 365,659 por cada dólar vendido.

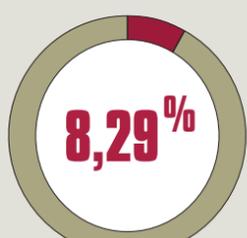
EDIÇÕES NOVEMBRO



Acesso às divisas mantém níveis



Inflação mensal



Inflação acumulada

BNI e IFC do Banco Mundial aumentam linha de financiamento para 50 milhões de dólares

Plafond atribuído ao Banco BNI decorre ao abrigo do Global Trade Finance Program e tem em vista a aceleração do apoio às empresas nacionais no quadro do processo de diversificação económica em curso

O IFC - Instituição Financeira do Banco Mundial para o Sector Privado aprovou, recentemente, o aumento do plafond atribuído ao Banco BNI, ao abrigo do Global Trade Finance Program, para usd 50 milhões.

De acordo com uma nota chegada à nossa redação, o reforço desta linha de crédito assinada em Julho de 2014, além do aumento da credibilidade do Banco junto daquela Instituição Financeira Internacional, irá permitir incrementar o apoio ao sector empresarial em Angola. essa opção alarga o leque das empresas a apoiar e, consequentemente, poder vir a contribuir para a diversificação económica em curso.

Na visão do presidente do Conselho de Administração do BNI, Mário Palhares, este

AUMENTO DE PLAFOND REPRESENTA TAMBÉM O AUMENTO DA CAPACIDADE DE APOIAR O DESENVOLVIMENTO

aumento de plafond, ora aprovado, representa não só o reforço das relações entre as instituições, iniciadas em 2014, mas também, o aumento da capacidade do Banco, em apoiar de forma mais sustentada o desenvolvimento da actividade empresarial internamente.



O BNI é presidido por Mário Moreira Palhares (vice-governador do BNA, entre 1991 e 1997), e controla 28,28 por cento

Em Maio deste ano, o banco anunciou ter recebido a certificação internacional de qualidade ISO 9001, atribuída pela empresa Bureau Veritas, culminando um processo desenhado em Julho de 2018.

O BNI referiu, na ocasião, que a certificação diz respeito

à área de prestação de serviços bancários de apoio ao cliente, para o Contact Center e para a Provedoria do Cliente. O banco disse considerar o Bureau Veritas uma das maiores empresas internacionais no domínio das certificações, pelo que a obtenção da certificação coloca-o "no

patamar do conjunto das instituições, quer em África quer a nível internacional."

Criado em 2016, com sede em Luanda, o BNI é presidido por Mário Moreira Palhares, vice-governador do BNA entre 1991 e 1997, e controla o banco com 28,28 por cento das acções.

COTAÇÕES

TAXAS DE CÂMBIO

361,724
USD/AKZ

COMMODITIES

61,04
BRENT

TAXAS DE JURO

Moeda	05 Set 2019
EURIBOR 1 mês	EUR -0,441
EURIBOR 6 meses	EUR -0,439
EURIBOR 12 meses	EUR -0,379
LIBOR 1 mês	USD 2,05725
LIBOR 6 meses	USD 0,78675
LIBOR 12 meses	USD 1,89688

COMMODITIES

	05 Set 2019
BRENT	61,04
CRUDE OIL	56,36
GÁS NATURAL	2,45
OURO SPOT	1,544.27
TRIGO	466,75
AÇUCAR	11,08
CAFÉ	96,85
ALGODÃO	58,57

MERCADOS ACCIONISTAS

Índice	05 Set 2019
DOW JONES	26,355.47
S & P 500	2,937.78
NASDAQ	7,976.88
FTSE 100	7,259.01
BOVESPA	98,193.50
PSI 20	4,958.93
NIKKEI 225	21,085.94
DAX	12,103.53
HANG SENG	101,200.90

TAXAS DE CÂMBIO SPOT

Cotação	05 Set 2019
USD/AKZ	361,724
EUR/AKZ	399,814
ZAR/AKZ	24,416
EUR/USD	1,1063
GBP/USD	1,2333
USD/JPY	106,6300
USD/ZAR	14,8160
USD/BRL	4,0813
USD/CNY	7,1445

PUBLICIDADE

SE ÉS PROFISSIONAL, GRADUADO, EXECUTIVO OU GESTOR ESTUDE NA

BBS!

A MELHOR INSTITUIÇÃO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS

Inscrições Abertas!
Turmas 2019

Ligue já:

933 153 043
926 302 182
939 105 411
222 727 980

MESTRADO *Em Portugal*

GESTÃO DE EMPREENDEDORISMO

EMPREENDEDORISMO COM ÊNFASE EM FISCALIDADE

Ingombota, Rua - Rei Katyavala
Edifício Avenca Plaza
11º Piso
Luanda - Angola

Contacto@bbsangola.co.ao
Site:www.bbsangola.com.br

Inscrições até Agosto/2019

MBA'S

MBA FINANÇAS E NEGÓCIOS
MBA GESTÃO DE PROJECTOS
MBA GESTÃO DE PESSOAS E RH

Novas Turmas - setembro de 2019



Farinha de mandioca triplica o preço nos supermercados

Isaque Lourenço e Alberto Quiluta

O quilograma de farinha de mandioca nos supermercados de Luanda, mas com representação nacional, está a custar um mínimo de 595 e máximo de kz 799.

Apreciada por muitos e nem tanto por outros, que justificam a prisão de ventre como uma consequência directa da ingestão desse quitute, o preço do quilograma da farinha de mandioca nos mercados informais chega a variar entre kz 200 e 250, três vezes menos que nos revendedores formais.

Para as donas de casas de refeição, a farinha, que acompanha o caldo, o mufete e também usada na farofa, é indispensável e o seu preço de venda é fundamental, daí que sabem bem dos pontos de (re)venda e dos reais preços.

A par da farinha, também é ainda notória a variação no preço da fuba de milho e a de bombó (outro derivado da mandioca tal e qual a farinha). Há ainda, em alguns operadores, fuba importada.

Na justificação apresentada, os lojistas dizem que os produtores nacionais da fuba de milho e



A farinha fina e de musseque está a variar entre kz 150 e 250 nos produtores

de bombó estão a sobrefacturar, pois as unidades comerciais compram em elevadas quantidades, mas a um preço muito mais alto do que os pequenos compradores.

Por exemplo, o gestor de um dos quatro supermercados (no quadro ao lado), e que preferiu não se identificar, disse ser injusto para os grandes distribuidores comprarem mais caro, quando até são eles que lidam com os impostos e responsabilidade social dos trabalhadores, ao contrário da "má" concorrência que vende às portas dos supermercados e em lojas de proximidade,

sem fiscalização, mas ainda assim apresentam preços (in)comparáveis aos da situação real.

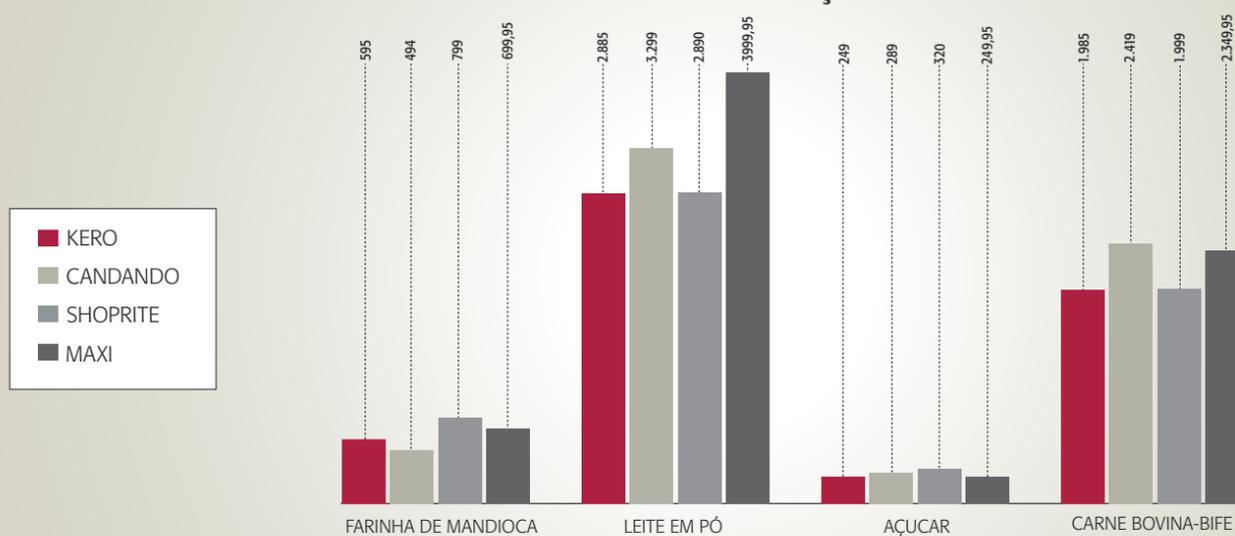
Esta semana, a nossa equipa também constatou um certo retorno à normalidade nos preços do cartão de ovo (embalagem de 24 unidades), que já está a ser vendido ao preço de kz 1.200 a 1.350 na maioria dos revendedores informais.

Quanto ao açúcar, outro produto de elevada procura, e consequente, consumo, a situação parece mais estabilizada. A oferta nos informais assim como nos supermercados apresentam certa paridade.

Produtos	Preços (Kz)			
	Kero	Candando	Maxi	Shoprite
Açúcar -1 kg	249,00	289,00	320,00	249,95
Água mineral -5 lt	259,00	259,00	274,00	399,95
Arroz -1 kg	275,00	279,00	342,00	399,95
Azeite -500 ml	645,00	679,00	799,00	899,95
Batata rena -10 kg	2.440,00	2.490,00	3.290,00	3.999,95
Carne bovina-bife-1 kg	1.985,00	2.419,00	1.990,00	2.349,95
Cebola -10 kg	3.267,00	3.240,00	3.490,00	3.499,95
Chouriço -900 gr	1.484,00	1.486,00	1.760,00	1.999,95
Corvina - 1 kg	2.485,00	2.489,00	3.690,00	2.599,95
Farinha de trigo - 1 kg	245,00	279,00	289,00	299,95
Farinha de mandioca kg	595,00	494,00	799,00	699,95
Feijão - 1 kg	579,00	584,00	658,00	599,95
Frango - 1 kg	894,00	1.044,00	1.179,00	929,95
Fuba de bombó - 1 kg	245,00	244,00	-----*	699,95
Fuba de milho - 1 kg	294,00	239,00	449,00	699,95
Leite UHT - 1 lt	295,00	299,00	349,00	299,95
Leite em pó 1.800 gr	2.885,00	3.299,00	2.890,00	3.999,95
Massa alimentar - 50 gr	125,00	139,00	129,00	179,95
Margarina - 350 gr	195,00	249,00	249,00	199,95
Óleo alimentar -1lt	539,00	429,00	518,00	499,95
Ovos - 24 unidades	1.296,00	1.299,00	1.396,00	1.399,95
Pão - pequeno	16,00	20,00	25,00	19,95
Salsicha - 350 gr	244,00	219,00	399,00	299,95
Vinagre - 0,5 lt	114,00	109,00	149,00	199,95
Total	21.650,00	22.576,00	25.433,00	27.228,80

----- * produto em falta no stock -----

GRÁFICO COMPARATIVO DE PREÇOS DE UM MESMO PRODUTO



Fonte: Preços cedidos pelos supermercados | Levantamento de quinta-feira, 5.09.2019 | Valores expressos em kwanzas | Quaisquer alterações no custo aqui expresso e o real apenas engaja o respectivo operador

Candando entra na plataforma Tupuca para fazer entregas

A partir desta semana passa a ser possível encomendar produtos do Candando na APP da Tupuca.

De acordo com a assessoria de comunicação do operador, deu-se mais um passo no sentido de reforçar a conveniência da sua proposta de valor e diferenciar o seu serviço, ao permitir, via Tupuca, a encomenda on line dos seus produtos.

A Tupuca pela sua credibilidade, espírito inovador e eficiên-

cia é o parceiro ideal para esta nova aposta do Candando, refere fonte do Candando.

“É assim possível fazer, através da APP da Tupuca, a encomenda de produtos do Candando e recebê-los comodamente em casa entre às 10h e às 20h, de segunda a sábado e entre às 11h e às 20h aos domingos”, disseram.

Nesta fase de arranque a loja base é a do Morro Bento, estando as entregas garantidas num raio



Entregas da Tupuca abrange produtos do Candando num raio de 10 km

de 10 km, mediante o pagamento de uma taxa de entrega variável em função da distância.

O Candando é uma empresa de retalho alimentar de capital 100 por cento angolano, que aposta no equilíbrio entre a sofisticação moderna e a autenticidade dos mercados tradicionais, para garantir diariamente uma selecção dos melhores produtos ao melhor preço de mercado e uma experiência de compra diferenciadora.

Revistas às compras dos clientes persistem

Controladores à saída das lojas da rede AngoMart vistoriam os sacos de compras para aferir a sua conformidade com a factura contrariando disposições legais



AngoMart contraria Inadec com insistência na revista às compras à saída

Isaque Lourenço

Quem vai às compras na rede de lojas AngoMart tem de enfrentar a revista à saída e a confirmação dos produtos que leva de acordo com a factura de pagamento.

Esta iniciativa é uma contravenção clara aos direitos do consumidor, em função de uma anterior decisão das autoridades reguladoras desse segmento.

Em Abril desse ano, o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) proibiu estas práticas nos estabelecimentos

comerciais, por considerar que violam o direito à integridade pessoal e o princípio da presunção da inocência inscritos na Constituição da República de Angola.

Tal como constatado nas reportagens do *Jornal de Angola* e outros órgãos de imprensa nacionais, a prática persistia e até hoje não há sinais de mudança dessa prática. Nos Kero, Alimenta Angola, Candando e Shoprte por onde passámos não foi visto este procedimento.

Chinha João foi à AngoMart comprar bens essenciais da cesta básica. Passou pela revista dos “kaenche”, e considerou a revista

O INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (INADEC) PROIBIU ESTAS PRÁTICAS NOS ESTABELECEMENTOS COMERCIAIS

um autêntico desrespeito à presunção da inocência dos clientes.

“Ouvimos nas rádios e vemos pela televisão que é proibido revistar as compras dos clientes, mas aqui no AngoMart do Benfica, as pessoas que trabalham na portaria não cumprem essa orientação. É uma vergonha e até porque essas revistas poderiam ser feitas na caixa por altura do pagamento”, defende.

A gerência da loja não se mostrou disponível para atender o nosso pedido de esclarecimento, talvez porque não nos identificamos em nome da imprensa, mas na condição de consumidor. Além de ameaçados, fomos recomendados a obedecer só e somente.

INADEC constata 31 infracções

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) realizou, entre 23 e 30 de Agosto, um total de 79 visitas de constatação, atendeu 10 denúncias, de acordo com uma nota chegada à nossa redacção.

No referido período, a actividade inspectiva do Inadec culminou com a detecção de 31 infracções, seis (6) apreensões, uma (1) inutilização e 23 aconselhamentos no que toca à fiscalização do mercado de consumo.

Segundo o relatório, relacionado à educação e sensibilização aos fornecedores de bens e prestadores de serviços, o Inadec realizou uma campanha de sensibilização sobre higiene, saúde e segurança nos matadouros, de âmbito nacional.

O evento foi uma parceria com os laboratórios Central da Agricultura, da Saúde e Comércio bem como as administrações municipais.

No sector das telecomunicações, o Inadec fez saber que endereçou ofícios às operadoras Unitel e Movitel sobre o envio de publicidades não solicitadas pelos clientes.

PUBLICIDADE

TAAAG

PROMOÇÕES FANTÁSTICAS

VOOS DOMÉSTICOS
CLASSE ECONÓMICA
A PARTIR DE

49.764*

Akz



LEVANTE VOO

COM AS NOSSAS PROMOÇÕES

Conheça todas as promoções que temos para si. Para mais informações ligue para o nosso call center, dirija-se a uma loja TAAAG ou agência de viagens.



www.taag.com
Call Center: 923 190 000

Sujeito a disponibilidade de lugares. Vendas a partir de 26 de Agosto até 30 de Setembro. Viagens a partir de 01 de Outubro até 08 de Dezembro. Tarifa não reembolsável. Máximo de estadia 30 dias. Excluições: De e para Cabinda • Crianças • Bebés.

TAAAG



LINHAS AEREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES



KINDALA MANUEL | EDIÇÕES NOVEMBRO

Preços dos produtos importados vão obedecer métodos de cálculo diferenciados após parecer do grupo técnico

REFERÊNCIA NA IMPORTAÇÃO DE BENS

Cálculo de preços é feito sob métodos mais claros

Pedro Peterson

O Ministério do Comércio apresentou, esta semana, aos operadores económicos, uma plataforma para método de cálculo dos preços de referência na importação de bens, visando garantir que os produtos importados cheguem aos destinos com uma variação mínima e controlada de preços.

Segundo um documento do Ministério do Comércio a que o JE teve acesso, a plataforma resulta das recomendações saídas na reunião de 6 de Agosto último, realizada entre membros do grupo técnico para as questões macroeconómicas, sob a coordenação do secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República.

O Ministério do Comércio, que

instituiu a unidade de reconciliação de dados, e os demais órgãos que licenciam ou intervêm no licenciamento de importações, estão a reforçar o controlo e prevenção de irregularidades.

Este controlo, segundo o documento, vai mitigar as práticas de preços alterados assim como o branqueamento de capitais que têm sido detectados, bem como garantir a entrada efectiva dos produtos importados.

O método deverá incluir a verificação de determinadas informações nas facturas, fazer constar detalhes que justificam que determinado pagamento refere-se às quantidades, referências e preços, em harmonia com os comprovativos de pagamentos e demais documentos inerentes às importações.

O documento vai ainda considerar os custos de frete e seguro que, em geral, são pagos

A PLATAFORMA VAI FACILITAR AS AUTORIDADES NA FORMAÇÃO DE PREÇOS DOS PRODUTOS

em moeda estrangeira.

O chefe do departamento da balança comercial, da Direcção Nacional do Comércio Externo (DNCE-Minco), José Sicato, disse na ocasião que, estão a ser detectados casos de comerciantes que receberam as divisas em 2017 e as mercadorias só estão a entrar no país no ano corrente, o que

indica que houve uma irregularidade perante o Artigo 40.º do Decreto 75/17, que obriga o operador económico a revender as divisas a uma instituição financeira bancária, sempre que não consiga proceder a importação nos prazos estabelecidos”, disse.

Os operadores presentes na cerimónia, consideraram bastante eficaz e oportuna a utilização da referida plataforma, como forma de melhorar os actuais procedimentos de controlo das irregularidades mais frequentes no que às importações diz respeito.

Além de Directores e técnicos do Ministério do Comércio, estiveram também presentes representantes dos Ministérios das Finanças, Pescas e do Mar, Agricultura e Florestas, o Banco Nacional de Angola e outras instituições bancárias e comerciais.

Unitel forma mais de 560 agentes em 14 províncias do país

Mais de 560 Agentes de produtos e recargas Unitel, participaram nos seminários sobre recargas electrónicas realizados nas províncias de Luanda, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Benguela, Cunene, Cuando Cubango, Bié, Huambo, Huíla, Cabinda, Malanje, Moxico, Namibe e Zaire.

A acção ocorreu nos meses de Julho e Agosto do ano em curso, e visou aprimorar os conhecimentos dos agentes em relação às novas ferramentas de venda e gestão das recargas electrónicas, como o portal de agentes, mManager, APP mSeller e Menu mSeller.

Com ênfase no portal de agente e no Menu mSeller, os participantes reforçaram as suas competências técnicas, tendo em conta as normas e estratégias definidas



CEDIDA

Rede de telefonia móvel quer garantir maior qualidade de serviços ao público

pela empresa.

As recargas electrónicas são uma forma inovadora e conveniente para carregar o número da rede. O serviço permite a realização de carregamentos directos e/ou voucher SMS por intermédio de terminais portáteis disponíveis nas lojas e agentes, no qual o saldo é disponibilizado directamente no número do cliente.

Trata-se de uma configuração segura, rápida e de fácil acesso, além de ecologicamente correcta.

Nelson Andrade, agente há 7 anos em Luanda, disse que “a acção foi valiosa, uma vez que permite aperfeiçoar os conhecimentos e melhor interagir com os clientes. É importante que a empresa desenvolva várias acções do género ao longo do ano”.

Empresários angolanos e sul africanos acertam passos

Empresários angolanos e sul-africanos vão participar em Luanda, de 8 a 13 do mês em curso, num seminário sobre “Oportunidade de negócios”, com o objectivo de potenciar os empresários sobre aspectos ligados a investimentos e identificação de áreas com maiores potencialidades.

O grupo de 25 empresas de vários sectores da actividade económica, com destaque para a construção, minas, infra-estruturas, indústria, agricultura, agropecuária e serviços, vão trocar experiências e procurar divulgar os seus produtos junto das mais de 200 empresas que actuam no mercado angolano.

Segundo o embaixador da África do Sul em Angola, Fannie Mfana Phakolo, que falava hoje em conferência de imprensa, além das reuniões B2B previstas, os participantes efectuarão visitas às empresas dos sectores chamados a participar no evento.

Fannie Mfana Phakolo disse que a missão é promover os produtos sul-africanos e prestar serviços, para encorajar os empresários a investirem em Angola.

Por outro lado, o adido comercial da embaixada sul-africana em Angola, Meshack Mathye, afirmou que a visão das empresas sul-africanas está no mercado angolano e tencionam criar um ambiente de melhoria de negócios e fazer parcerias com empresas públicas e privadas.

Na sua óptica, os produtos importados e os negócios das 30 empresas sul-africanas que actuam em Angola estão a dar um sinal positivo, “queremos que haja equilíbrio e desenvolvimento na região”.

As trocas comerciais entre Angola e a África do Sul, em 2018, rondaram os 230 milhões de Rand.

O volume de transacções comerciais da África do Sul para Angola ronda kz 377.7 mil milhões, enquanto o inverso é de kz 133.3 mil milhões, cifra relativamente baixa devido à escassez de divisas.

GARCIA MAYATOKO | EDIÇÕES NOVEMBRO | ZAIRE



Trocas ainda estão desequilibradas

Angola Cables dá mais um passo na conexão de internet

Xavier António

A multinacional angolana de telecomunicações, Angola Cables, lançou recentemente, o novo ponto de interligação ao Ponto de Troca de Tráfego (PTT), também conhecido como PIX, no seu recém-inaugurado data center, localizado no Brasil, em Fortaleza, Estado do Ceará.

O PIX faz parte da malha de conectividade do Brasil Internet Exchange de Fortaleza, uma iniciativa do Comité Gestor da Internet no Brasil e do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto, que promove a infraestrutura necessária para a interligação directa, numa região metropolitana, de redes que participam da Internet no Brasil.

Uma nota da empresa chegada ao JE, indica que com esta aposta o tráfego de informações dos utilizadores ficará alojado num único ponto da região denominado data Center AngoNAP que detém uma alta capacidade de tráfego de rede, IP trânsito de alta qualidade, acesso a redes de internet ao redor do globo.

Melhorias

Para o presidente da comissão executiva da Angola Cables, António Nunes, o objectivo é fomentar um completo HUB de telecomunicações e um ecossistema de tecnologias de informação e comunicação. “Disposmos agora de um PIX que vai tornar o data

center num verdadeiro marketplace para os clientes da região”.

O director de projectos especiais e desenvolvimento do NIC Brasil considera que o IX.br de Fortaleza tem se consolidado como um dos maiores pontos de troca de tráfego de internet na América Latina, sendo que a inauguração do PIX da Angola Cables contribui para melhorar a qualidade da interligação entre as redes que formam a internet.

“Dentro do PIX, os seus utilizadores tais como provedores de acesso à Internet e empresas de serviço de streaming estarão ligadas directamente a 174 outras redes”, explica o documento.

A nota avança ainda que há cada vez mais empresas que precisam de trafegar dados e buscam empresas de telecomunicações que além de fornecerem a infra-estrutura avançada e soluções inovadoras de transmissão de dados, possam também oferecer um ecossistema completo e integrado.

Segundo apurou o JE, o ano passado a empresa investiu mais de 130 milhões de dólares no cabo submarino entre o Brasil e dos Estados Unidos da América. A Angola Cables é maioritariamente detida pela empresa pública Angola Telecom (51%), contando ainda com a Unitel (31%), a Mstecom (9%), a Movitel (6%) e a Startel (3%) na sua estrutura accionista. A empresa é uma multinacional de Soluções de IT, focada na venda de soluções para infra-estruturas de data center, venda de conectividade e serviços cloud.



Responsáveis da empresa durante a apresentação do novo data center que proporcionará mais tráfego de internet

O ANO PASSADO A EMPRESA INVESTIU MAIS DE 130 MILHÕES DE DÓLARES NO CABO SUBMARINO ENTRE O BRASIL E EUA

Bié recebe 15 novos autocarros públicos

João Constantino
no Cuito

A província do Bié tem 15 novos autocarros para o transporte inter-urbano de passageiros, com capacidade para transportar 62 pessoas, das quais 34 sentadas e 28 em pé.

Os meios rolantes de marca Marco-Polo estão vocacionados para o transporte urbano de pessoas e bens e serão entregues, por concurso limitado aos operadores de transporte na província.

A directora do Gabinete de Transporte, Tráfego e Mobilidade Urbana, Adélia Eduardo, disse que foi criada uma comissão encarregue de criar todas as condições necessárias para a realização de um concurso limitado, por convite aos operadoras de transporte local.

“Os convites serão dirigidos àquelas empresas que já operam no mercado, a pelo menos um ano, e que tenham licença



Os meios serão adquiridos em concurso

para esta actividade.

O concurso está aberto desde o passado dia 28 de Agosto e a recepção das candidaturas vão até 9 de Setembro”, garantiu.

O Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, segundo a directora, controla 20 empresas do ramo dos

transportes, e são estas instituições convidadas para apresentarem as suas propostas.

“O Governo da província pretende apurar, na primeira fase, cinco empresas que poderão beneficiar, cada uma, com cinco autocarros e operar nas vias pré-concebidas dentro da província do Bié”, afirmou Adélia Eduardo, garantindo existir um plano de mobilidade destes autocarros já elaborado.

A prioridade das linhas de transporte será para os estudantes, em função da elaboração do passe social.

“O Executivo angolano está a implementar o passe social, o instrumento que vai garantir a acessibilidade dos estudantes aos meios de transporte, sobretudo os estudantes do primeiro ciclo, idosos e antigos combatentes.

Com a entrada em vigor deste passe social, segundo a directora, as pessoas poderão ver facilitada a redução das tarifas em alguns casos e a gratuidade nos outros, transportes”, disse.

Estações de serviços aumentam soluções para os automobilistas

João Constantino
no Cuito

O número de estações de serviço para lavagem e manutenção de viaturas na província do Bié está a aumentar consideravelmente, criando emprego para jovens que encontram aí o ganha-pão para sustentar as suas famílias.

O JE fez uma ronda nas principais artérias da cidade do Cuito, tendo constatado a presença de várias estações de serviço sob gerência de cidadãos nacionais e estrangeiros. As pertencentes aos estrangeiros, sobretudo asiáticos, são as que oferecem maior confiança aos clientes.

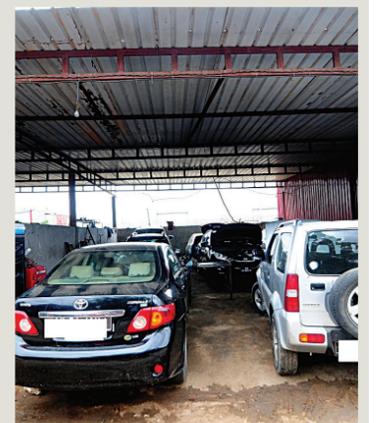
Existem oito estações de serviços, no Cuito, que prestam serviço diariamente ao público.

Abraão Barbosa, gerente de uma das estações de serviço do bairro piloto, zona urbana da cidade do Cuito disse ao JE que a empresa funciona há dois anos e o negócio é rentável.

Disse que é na época chuvosa que se regista maior clientela, tendo em conta o excesso de “lagoas” que existem nas zonas periféricas.

A empresa empregou 10 jovens, dos quais dois na área de bate-chapa, 4 na pintura, dois na área de recauchutagem e lavagem de viaturas e igual número na área de mecânica.

Com a criação da associação dos mecânicos, Abraão Barbosa disse que, o serviço vai estar melhor organizado.



Uma estação de serviço em Luanda

Entre várias estações existentes no Cuito, visitámos, igualmente, a estação de serviço sem manutenção, denominada “Sidarta Vanois”.

Segundo o gerente da “Sidarta Vanois”, António Yongole, a sua estação está aberta há três anos, e possui clientes permanentes que deixam as suas viaturas sem desconfiança.

“A qualidade e a confiança no serviço prestado é o elemento fundamental para qualquer relação de trabalho que possa existir entre o prestador de serviço e o cliente como consumidor final do produto”, destacou.

António Vanois e a sua estação de serviço têm preços estipulados que variam entre kz 2.500 e 4 mil, dependendo do tamanho das viaturas.

António Yongole, disse ter empregado quatro jovens para a lavagem e manutenção de viaturas.

António Eugénio

As micro-empresas angolanas estão mais ousadas e como que imparáveis no cumprimento da sua missão de negócios. Ressentem às dificuldades que gravitam sobre a economia, desde a exiguidade de financiamento, escassez de divisas e outros, mas nem por isso marcam passo atrás. Cada uma, na sua área, mantém a firmeza, persistência e fé num futuro “bom”, que passa por redobrar as iniciativas e fazer das dificuldades uma “janela” de oportunidades para o progresso, empregando jovens.

A mentalidade de investir parece ter se adaptado ao tempo a muita gente, pois já não há “negócios milionários”. Com poucos recursos faz-se e bem, um determinado projecto social e económico.

Quem não se lembra dos “jardins milionários”, que aos poucos se tinham tornado uma prática em quase todas as províncias. E do tempo que os jardins quase não representavam peso no orçamento do Estado? Faz parte do passado.

O exemplo, vem da Centralidade do Kilamba, município de Belas, onde numa dada altura os jardins foram vandalizados e transformados em lugares de crime, prostituição, e outros males para a economia.

Para restituir a imagem inicial, sete empresas apresentaram projectos à administração local, para dar vida e valor à verdadeiros espaços verdes.

Foi assim que há dois anos a empresa “Cubanfree”, de Roberto Rodrigues, investiu 9 milhões de kwanzas para reabilitar um espaço de 4,38 hectares de área verde, no largo Agostinho Neto, no Kilamba. Para o sucesso do projecto, Roberto Rodrigues, director do projecto, conta com a participação de 16 jovens, entre carpinteiro, jardineiros e pintores que mantêm o vínculo laboral com o espaço “Nueva Gerona”, nome com que foi baptizado.

Nas primeiras horas da manhã crianças e jovens usufruem da brisa do local.

Nueva Gerona

Porque Nueva Gerona? Realça que, surge para homenagear mais de 18 mil estudantes angolanos, que se formaram na Ilha de Cuba, e têm de eleição o local “para matar saudades” da terra do “Caiman”, nome conhecido pelos antigos estudantes da Ilha Caribenha.

Antigos estudantes de Portugal encontram acolhimento no espaço. No princípio, conta que foi “difícil”, diz ter encontrado todas as infra-estruturas que suportam o lugar como casa de banho, sistema eléctrico, lancis, cadeiras destruídas.

Com os poucos recursos, e apesar de forças de “bloqueio”, o objectivo foi alcançado”, disse.

O retorno do investido passa pelo aluguer do espaço, com valores a rondarem os 100 mil kwanzas durante 24 horas. Desde baptizados até casamentos. Com 10 anos para explorar o espaço, conforme atesta o contrato, é desta forma



Assim estava o jardim da Centralidade do Kilamba que “Cubanfree” reabilitou depois de ser vandalizada, e queimada

Cubanfree dá outra imagem ao Kilamba

Empreendedor Roberto Rodrigues investiu cerca de 9 milhões de kwanzas na reabilitação de um dos espaços na centralidade

que ele consegue pagar o salário dos trabalhadores, e manter o jardim impecável e lindo.

Todas as semanas centenas de pessoas recorrerem ao “Nueva Gerona”, em busca de lazer e respirar “oxigénio”. Recentemente, foi palco do congresso católico em Angola,

Na perspectiva de rentabilizar o espaço nos próximos dias, está agendada a realização de feira de livros, actividades alusivas ao herói nacional Agostinho Neto, exposição de artes plásticas, concursos de dança e karaoke.

A gestão pretende de igual modo conectar o sistema “WiFi” (livre) para beneficiar às pessoas que frequentam o espaço, possam ter acesso à internet e promover leitura ao ar livre.

O “Nueva Gerona”, vai dar formação profissional à jovens a custo zero.

Silva Simões um jovem de 24 anos, trabalha no local há já algum tempo, considera que o projecto tem muita importância na sua vida por ser a principal fonte de sustento da sua família.

“Aqui era um mato, tudo estava cheio de capim. Com o trabalho que se está a fazer, tornou-se um lugar apetecível de se ficar”, disse.

Na mesma condição está Albertina Luvemba, jovem de 21 anos, também reconhece ser uma oportunidade para ganhar a vida.

Contraste

O contraste encontra-se no espaço de jardim defronte a administração. O lucro rápido, falou alto. Os proprietários dos espaços, colocaram roullotes, barracas, e outras formas de facturar. Descaracterizaram o jardim, consta que todos



Roberto Rodrigues
Director do Projecto



Albertina Luvemba
Trabalhadora auxiliar

FOI DIFÍCIL INVESTIR DEVIDO O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DA ESTRUTURA

9
MILHÕES DE KWANZAS
Capital investido pela CubanFree para reabilitar um espaço verde no Kilamba

os males que graçam a sociedade faziam morada no novo espaço.

Foram ignorados todos os apelos que pendiam para inviabilizar o projecto. Muitos jovens encontraram emprego, mas as regras contratuais foram ignoradas o “ganho falou mais alto”, contam alguns.

O Kilamba tem 24 jardins

ESTE EMPREGO TEM GARANTIDO O SUSTENTO DA MINHA FAMÍLIA

16
PESSOAS
Número de empregados que o projecto gerou com a recuperação do espaço

infantis, e oito casas de banho localizados nos diferentes espaços verdes e estão fechados, vandalizados e inoperantes.

Para manter a imagem dos jardins, a administração local fechou os estabelecimentos comerciais, roullotes que estavam nos jardins.

Espaços verdes reduzem custos com a saúde

O ambientalista Basílio Sandala defende que a manutenção dos espaços verdes pode reduzir os gastos com a saúde.

Explica, que um cidadão investe muito dinheiro comprando aparelhos de congelação, e medicamentos quando devia poupar conservando a natureza.

O aquecimento global, e o surgimento de doenças, também podem ser acautelados.

“Podemos poupar e evitar muita coisa com o verde: Temos oxigénio, e respiramos ar puro assim estamos a poupar dinheiro”, disse.

Assim como incentiva a preservação do meio ambiente e reabilitar os espaços verdes.

A banca angolana deve ser parceira, por ser uma área que emprega muita gente.

“O desemprego em Angola passa pelo apoio às micro-empresas como às de economia verde”.

É possível, reduzir à importação de medicamentos, que anualmente custa milhões de dólares.

“A capital angolana precisa de repôr a vegetação para amenizar a temperatura”, frisou.

Por isso lerta que, os espaços verdes não devem ser transformados em áreas comerciais.

“Angola ganha muito com os espaços verdes, atraem turistas, os jovens deixam de estar na delinquência.

Há mais saúde, poupamos dinheiro e temos mais tempo de vida que é bem maior”.

Basílio Sandala acrescenta para que haja mais investimento e formação no ramo do ambiente.

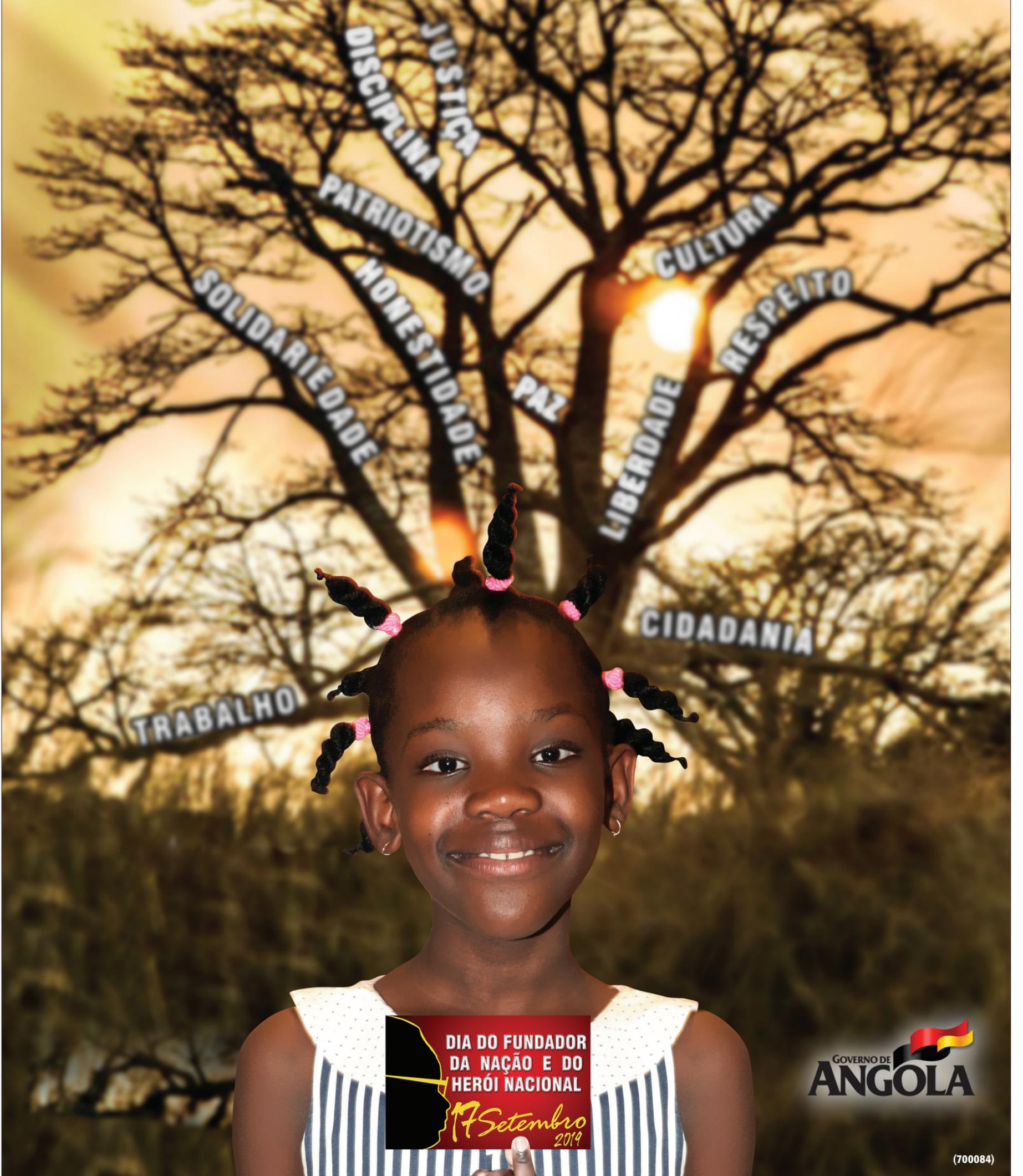
“Eu sou contra os estabelecimentos comerciais, sobretudo barracas e roullotes que são colocados no recinto dos espaços verdes de Angola”. **AE**



A nova imagem do jardim no Kilamba no largo Agostinho Neto

FOTOS ANTÓNIO EUGÉNIO

UNIDADE NO RESGATE DOS VALORES DA PÁTRIA



DIA DO FUNDADOR
DA NAÇÃO E DO
HERÓI NACIONAL
17 Setembro
2019



APOSTA

Produção de mel assegura rendimento às famílias rurais

Governo está a incentivar as populações de 150 municípios para apostarem neste segmento que poderá ajudar na preservação dos polígonos florestais de várias regiões

A população das zonas rurais foi desafiada a apostar mais na produção de mel, como forma de preservar os perímetros florestais e promover o auto-sustento.

O incentivo é do secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, que na passada terça-feira, no Huambo, em declarações à imprensa, após um encontro com o governador do Huambo em exercício, Leonardo Severino Sapalo, disse que mensagens idênticas já foram transmitidas a habitantes de 150 municípios, dos 164 existentes no país, de modo a que se possa apostar na produção de mel, como fonte de renda, ao contrário da exploração de carvão vegetal e de outras práticas que prejudicam as florestas.

Equilíbrio ambiental

O secretário de Estado disse ainda que a população deve também preservar as plantas frutíferas, quer para a melhoria da sua dieta alimentar e manutenção do equilíbrio ambiental, como para a auto-sustentabilidade, evitando, deste modo, práticas como do abate indiscriminado de árvores e queimadas anárquicas.

André de Jesus Moda realçou,



André Moda

Secretário de Estado para os Rec. Florestais

A POPULAÇÃO DEVE TAMBÉM PRESERVAR AS PLANTAS FRUTÍFERAS PARA A MELHORIA DA DIETA ALIMENTAR

por esta razão, o fomento do diálogo constante com a população, através do esclarecimento sobre os valores da ecologia, de modo a ter um nova postura sobre a valorização dos recursos florestais e a protecção do ambiente, um desafio que deve envolver tanto as instituições públicas, como as privadas.



A apicultura é desenvolvida em várias províncias com destaque o Moxico

Questionado sobre as queimadas no país, o secretário de Estado para os Recursos Florestais desmentiu as informações segundo as quais Angola figura entre os países com mais queimadas no mundo, esclarecendo que pode haver queimadas nas planícies e florestas abertas, mas não nas tropicais húmidas que

predominam no país.

Realçou que cada cidadão tem que ter consciência da preservação do ambiente, para a sustentabilidade das actuais e futuras gerações, apostando, deste modo, na plantação de cajueiros para o aumento das precipitações atmosféricas, bem como em acções ecológicas.

ECUNHA

PRODUÇÃO PAROU HÁ TRÊS ANOS

O processamento do mel no município do Ecuinha, na província do Huambo, continua paralisado, há três anos, por falta de frascos e equipamentos de impressão dos rótulos.

Em declarações à Angop, na última quarta-feira, o presidente da Copecunha, Félix Horácio, disse que tal situação é consequência da falta de divisas para compra dos meios no exterior do país.

O responsável informou ainda que a paralisação da actividade da processadora está a retrair a produção do mel neste município, que conta com quase 500 apicultores artesanais, 140 dos quais filiados à cooperativa.

Segundo disse, há três anos, a Copecunha, primeira processadora na província do Huambo, chegou a refinar e engarrafar 900 quilogramas de mel, produzidos por 180 apicultores locais, que recorriam à cooperativa para escoar a sua produção.

Félix Horácio deu a conhecer que o processo de refinação do mel é feito por intermédio de uma centrífuga manual e depois engarrafado em frascos de vidro de 500 miligramas, salientando que a cooperativa possui um laboratório de análise do produto e máquina de esterilização do material usado.

Criada em 2005, a Copecunha forma apicultores e fornece colmeias modernas e meios de extração do mel, porém, por falta de recursos financeiros, há três anos que os seus associados não beneficiam de tais acções.

REABILITAÇÃO DA AGRICULTURA DE RESILIÊNCIA

FIDA disponibiliza apoio de sete milhões de dólares

O Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) disponibilizou, esta semana, para apoio do programa de Reabilitação da Agricultura e Resiliência (ART), esta quarta-feira, em Ondjiva, a governadora provincial em exercício no Cunene, Suraya Mateus Kalongela, disse que o investimento vai ajudar a diminuir o impacto da seca na região.

O programa do FIDA que conta com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), prevê beneficiar oito mil famílias camponesas nessas regiões.

Nestas províncias, estão previstos projectos virados a captação da água, diversificação das culturas para o aumento da produção alimentar, renda familiar, melhoria da convivência social e adopção de técnicas para lidar com as alterações climáticas.

Ao discursar no acto de lan-

çamento do projecto de Reabilitação da Agricultura e Resiliência (ART), esta quarta-feira, em Ondjiva, a governadora provincial em exercício no Cunene, Suraya Mateus Kalongela, disse que o investimento vai ajudar a diminuir o impacto da seca na região.

ESTÃO PREVISTOS PROJECTOS VIRADOS A CAPTAÇÃO DA ÁGUA, DIVERSIFICAÇÃO DAS CULTURAS PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO

“Estamos todos esperançosos que o projecto venha a alcançar os objectivos preconizados e contribuir para a redução da fome e da pobreza que afectam às populações no sul do país”, explicou.

O Cunene vive, desde Outubro de 2018, uma acentuada crise, com 880 mil e 172 pessoas e um milhão de cabeças de gado afectados pela seca, que já causou a morte de 30 mil cabeças, entre bovino, caprino e suíno.

Para o Cunene, em concreto, no mês passado, foi disponibilizado um valor de dois milhões de dólares pelo Banco de Fomento Angola (BFA) para financiar o projecto “Mais água, Mais Vida”, de apoio às vítimas da seca no município de Ombadja. O valor é parte de um acordo assinado entre o banco, o governo do Cunene e o UNICEF, que visa beneficiar 2.400 famílias afectadas pela seca.



Organizações multilaterais e parceiros mobilizam-se em favor da região Sul

EM CINCO PROVÍNCIAS DO CENTRO E SUL

EDIÇÕES NOVEMBRO



A província da Huíla tem se destacado na distribuição de instrumentos agrícolas

1.000 toneladas de adubo “MPK” estão disponíveis

Ministério da Agricultura e Florestas garante apoio aos produtores nacionais

João Constantino
no Cuito

As províncias do Huambo, Bié, Huíla, Benguela e Cuanza Sul têm já disponíveis 1.000 toneladas de adubo do tipo “MPK” para assegurar o início da época agrícola 2019/2020.

A afirmação é do director nacional da Agricultura, António Sozinho, que justificou a aposta nestas cinco províncias pelo facto das chuvas terem iniciado mais cedo, em comparação com às demais.

“Estas províncias são as principais produtoras de cereais do país e a preparação da época agrícola já teve início”, justificou.

Com a aproximação do início das chuvas e da abertura do “ano agrícola”, destacou, há a necessidade de se colocar os insumos e inputs nas áreas de cultivo.

Salientou que existe em stock 6.250 toneladas de adubo, nos armazéns dos nossos fornecedores no país.

Por outro lado, garantiu que dentro das próximas semanas, o sector pretende reforçar, quer em adubos “MPK”, como em outros adubos simples (sulfato de amónio, ureia, cloreto de potássio).

“Esta medida vai permitir que alguns agricultores que quei-

1.150 TONELADAS
Corresponde a quantidade de semente, produzida internamente e que irá ajudar os camponeses.

ESTAS PROVÍNCIAS SÃO AS PRINCIPAIS PRODUTORAS DE CEREIS DO PAÍS E A PREPARAÇÃO DA ÉPOCA AGRÍCOLA JÁ TEVE INÍCIO

ram começar a cultivar tenham já algum adubo” disse.

Quanto as sementes, numa primeira fase, revelou, o sector está a distribuir cerca de 1.150 toneladas produzidas internamente.

“São sementes de milho e batata-rena. Em termos de feijão tivemos poucos agricultores a produzir sementes este ano”, sublinhou.

SAFRA

Fazenda Vinevala prevê colher 400 toneladas de trigo este mês

O projecto agrário está localizado no município do Chinguar e é uma mais-valia na região numa altura em que o proprietário conta com 50 hectares no Andulo

Cerca de 400 toneladas de trigo poderão ser colhidas este mês, pela fazenda Vinevala, num espaço de 223 hectares.

Segundo Alfeu Vinevala, proprietário do projecto localizado no município agrário do Chinguar (Bié), já colheu até agora, de forma manual, o equivalente a 10 toneladas de trigo.

“Estamos a fazer a nossa parte, mobilizamos mais trabalhadores eventuais e estamos a colher manualmente o trigo, enquanto esperamos respostas das autoridades centrais, que prometeram intervir e solucionar a situação”, afirmou, em entrevista ao **JE**.

O agricultor afirmou que o plantio de 230 hectares de trigo não se trata de experiência, mas sim uma aposta na diversificação dos produtos do campo na sua fazenda, tendo acrescentado que nos três anos plantou entre sete e 10 hectares.

“Plantar 230 hectares de trigo não é à título experimental. Eu reafirmo que não se trata de nenhuma experiência. É uma iniciativa para mostrar que os



Alfeu Vinevala

Empresário agrícola

É UMA INICIATIVA PARA MOSTRAR QUE OS PRODUTORES ANGOLANOS PODEM REDUZIR A IMPORTAÇÃO DE TRIGO, PRODUZINDO LOCALMENTE

produtores angolanos podem reduzir a importação de trigo, produzindo localmente e assim ajudar o Governo na diversificação da economia”, garantiu.

O agricultor destacou que vai continuar a plantar o trigo por ser um cereal fácil de cultivar, sendo que para isso, vai adquirir máquinas de cultivo de milho e de trigo.

“Vamos trabalhar para atingir este propósito. Vamos ter máquinas apropriadas para a colheita destes produtos nos próximos tempos”, garantiu, apesar de reconhecer que ainda são “muito caras”.

A fazenda “Vinevala” está localizada no município do Chinguar (Bié) e ocupa uma extensão de mais de 500 hectares de terra aráveis, onde produz batata-rena, milho, trigo e outros cereais.

O empresário Alfeu Vinevala possui ainda, na província do Bié, cerca de 50 hectares, no município do Andulo, onde este mês prevê colher 500 toneladas de batata-rena. **JC**



A fazenda “Vinevala” está a apostar na produção do trigo o que tem gerado muitos empregos nos jovens da região

AGRICULTORES DO BIÉ

Roubo em lavras e fazendas preocupa

Os constantes roubos que se verificam nas fazendas e lavras no município do Chinguar (Bié) estão a preocupar os agricultores da localidade, que por falta de meios de colheita, vêem os ladrões a apoderarem-se do seu esforço e árduo trabalho.

A fazenda “Vinevala” é um exemplo disso. Segundo o seu proprietário Alfeu Vinevala, a fazenda foi vítima de roubo de 110 toneladas de milho, no presente ano agrícola, um facto que deixa bastante preocupado que para o presente ano, vai semear apenas 30 hectares de milho, contra 200

na época 2018-2019.

“O maior problema que temos aqui são os roubos. Estamos a sofrer muitos roubos na fazenda e nas lavras vizinhas. O milho está a ser roubado em grande escala e estamos a ter muitos prejuízos financeiros”, lamentou o agricultor.

Quanto a safra do ano agrícola passado, o fazendeiro disse que foi boa, mas os prejuízos foram maiores.

“A produção foi muito boa, mas nas colheitas está o nosso maior problema. Neste ano, semeamos 300 hectares de milho para colher

1.500 toneladas e apenas colhemos 400. Foi um prejuízo muito grande”, lamentou.

Alfeu Vinevala continua a lamentar o facto de não haver máquinas agrícolas que facilitam a colheita de produtos em grandes quantidades.

“O produto é colhido por pessoas, que são supostas virem à noite de carro para roubar o produto ainda no campo. Mesmo contratando mais de 500 trabalhadores eventuais não conseguimos colher tudo em tempo útil e assim diminuir os roubos”, afirmou desolado. **JC**

CENTRALIDADES DO ZANGO 0 E CINCO

Obras externas por concluir condicionam venda de casas

Imogestin destaca em comunicado que o processo de comercialização das habitações nas centralidades poderá arrancar assim que estiverem concluídas as infra-estruturas



Em 2014, a imobiliária Imogestin assumiu o estatuto de principal gestora dos projectos habitacionais do Estado angolano que estão a ser construídos

Adérito Veloso

O início da comercialização das casas nas centralidades do Zango 0 e 5, em Luanda, está condicionado pela conclusão das obras das infra-estruturas externas das centralidades sob sua gestão, bem como pela implementação de eventuais procedimentos, com impacto comercial que poderão ser definidos pelo Executivo.

Segundo avança em comunicado a Imogestin (empresa gestora dos projectos habitacionais do Estado), em respostas à informação posta a circular, que dá conta de que o início das candidaturas para a aquisição de habitação nas centralidades do Zango 0 e Zango 5, por via do portal, está definido para o mês de Outubro, “não foi ainda definida uma data para o início de candidaturas para a aquisição de habitação nas centralidades

do Zango 0 e Zango 5”.

O comunicado a que o JE teve acesso frisa que, “quando a data para início das candidaturas for definida, a Imogestin vai comunicar atempadamente pelos órgãos de comunicação social e demais plataformas existentes para o efeito”.

A Imogestin reitera que tem um “Call Center” disponível para prestar quaisquer esclarecimentos sobre a comercialização dos projectos habitacionais do Estado em que está envolvida.

Projectos habitacionais

Várias centralidades e urbanizações estão a ser construídas pelo país pelo Estado angolano, sendo que até ao momento estão já execução os projectos das províncias de Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda Norte, Huíla, Namibe e Benguela, com projecção para 13 províncias.

A Imogestin faz a gestão das centralidades do Kilamba, Sequele, Zango 8.000, Zango 0 (Vida Pacífica) e 5, urbanização KK 5.000, e Capari (ambas em

Luanda, bem como a urbanização da KM 44-Bengo.

Faz ainda a gestão das centralidades do Dundo, Quilemba (Huíla), urbanização Baía Farta, Centralidade Lobito 3.000, urbanização do Luhongo, urbanização Praia Amélia, urbanização 5 de Abril e a urbanização 4 de Abril.

As centralidades permitiram a milhares de angolanos realizar o “sonho da casa própria”, tendo aumentado a oferta de casas do Estado, obrigando a uma queda nos preços.

As centralidades são projectos habitacionais que contam com saneamento básico, ruas organizadas e serviços administrativos.

A tranquilidade pública é uma das vantagens mais apontadas pelos moradores residentes nas centralidades.

Diante das várias opções que o mercado tem para oferecer, a possibilidade de financiamento e a redução dos juros à habitação, as famílias só precisam de escolher com cuidado o melhor lugar para morar.

Venda de casas

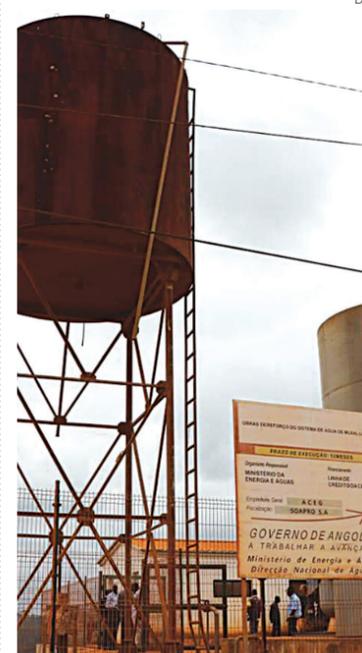
Em 2014, a Imogestin assumiu o estatuto de principal gestora dos projectos habitacionais do Estado, em substituição da Sonip.

A Imogestin é uma empresa do ramo imobiliário do mercado angolano, tendo sido constituída em 1997, e iniciou a sua actividade em 1998. Dedicar-se a promoção, mediação e gestão imobiliária.

No ano de 2017 foram vendidas, através do portal de candidaturas da imobiliária Imogestin, na modalidade de Venda ao Público Livre 1.318 habitações, sendo 505 na Urbanização do KM 44 e 813 na Urbanização do Capari, tendo sido entregues na sua totalidade.

Ainda em finais de 2017, as centralidades do Zango 8.000 e Vila Pacífica, em Luanda, receberam os primeiros habitantes, com a comercialização de 2.627 habitações, sendo 70 por cento, isto é, 1.839 eram destinadas a funcionários públicos e os restantes 30 por cento, correspondente a 788 a trabalhadores de empresas públicas e privadas.

BENGO



O projecto vai beneficiar 5.000 pessoas

Abastecimento de água potável pode melhorar

Cerca de 5.000 habitantes da localidade de Muxaluando, município de Nambuangongo, na província do Bengo, vão beneficiar de água potável, com a conclusão das obras do projecto de reabilitação da captação existente.

Segundo uma nota do Ministério da Energia e Águas, o secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Costa, acompanhado pelo vice-governador do Bengo, Domingos Guilherme, visitaram, na passada segunda-feira, as obras de reforço de abastecimento de água da região, que terá a uma capacidade de 55 metros cúbicos por hora (m³/h).

O projecto terá uma conduta adutora de água bruta em de 160mm, com cinco quilómetros (km) de extensão. A delegação governamental visitou ainda a estação de tratamento de água dimensionada para 50 m³/h, 5.150 km de rede de distribuição em Pead, 12 ligações domiciliárias, 50 ligações por torneiras de quintal e 6 chafarizes.

No final da visita, revela a fonte, Lucrecio Costa e sua comitiva mantiveram um encontro de auscultação sobre o avanço da obra, deixando igualmente algumas orientações e recomendações.

Estiveram presentes na referida visita, directores nacionais, assessores, consultores do MINEA, administrador da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), responsáveis da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS), além de responsáveis do governo provincial do Bengo, administrador municipal do Nambuangongo, técnicos, entre outros.

O município de Nambuangongo tem como sede a vila de Muxaluando. Até 2014, o município tinha 61.024 habitantes. É composto pelas comunas de Cage, Canacassala, Gombe, Muxaluando, Quicunzo, Qixico e Zala.

TURISMO

Pólo de desenvolvimento de Calandula aguarda por investimentos



Quedas de Calandula, em Malanje

As obras do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula, consubstanciadas na criação de infra-estruturas de apoio à actividade turística, encontram-se paralisadas há mais de quatro anos por falta de verbas, segundo o administrador municipal, Pedro Dêmbue. De acordo com o responsável, essa paralisação está a condicionar a implementação de certos projectos, sobretudo privados, uma vez que o pólo

viria criar condições para o investimento público/privado, bem como a rentabilização dos pontos turísticos do município. Referiu que para além da falta de dinheiro por parte do Estado, nota-se também a incapacidade financeira de investidores privados devido a dimensão do projecto, o que tem originado os sucessivos adiamentos do arranque da empreitada do pólo. O projecto que tem como

principal atracção as quedas de Calandula, previa ainda a construção de zonas económicas, numa extensão de 200 hectares e a criação de serviços tendentes a melhoria da qualidade de vida da população das áreas adjacentes ao Pólo. O Pólo de Desenvolvimento Turístico de Calandula foi criado com objectivo de dinamizar o turismo local e impulsionar os negócios.



REABILITAÇÃO DA ESTRADA Nº 100

Eixo Luanda/Benguela fica pronto em Novembro

Ministro da Construção e Obras Públicas inspeccionou o percurso que regista a conclusão da pavimentação e as passagens hidráulicas

As obras de reabilitação da Estrada Nacional 100, que liga Cabo Ledo (Luanda) a Benguela, terminam em Novembro próximo, anunciou, na passada terça-feira, na localidade do Culango, município do Lobito, o coordenador da Comissão de Gestão do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), Henrique Victorino.

Segundo notícia a Angop, o responsável falava no final de uma visita do ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, que inspeccionou o andamento

de obras públicas nos municípios de Benguela, Catumbela e Lobito, informou que estão em fase de conclusão a pavimentação e as passagens hidráulicas.

Henrique Victorino salientou que, tão logo termine esta fase, o empreiteiro vai começar com a sinalização e finalizar outros serviços que se impõem, cumprindo deste modo a promessa de entregar a obra até final de Novembro, data acordada.

“Nos últimos meses, estamos a fazer uma avaliação da reabilitação da Estrada Nacional 100 e o que nos dá algum conforto é saber que ainda este ano

será entregue”, disse o coordenador, que não avançou o grau de execução até ao momento da obra, nem os custos.

A reabilitação da EN 100 iniciou há dois anos e está a cargo da empresa chinesa Sinomach.

Troço Equimina/Lucira

Por outro lado, o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, anunciou para breve a reabilitação do troço Equimina/Lucira (Namibe), para o qual já foi realizado concurso público, estão apuradas as empresas construtoras e os recursos finan-

ceiros assegurados.

“No troço Equimina - Lucira, neste momento, estamos a trabalhar para fazer o enquadramento financeiro, realizando um adiantamento ao empreiteiro para começar a obra o mais rapidamente possível”, afirmou.

De acordo com o ministro, a ideia deste contrato é concluir também as pontes deste troço, entre a Lucira e o entroncamento com a Estrada Nacional 280.

Manuel Tavares de Almeida disse que o governo tem noção da importância do troço Equimina/Lucira e que está engajado nesta empreitada. Em relação a ligação

com a Huíla, frisou que existe a mesma preocupação, que consta do plano de salvação das estradas, estando prevista a construção de pontes definitivas.

Preocupação

Na ocasião, o vice-governador da província de Benguela para o sector Técnico e Infra-estruturas, Leopoldo Muhongo, apresentou algumas preocupações estruturais da província, como projecto de construção das 1.700 casas do Lobito Novo, para fazer a transferência das populações que estão em zonas de risco nos municípios do Lobito e da Catumbela.

PUBLICIDADE



REPÚBLICA DE ANGOLA
COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE COMBATE À MALÁRIA E CÓLERA



Previna-se da malária combatendo o mosquito: tape os charcos com areia e pedras e ponha o lixo no contentor.

São Tomé quer perdão da dívida

O FMI acusou o Governo de Patrice Trovoada de ter ocultado várias dívidas e despesas no valor equivalente a 3,0% do PIB.

O Governo de São Tomé e Príncipe vai negociar, com os parceiros internacionais, o perdão da sua dívida externa, de mais de 300 milhões de dólares.

Em declarações proferidas em Lisboa à Deutsche Welle África., o primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, disse que a dívida oculta, de 70 milhões de dólares, contraída pelo anterior Governo de Patrice Trovoada tem um impacto sério nas contas públicas, mas, acrescentou, caberá à justiça apurar os responsáveis pela sua contracção.

“Durante muito tempo, os Governos, sobretudo o anterior, divulgaram o montante da dívida externa, mas o valor da dívida interna foi sonegado”, explicou o primeiro-ministro, ao evocar as duas componentes que fazem parte da dívida quase insustentável do Estado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) acusou o Governo do ex-primeiro-ministro, Patrice Trovoada, de ter ocultado várias dívidas e despesas no valor equivalente a 3,0% do Produto Interno Bruto (PIB), o que fez com que a dívida de São Tomé e Príncipe tenha ficado praticamente descontrolada.

“Quando estivemos cá em Abril, descobrimos que tinham sido feitas despesas na ordem dos 2,0% do PIB que não tinham entrado



STP pode ainda crescer a dois dígitos

nas contas que nos tinham sido apresentadas”, declarou Xiangming Li, chefe da missão do FMI para São Tomé e Príncipe.

A chefe de missão adiantou que a esses 2,0% há que adicionar o equivalente a 1,0% do PIB, resultante de empréstimos contraídos por entidades públicas junto da banca comercial, “o que fez com que o país tenha superado o indicador de referência anteriormente estabelecido”.

Jorge Bom Jesus reafirmou ainda o empenho do seu Governo na luta contra a corrupção, “a fim de retirar o país do buraco em que se encontra”, tendo recordado que

DURANTE MUITO TEMPO, OS GOVERNOS DIVULGARAM O MONTANTE DA DÍVIDA EXTERNA, MAS O VALOR DA DÍVIDA INTERNA FOI SONEGADO

São Tomé e Príncipe possui os recursos necessários para o seu desenvolvimento, “desde os humanos, passando por um mar imenso e o espaço aéreo até à exploração petrolífera na zona económica exclusiva, entre outros”.

O primeiro-ministro realçou ainda que será possível fazer a economia do país crescer a dois dígitos, na sequência de grandes investimentos em infra-estruturas, caso da modernização e expansão do Aeroporto Internacional de São Tomé e da construção de um porto de águas profundas, projectos que estão a ser analisados com o apoio da cooperação chinesa.



Feira Internacional de Maputo decorreu de 26 de Agosto a 1 de Setembro

INVESTIDORES JÁ TÊM PLATAFORMA ELECTRÓNICA EM MOÇAMBIQUE

Os investidores moçambicanos e estrangeiros podem, em breve, contar com uma plataforma digital que deve ajudá-los a obter informação sobre oportunidades de investimento e exportações existentes em Moçambique, cuja primeira versão foi apresentada na terminada 55.ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM).

O coordenador nacional do programa PIGA (Parceria para o investimento e crescimento de África ou Partnership for Investment and Growth of Africa) em Moçambique, Mário Gomes, disse à agência noticiosa AIM que, através da plataforma digital, o investidor potencial não precisa deslocar-se a Moçambique para identificar, analisar e tomar decisões sobre as principais potencialidades de investimento.

O coordenador do PIGA adiantou que o portal pretende igualmente beneficiar o empresário moçambicano que pretenda exportar os seus produtos. “Através dele o empresário

PORTAL PRETENDE IGUALMENTE BENEFICIAR O EMPRESÁRIO MOÇAMBICANO QUE PRETENDA EXPORTAR

pode informar-se sobre os procedimentos alfandegários, bem como obter informação sobre programas em vigor, caso do AGOA (Lei de Oportunidade e Crescimento Africano ou African Growth and Opportunity Act), e dar início ao processo de exportação”, disse. Mário Gomes notou, também, que o portal estará disponível em três línguas (Português, Inglês e Mandarim), numa primeira fase, havendo planos para adicionar novos idiomas, como Francês, Árabe, Japonês, Italiano e Turco.

Madagáscar é o 22º país membro da Africa Finance

Estratégia centra-se no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

A Africa Finance Corporation (AFC), fornecedora de soluções de infra-estrutura em África, anunciou que a República de Madagáscar tornou-se o 22º Estado membro da corporação.

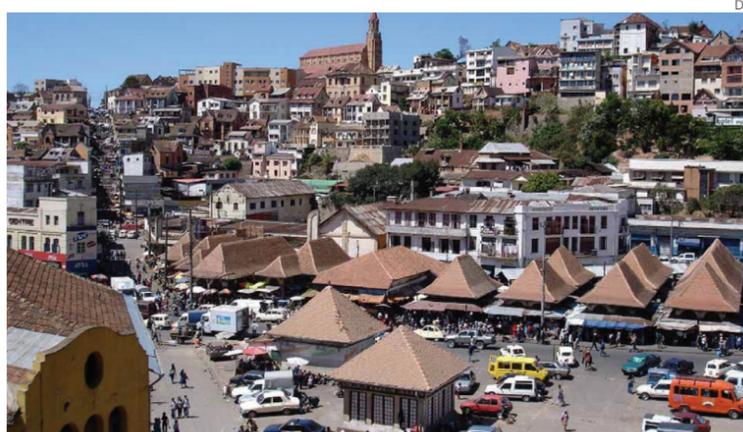
A República de Madagáscar sustentou um crescimento económico positivo nos últimos cinco anos, com o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) a superar várias outras economias da região, impulsionado pela implementação de sua nova estratégia de desenvolvimento económico e social.

Esse crescimento sustentado foi liderado pelo sector terciário, com o desempenho da indústria exportadora a levar a um superávit comer-

cial de mis 0,8% do PIB, bem acima da média africana de menos 12,97% de défice.

A estratégia de Madagáscar, liderada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, concentra-se no desenvolvimento de crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável, especialmente nas comunidades rurais, onde grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza.

A estratégia de desenvolvimento económico e social do país concentra-se no desenvolvimento e reabilitação da infra-estrutura regional chave, com ênfase em transporte, logística e energia, pois visa atingir o seu objectivo de desenvolvimento sustentável.



“Boom” no PIB sustentou crescimento económico e superou os outros países

MADAGÁSCAR SUSTENTOU UM CRESCIMENTO ECONÓMICO POSITIVO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Após a conclusão da afiliação de Madagáscar à AFC, a 27 de Agosto passado, a corporação deve iniciar discussões com as autoridades públicas e privadas, para determinar a melhor forma de a AFC apoiar o futuro crescimento e desenvolvimento da economia do país.

O presidente da Africa Finance Corporation, Samaila Zubairu, comentou o anúncio da seguinte maneira: “É um prazer receber Madagás-

car como o 22º Estado Membro da AFC. Na última década, Madagáscar passou por reformas que demonstram o seu compromisso com o crescimento sustentável, por meio de desenvolvimentos importantes em sector terciário.”

O empolgante potencial de crescimento do país oferece inúmeras oportunidades para a AFC, disse Samaila Zubairu, antes de sublinhar que como Madagáscar procura reabilitar as principais infra-estruturas regionais, “procuraremos ajudar a construir um ecossistema económico que proporcione integração e crescimento” e “esperamos trabalhar com o povo, para ajudar a garantir um futuro forte para o país”.

Richard Randriamandrato, ministro de Economia e Finanças de Madagáscar, disse que, “como país, estamos comprometidos com a redução da pobreza, cujo desenvolvimento de infra-estrutura desempenha um papel integral”.

Brexit leva Bruxelas ao fundo para desastres

A Comissão Europeia fez quarta-feira um último apelo aos cidadãos e empresas da União Europeia, para se prepararem para a saída sem acordo do Reino Unido, a 31 de Outubro, propondo usar, nessa situação, fundos destinados a desastres naturais.

Naquela que é a sexta comunicação do Executivo comunitário sobre o processo que, à partida, passou a ser conhecido por Brexit, a Comissão Europeia reitera “o seu apelo a todas as partes interessadas na UE-27, para que se preparem para um cenário de saída sem acordo”.

“Atendendo à incerteza persistente no Reino Unido, quanto à ratificação do Acordo de Saída, acordado com o Governo britânico em Novembro de 2018, e à situação política geral no país, continua a ser possível um cenário de saída sem acordo a 1 de Novembro de 2019, embora tal não seja desejável”, acrescenta a instituição.

Assim, para fazer face a um cenário de “no deal” (nenhum acordo), a Comissão propõe que o Fundo de Solidariedade da UE e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, criados para apoiar situações como inundações ou de trabalhadores que perderam o emprego por mudanças no comércio mundial, estejam disponíveis para apoiar as empresas, os trabalhadores e os Estados-membros mais afectados por um cenário de saída sem acordo, explica o Executivo comunitário.

Porém, a instituição ressalva que a proposta ainda deverá ser aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Desta vez, propõe alocar ao processo o Fundo de Solidariedade da UE, criado na sequência das cheias da Europa Central no Verão de 2002, entretanto usado em situações de inundações, incêndios florestais, sismos, tempestades e seca, para dessa forma “cobrir, sob certas condições, os pesados encargos financeiros que um cenário

de saída sem acordo pode impor aos Estados-membros”.

Bruxelas sugere também recorrer ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que “está disponível para apoiar, sob certas condições, os trabalhadores por conta de outrem e os trabalhadores independentes que sejam despedidos em resultado de um cenário de saída sem acordo”.

Entre as ajudas agora previstas, o Executivo comunitário precisa que, no sector da Agricultura, “será disponibilizado o conjunto dos instrumentos existentes de apoio ao mercado e de ajuda financeira directa aos agricultores para minimizar os efeitos mais graves no mercado agro-alimentar”.

Já para “ajudar as empresas que realizam operações comerciais com o Reino Unido a fazerem os preparativos finais”, a Comissão Europeia publica uma “lista de controlo pormenorizada” visando evitar perturbações nas relações comerciais.



Executivo europeu propõe ainda introduzir ajustamentos técnicos específicos



Lagarde é a primeira mulher a ocupar a presidência do Banco Central Europeu

Christine Lagarde quase confirmada no cargo do BCE

A comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu deu, quarta-feira, parecer favorável à nomeação da francesa Christine Lagarde para a presidência do Banco Central Europeu (BCE).

Depois de uma audição, que durou cerca de duas horas e meia, os deputados ao Parlamento Europeu (instituição que deve ser consultada no processo de nomeação do presidente do BCE, mas sem parecer vinculativo), ratificaram, com 37 votos a favor, 11 contra e quatro abstenções, a personalidade escolhida pelos chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) para suceder o italiano Mario Draghi.

Na audição de quarta-feira, realizada no Parlamento Europeu, em Bruxelas, Christine Lagarde, designada para a liderança do BCE pelo Conselho Europeu a 2 de Julho último, no quadro da distribuição dos altos cargos de topo no novo ciclo institucional da UE, após as eleições europeias, elogiou o trabalho do seu

antecessor e garantiu que seguirá “os mesmos princípios”, caso seja confirmada no cargo.

Christine Lagarde disse que “os desafios que justificam a política actual do BCE não desapareceram”, pelo que, pretende seguir uma “política acomodatória”, com “agilidade”, para estimular a economia, mas defendeu que a política monetária não pode substituir as políticas orçamentais, nem ser sobrecarregada por estas.

O parecer de quarta-feira da comissão de Assuntos Económicos e Monetários será votado pelo Parlamento Europeu na retomada das sessões, a ter lugar em Estrasburgo, França, entre 16 e 19 de Setembro.

Christine Lagarde, que já cessou as funções de directora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), assumirá a presidência do BCE a 1 de Novembro próximo, data que coincidirá com a entrada em funções da nova Comissão Europeia liderada pela alemã Ursula von der Leyen.

China cada vez mais sensibilizada com a dívida de países abrangidos pela iniciativa Faixa e Rota

As abordagens de Pequim e do FMI têm diferentes benefícios e desvantagens, com a da China a estimular o crescimento em países que precisam urgentemente de investimento

A China tem vindo a demonstrar “maior sensibilidade” à questão da dívida dos países que beneficiam dos seus financiamentos, em particular os enquadrados na iniciativa Faixa e Rota, segundo a investigadora Johanna Malm.

Num artigo para o sítio do Centro de Investigação da China em África, da Universidade de Johns Hopkins, nos Estados Unidos, Johanna Malm refere que a China “reconheceu preocupações e adaptou algumas das suas práticas” relativamente a financiamento a países terceiros, no mais recente Fórum Faixa e Rota de Abril.

No fórum, a sustentabilidade da dívida foi um assunto central, com os documentos oficiais a assumirem que a China está empenhada em prevenir e solucionar os riscos associados à dívida, tendo o Ministério das Finanças chinês publicado um novo documento intitulado “Estrutura de sustentabilidade da dívida para

os países participantes da iniciativa Faixa e Rota”.

O próprio ministro das Finanças da China, Liu Kun, incentivou as instituições financeiras da China, os signatários da iniciativa Faixa e Rota e as agências internacionais a usarem a estrutura para melhorar a gestão da dívida, segundo Johanna Malm.

A directora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, considerou a nova estrutura de sustentabilidade da dívida um “passo positivo” das autoridades chinesas, embora tenha vincado a posição oficial do FMI, de que o financiamento de infra-estruturas na iniciativa Faixa e Rota deve ser apenas estritamente necessário e nos locais onde a dívida contraída possa ter sustentação.

Esta evolução, refere Johanna Malm, mostra que “a China se tornou mais sensível à pressão internacional sobre o seu papel como

fornecedor de financiamento para o desenvolvimento, especialmente quando as críticas emanam de outros países em desenvolvimento”, mas também que a sua nova estrutura de sustentabilidade da dívida “está disposta a desafiar a abordagem do FMI”.

“A abordagem da China ao financiamento do desenvolvimento reflecte a sua própria experiência como país financiador. O financiamento do desenvolvimento pelo Estado funcionou bem para o próprio desenvolvimento da China e é esse modelo que a China replica actualmente em empréstimos para países em desenvolvimento”, adianta a investigadora.

A estrutura agora apresentada contrasta com a do FMI, que defende o financiamento em termos favoráveis a países de baixo rendimento, ao “deixar espaço para bancos chineses emprestarem a taxas comerciais” e não aponta a dívida como um obstáculo à continuação dos empréstimos. Johanna Malm diz que a China vê os empréstimos como um catalisadores para o crescimento económico, em contraste com a política de limite de dívida do FMI, para a qual o crescimento é maior se os empréstimos forem concedidos em termos favoráveis.

As diferentes abordagens das partes têm diferentes benefícios e desvantagens, com a da China a estimular o crescimento em países que precisam urgentemente de investimento e a do FMI, “mais cauteloso”, a dar prioridade a menores encargos da dívida para os países em desenvolvimento.



Abordagem da China ao financiamento reflecte a sua própria experiência

Boa Governação em congresso

Ministério da Energia e Águas e a Associação Académica de Corporate Governance avaliam o desempenho e os desafios das empresas públicas



PAULO MULAZA | EDIÇÕES NOVEMBRO

A palestrante e docente universitária Sofia Vale abordou num dos painéis sobre a posição contratual dos administradores

André dos Anjos

As normas e regras da chamada “Corporate governance”, não sendo exclusivas ao sector privado, devem ser adoptadas pelas empresas públicas, particularmente as do sector da Energia e Águas, se quiserem avançar com competência e solidez, face ao ambiente de concorrência do mercados.

Esta posição é do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, na abertura, ontem, em Luanda, do primeiro Congresso sobre “Corporate governance”, que o seu pelouro organiza em parceria com Associação Académica de Corporate Governance.

Segundo disse, os princípios e regras da corporate governance incluem entre outros valores, o dever de transparência e de prestação regular de contas, que se constituem, nos dias que correm, “factores chaves para a auto-sustentação das empresas”.

O sector de Energia e Águas, lembrou, foi submetido recentemente a um processo de reformas, que levou à criação de novas empre-

sas, encontrando-se algumas em fase de implementação.

Fruto das reformas operadas, prosseguiu, o Ministério controla, hoje, em todo o país, 21 empresas, sendo quatro no sector da Energia e 17 na área de Águas e Saneamento.

Contratos

A celebração de um contrato-programa entre os administradores das empresas públicas e o accionista-Estado, de acordo com a jurista Sofia Vale, facilitaria a observância das normas e regras de corporate governance no sector público.

A professora universitária dissertou sobre o tema “O Contrato de Administração, a Remuneração dos Administradores e a Compensação em caso de Destituição”. Lembrou que, em Angola, os administradores para empresas públicas são nomeados em comissão de serviço, contrariamente ao que acontece no sector privado, em que a relação assenta na base de um contrato programa.

“O administrador é um prestador de serviço e não um funcionário”, sublinhou a jurista.

10 líderes mais inovadores das tecnologias nos EUA

Foi divulgada esta semana a lista dos 100 líderes mais inovadores das principais empresas dos EUA. Empatados no primeiro lugar estão Jeff Bezos, da Amazon, e Elon Musk, da Tesla Motors.

O fundador da Amazon, aos 55 anos, possui uma participação de quase 12 por cento na empresa. Em 2018, a companhia teve uma receita de 230 bilhões de dólares e um lucro líquido recorde de 10 bilhões, acima dos três bilhões do ano anterior. Quatro anos mais velho, o dono da Tesla Motors quer mudar o transporte terrestre e espacial.

Ele fundou a companhia em 2003 e vendeu mais de 240 mil veículos totalmente eléctricos em todo o mundo no ano passado. A sua empresa de foguetes, a SpaceX, está avaliada em mais de 20 bilhões de dólares. Juntas, as companhias de ambos geraram mais de um trilhão em valor de mercado na última década.

Líderes como Ajaypal Banga (18º), da Mastercard; Stephen Easterbrook (19º), do McDonald's; Mark Parker (21º), da Nike; Bob Iger (25º), da Disney; Jensen Huang (28º) da NVIDIA; Andre Wilson (31º), da Electronic Arts; Robert Kotick (38º), da Activision Blizzard; Gregory Brown (79º), da Motorola Solutions; Alex Gorsky (86º), da Johnson & Johnson; Brian Goldner (96º), da Hasbro; e Devin Wenig (100º), do eBay, também fazem parte da lista.

A pesquisa foi feita pelos professores de negócios Jeff Dyer e Nathan Furr, em parceria com o consultor Curtis Lefrandt. Eles mediram qualidades de liderança essenciais para fundadores e CEOs de sucesso: reputação na mídia para inovação, conexões sociais, histórico de criação de valor e expectativas de investidores para criação de valor.

Foram escolhidos apenas

ESTUDO FOI FEITO COM BASE EM FIGURAS COM RENDIMENTOS ACIMA DOS 10 BILHÕES DE DÓLARES NORTE-AMERICANOS

Líderes de companhias com valor superior a 10 bilhões de dólares, que estejam entre as 50 maiores empresas privadas dos EUA abertas nos últimos cinco anos ou façam parte da mais recente de empresas de mais inovadoras da Forbes. Não classificamos os CEOs de subsidiárias ou organizações que foram adquiridas por outras.

1 - Jeff Bezos - Amazon: Crescimento percentual de vendas em

12 meses: 21,11%

2 - Elon Musk - Tesla: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 27,03%;

3 - Mark Zuckerberg - Facebook: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 29,9%;

4 - Marc Benioff - Salesforce: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 25,69%;

5 - Reed Hastings - Netflix: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 27,03%;

6 - Satya Nadella - Microsoft: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 13,91%;

7 - Shantanu Narayen - Adobe: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 23,61%;

8 - Tim Cook - Apple: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 1,18%;

9 - Arne Sorenson - Marriott International: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: -0,12%;

10 - Larry Page and Sergey Brin - Alphabet: Crescimento percentual de vendas em 12 meses: 18,62%.



Jeff Bezos e Elon Musk lideram a lista dos líderes mais inovadores do EUA



Estado tem necessidade de preservar os seus interesses principais

Estatização de empresas deve atender estratégias

Os interesses gerais da sociedade e dos entes privados precisam ser salvaguardados na relação corporativa

Na maioria dos países a actividade económica como um todo tem dois pilares fundamentais: a iniciativa privada e a participação do Estado. Como regra geral, há certo equilíbrio entre um sector e outro. No entanto, em algumas circunstâncias políticas, propõe-se que o Estado assuma um protagonismo maior e quando isso ocorre se fala de estatização.

Na tradição socialista e em alguns regimes nacionalistas foram colocadas em prática medidas para que o estado controle certos sectores da economia.

A estatização está baseada numa ideia fundamental: os interesses gerais de uma sociedade não podem estar nas mãos dos sectores privados. Aqueles que promovem a estatização afirmam que alguns sectores

económicos têm um valor estratégico para o conjunto de uma nação e, conseqüentemente, não é admissível que esteja nas mãos dos interesses particulares de accionistas e investidores.

Como regra geral, as empresas privadas que acabam sendo de titularidade estatal são aquelas que têm relação com serviços que afectam os interesses nacionais: sector de energia, serviços bancários, infra-estrutura, mineração, turismo, comunicações, etc.

A propriedade estatal dos bens de produção foi colocada em funcionamento nos regimes comunistas ao longo do século XX. O balanço final da estatização tem sido negativo, uma vez que o sector público não gerencia os recursos de maneira eficaz e também não consegue satisfazer as necessidades dos consumidores.



O controlo dos indicadores contabilísticos das empresas é fundamental para evitar sobreendividamento das mesmas

Despesas operacionais

Os gastos desembolsados ou previstos constam da planilha deste leque de operações que a empresa precisa executar

Numa actividade empresarial existem vários tipos de gastos. Do ponto de vista contábil, as despesas operacionais são pagamentos relacionados à actividade da administração de uma empresa e à venda dos seus produtos ou serviços.

Tipos de despesa

As despesas operacionais se dividem em gastos de vendas e as de tipo administrativas. No primeiro caso, referem-se às acções destinadas à venda de produtos de uma empresa e são formadas por despesas de publicidade, salários, comissões de vendedores ou transporte.

Em relação aos gastos administrativos, constam o desgaste dos equipamentos de escritório, pagamentos de aluguel, água, luz, telefone e dos materiais de escritório.

As despesas operacionais são ainda todos os gastos desembolsados ou previstos, que se rela-

cionam directamente com o objecto social de uma empresa. Imaginemos uma empresa comercial que venda móveis. Os salários e encargos do pessoal da administração, do sector de vendas ou dos outros sectores são directamente relacionados com o objectivo do negócio, por isso são operacionais.

Em relação à utilidade das despesas operacionais, podemos destacar dois aspectos: o primeiro permite conhecer a realidade contábil de uma empresa e o segundo permite criar um orçamento para o próximo ano ou ciclo contábil.

Quando se realiza um orçamento, deve-se diferenciar uma série de aspectos ou elementos contábeis, tais como as vendas, a produção, mão-de-obra, os custos de matéria-prima e despesas operacionais.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que as despesas operacionais não devem ser confundidas com outros tipos de

gastos comuns, por exemplo, com os custos de produção.

O orçamento das despesas operacionais é uma estimativa e se realiza a partir da informação do ano anterior. Em relação às despesas de venda fixa são calculadas aquelas que permanecem de maneira constante. Em compensação, há despesas de venda que são variáveis, pois obviamente dependem do volume de vendas, por exemplo, os materiais para embalar os produtos e as comissões dos vendedores.

Uma empresa seja ela de tipo comercial, de serviços ou industrial tem uma série de despesas e receitas. Na primeira, temos as despesas administrativas e de vendas que formam o conjunto de despesas operacionais, mas também existem outros gastos como os indirectos de fabricação, os relacionados à compra ou despesas financeiras.

Em relação às receitas se destacam as financeiras, as relacionadas a investimento, por dividendos ou descontos de compra.

Competição empresarial das firmas

Na hora de definir a competitividade empresarial existem várias possibilidades. De modo geral, podemos considerar que a competitividade empresarial é o conjunto de acções na qual as entidades comerciais implantam com o objectivo de potencializar os seus resultados e fazer com que sejam os mais importantes dentro do seu sector.

Há quem simplifique esta definição comparando com a capacidade de uma empresa em gerar rendimentos, no entanto, uma empresa competitiva é aquela que alcança a melhor rentabilidade possível sobre determinado investimento.

A definição mais comum de competitividade empresarial está associada à competitividade com produtividade. Esta relação é quase que um princípio no mundo dos negócios modernos, sendo um objectivo para as grandes multinacionais.

Pontos chave

A competitividade é o factor principal das empresas actuais. Estas empresas reforçam as suas vantagens competitivas sobre os competidores buscando uma diferenciação.

Toda empresa que quer melho-



Trabalhadores são elementos determinantes na busca pela competitividade

EMPRESA SUBSIDIÁRIA NO MERCADO

A empresa é um agente económico que utiliza os factores de produção (terra, trabalho ou capital) a fim de maximizar os seus lucros. Existem vários tipos de empresas, entre as quais estão as empresas subsidiárias.

Princípio de subsidiariedade
Este tipo de empresa emana o chamado princípio da subsidiariedade, da qual afirma que uma função deve ser exercida por quem está mais próximo dela. Desta forma, uma empresa subsidiária é aquela subordinada à outra maior.
Esta subordinação é geralmente feita através da compra massiva de acções da empresa subsidiária. Em outras palavras, para que exista uma empresa subsidiária deve haver outra maior, também chamada de empresa matriz. Nem todas as empresas começam por ser subsidiárias ou filiais, mas a maioria inicia a sua trajectória empresarial sendo completamente independente até o momento de a empresa matriz decidir adquiri-la.

Vantagens

Existem várias vantagens para que o binómio: empresa matriz – empresa subsidiária possa ser interessante como estratégia. Entre elas podemos destacar as seguintes: os problemas relacionados ao financiamento se reduzem significativamente;

A EMPRESA-MATRIZ TEM UM EXCESSIVO CONTROLO GERAL SOBRE A SUBSIDIÁRIA

a empresa-matriz pode ser feita com as acções de uma empresa subsidiária para economizar as despesas de criação de uma nova empresa. Por outro lado, são reduzidos significativamente os custos fixos por parte da empresa-matriz; no que diz respeito a estratégia de mercado, as empresas-matriz conseguem com a aquisição de uma empresa subsidiária abranger uma maior quota de mercado e, simultaneamente, reduzir ou eliminar a concorrência em seu sector e por último, as podem decidir ser absorvidas por outra grande empresa com o objectivo de ter uma ajuda financeiro maior do tinha antes; isso lhes permite expandir e crescer como entidade.

Desvantagens:

Este modelo não se adapta a qualquer tipo de produtos e serviços; a empresa-matriz deve ter um restrito controlo sobre a empresa subsidiária e tem uma autonomia muito limitada, pois depende da empresa-matriz.



Problemas de financiamento da firma são relegados à empresa mãe

rar a sua competitividade deve enfatizar certos pontos, como seguir sempre as últimas tendências do mercado ou desenvolver um bom departamento específico para lidar com isso.

Globalização das empresas

Actualmente são muitas empresas que não competem apenas como concorrentes dos seus locais, mas sim com todo o planeta, pois o facto de deixar de lado as novidades do sector pode ser um factor primordial que afecta a sua competitividade.

Quadro de trabalhadores

O quadro de trabalhadores é um dos agentes principais que determinam a competitividade. É essencial uma pessoa qualificada, brilhante e identificada com a empresa. As empresas competitivas se destacam por não ter medo de dividir com os seus trabalhadores os rendimentos obtidos, em

contraparida, uma pessoa pouco motivada ou com pouca vontade de crescer será uma perda para a competitividade da empresa.

Por último, vale destacar que uma das principais características das grandes empresas competitivas é o facto de não se acomodar com o sucesso.

A competitividade empresarial determina que sempre haverá uma nova empresa querendo chegar às posições de privilégio, inclusive as empresas de maior êxito devem lutar para que a distância que lhes separam de seus competidores nunca diminuam ao ponto de colocar em risco sua liderança ou posição de líder no mercado.

De alguma maneira, na maioria das situações humanas há certo conflito entre eles. Estudantes, atletas ou empresas enfrentam uns aos outros, sendo que alguns saem vencedores e outros perdedores.

Óculos Apple de realidade aumentada

A Apple tem investido pesado em realidade aumentada nos iPhones e pode lançar em breve um dispositivo próprio para a tecnologia. Segundo o MacRumors, uma versão de desenvolvimento do iOS 13 traz menções a um produto chamado de "Garta", que seriam uns óculos de RA feito pela companhia.

De acordo com as descobertas do site, a versão em desenvolvimento do sistema operacional conta com menções a um aplicativo chamado STARTester, que permitiria trocar o modo de visualização de conteúdos para um headset. A novidade estaria disponível no iOS 13 para "propósitos de testes".

Um documento ligado ao projecto também menciona que a Apple já está a desenvolver o dispositivo com codinome "Garta". Os registos também trazem frases que revelam um sistema chamado "StarBoard", que seria utilizado para rodar aplicativos de realidade aumentada no suposto aparelho.



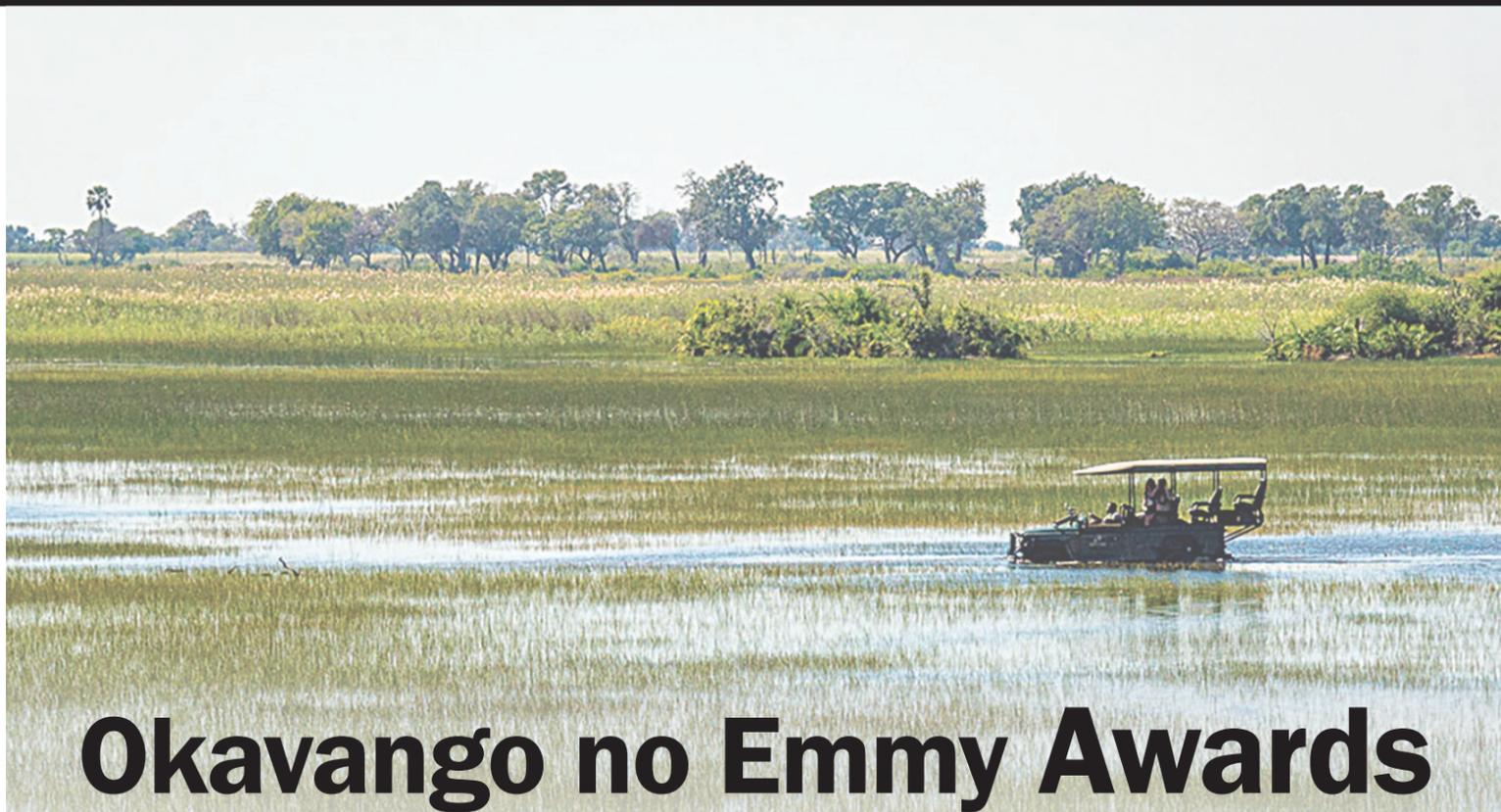
Óculos servirão para melhorar a visão

Bangkok é a cidade mais visitada do ano

A Mastercard lançou o seu Índice de Destinos Globais, que classifica as 20 cidades com o maior número de visitantes internacionais de todo o mundo. A lista é baseada na análise de gastos e números de turistas a partir das emissões de cartões de crédito. Os resultados, que incluem informações sobre as cidades mais visitadas e hábitos de consumo dos consumidores, são reveladores. Pelo quarto ano consecutivo, Bangkok (Tailândia) lidera o índice, com 22 milhões de turistas internacionais no total. Na sequência, vêm Paris e Londres, cada um com cerca de 19 milhões de hóspedes internacionais que passam pelo menos uma noite no local.



Bangkok lidera a lista mundial



Okavango no Emmy Awards

A "Into the Okavango", documentário que retrata a primeira expedição científica ao longo da bacia hidrográfica do Okavango, está entre os nomeados para os Emmy Awards 2019.

De acordo com a Euronews, Into the Okavango, do cineasta da National Geographic Society, Neil Gelinas, está nomeado na categoria de melhor documentário sobre a natureza.

Em 94 minutos, resume quatro meses de trabalho dos novos

exploradores, uma equipa multidisciplinar internacional liderada pelo cientista do canal Steve Boyes.

Venceu, recentemente, o título de melhor explorador do ano, no festival da National Geographic, em Washington (EUA).

Trata-se de um documentário sobre a expedição científica feita pela equipa da National Geographic para Angola, em 2015, liderada pela angolana Adjany Costa.

De acordo com Kerlen Costa, gestor para Angola do projecto National Geographic Okavango, em declarações à Euronews, a realização do filme-documentário

serviu para se registar a primeira expedição científica feita ao longo da Bacia do Okavango.

Durante quatro meses, a equipa explorou um percurso de cerca de 2.500 quilómetros, passando por Angola e Namíbia, até ao Botsuana.

A Bacia do rio Okavango cobre uma superfície hidrologicamente activa com cerca de 323.192 km², numa área partilhada por três países da África Austral: Angola, Namíbia e Botsuana.

O seu caudal principal resulta do escoamento de planícies sub-húmidas e semiáridas da província do Cuando Cubango, em Angola, que se estende por uma

área de 120 mil km², antes de se concentrar ao longo das margens entre a Namíbia e Angola, desaguando num leque ou delta a uma altura de 980 metros.

Kerlen Costa anunciou ainda o lançamento, para breve, do próximo documentário intitulado Cuando. Um filme que retrata a expedição científica feita em 2018 ao longo do rio Cuando.

"Estamos a planejar fazer o lançamento em meados de Outubro, estamos neste momento a finalizar as traduções e a narração. Vai ser o primeiro filme da National Geographic narrado completamente em português, afirmou.

JORNALISTA ITALIANA

Fotos inéditas de Agostinho Neto expostas

Uma exposição fotográfica que retrata a vida e obra de Agostinho Neto, de autoria da jornalista italiana Augusta Conchiglia, está patente desde esta segunda-feira, no Lubango, numa iniciativa da Fundação Dr. António Agostinho Neto (FAAN) e do governo provincial da Huíla.

Colocada na Mediateca, a exposição, que compreende 54

fotografias sobre a evolução da guerrilha aos primeiros anos da independência nacional, insere-se nas festividades do Dia do Herói Nacional (17 de Setembro).

Falando na cerimónia da inauguração da exposição fotográfica, a vice-governadora provincial da Huíla para o sector político, social e económico, Maria João Chipalavela, afirmou que revela detalhes da

actividade de António Agostinho Neto, seus companheiros e sua família durante os anos da luta de libertação nacional e nos primeiros anos após a independência em Angola.



Poeta Maior e Herói Nacional

HondaJet é o avião comercial de pequeno port mais vendido do mundo

Digna do termo "faz tudo", já que produz carros, motocicletas, bicicletas, sopradores de neve, geradores, quadriciclos, robots, cortadores de relva, motores, corta-sebes e barcos infláveis, a fabricante japonesa ainda comemora a liderança em vendas do HondaJet, aeronave certificada no último mês de agosto para uso na China.

Na primeira metade de 2019, o HondaJet foi o jato executivo leve mais vendido no mundo, com mais de 130 unidades comercializadas em 65 países, incluindo EUA,

Europa, Japão e agora China.

A estreita relação da marca com o campeão mundial de corridas Mick Doohan, da Austrália, em breve deve resultar na chegada da aeronave também

ao seu país natal.

Mas o caminho da HondaJet não tem sido tão fácil quanto parece. Embora a Honda Air-



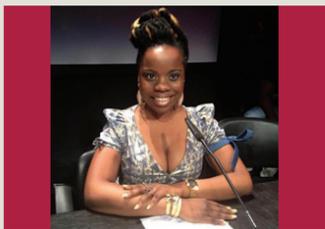
craft Company, com sede na Carolina do Norte (EUA), tenha iniciado a produção do HondaJet em 2015, a aeronave soma mais de 30 anos em pesquisa e desenvolvimento até o seu projecto final.

Voltemos no tempo. Em 1986, o engenheiro aeronáutico Michimasa Fujino, graduado pela Universidade de Tóquio, a melhor do Japão, recebeu o trabalho inviável de dirigir o novo braço de desenvolvimento de aeronaves da Honda, que seria um dos últimos projectos guiados pelo enigmático fundador da marca, Soichiro Honda.

FLASH


MARIA EUGÉNIA NETO
Distinguida no Rangel

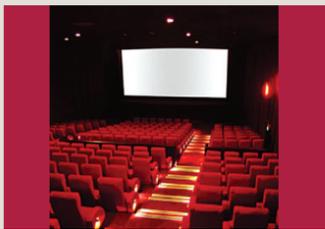
A homenagem à viúva de Neto aconteceu na Casa da Cultura Njinga Mbande, no Rangel, em Luanda.


CANTORA PATRÍCIA FARIA

Novo álbum sai em Outubro
Patrícia Faria lança o seu novo álbum "De Caxexe", no dia 6 de Outubro deste ano, com venda e sessão de autógrafos nos locais habituais da capital.


EDUARDO SIMBA
Lança livro hoje em Luanda

O lançamento do livro "Direitos dos Recursos Naturais" acontece hoje dia 06 de Setembro, no Auditório Maria do Carmo Medina, Faculdade de Direito da UAN, em Luanda.


CINEMA MÓVEL
Chega até aos estudantes

O incentivo ao ensino através das artes cinematográficas é o mote da criação do projecto, "Cinema nas Escolas", entre vários Ministérios.


CRIMINALIDADE EM PALCO
Ana Tweza exhibe nova peça

"As Lágrimas de Uma Viúva" é o título da peça que o grupo de teatro Ana Tweza, de Malanje, apresenta hoje dia 06, às 20h00, e fica até dia 16 deste mês, na Liga Africana, em Luanda, no âmbito do Circuito Internacional de Teatro.

INOVAÇÃO

Como essa empresária cria diamantes em laboratório a partir de cinzas



Adelle Archer, co-fundadora da Eterneva, uma companhia que transforma cinzas em diamantes, decidiu entregar às pessoas uma nova alternativa para honrar os entes queridos que já se foram. Numa indústria que gerou renda de 14,2 bilhões de dólares em 2016, de acordo com o Departamento de Comércio dos EUA, a Eterneva está a elevar o nível por meio do poder de inovação.

Após conhecer o seu parceiro de negócios, Garret Ozar, no trabalho, a dupla passou por uma fase de grande exploração de ideias de negócios. Os dois começaram a trabalhar nos princípios de uma elaborada companhia de diamante na qual eles venderiam as pedras preciosas. No processo de pesquisas sobre a indústria e conversas com especialistas em diamantes, a mentora de Adelle foi diagnosticada com câncer de pân-

creas e faleceu em decorrência.

A Eterneva não apenas cria diamantes a partir de cinzas, mas também mostra ao cliente um processo transparente. No início, Adelle e o seu parceiro de negócios perceberam que a empresa tinha que se concentrar em mais do que apenas no diamante. Para expandir os negócios, eles tiveram de se concentrar em oferecer aos seus clientes uma experiência única.

O histórico de Adelle em tecnologia não era o suficiente para a experiência necessária na arte de criar diamantes. Ela pesquisou e fez ligações profissionais para pessoas que julgou capazes de ajudá-la em sua visão de projecto. "Você precisa conhecer alguém que conhece outro alguém, e então eles te encaminham para um laboratório que parece não ter contacto com médias sociais", explica.

"Acho que minha situação preferida foi com um cientista da Universidade da Califórnia Riverside, que queríamos contactar. Ele não respondia e-mails e nem atendia telefonemas. Acabamos entrando em contacto com todos os seus alunos graduados pelo LinkedIn e chamamos todos para um café.

TRAVAR OS HACKERS

Quatro razões para desligar sempre o bluetooth do seu telemóvel

O simples gesto de desligar o Bluetooth quando não está a utilizá-lo, ou se quiser, evitar usá-lo tantas vezes, pode prevenir a entrada de potenciais hackers no seu telemóvel e a violação da sua privacidade.

A função Bluetooth é daquelas já há muito presentes dos nossos telemóveis, ainda quando estes não eram smart. Trata-se de uma das, hoje muitas, maneiras de ligar dispositivos digitais sem a utilização de fios ou qualquer outro objecto.

Usamo-lo muito para transferir ficheiros entre dispositivos, telemóveis ou computadores, mas também para ligar outros equipamentos hardware, isto é, equipamentos que estendem as funções do dispositivo original, como uns headphones para o telemóvel ou um rato para o computador.

Mas a tecnologia tem as suas lacunas de segurança e o Bluetooth não é excepção. Uma delas foi apresentada este ano na DEF CON, uma das maiores convenções de hackers do mundo, realizada anualmente em Las Vegas, EUA. Um grupo de investigadores provou ser capaz usar o Bluetooth para identificar altifalantes de dispositivos móveis vulneráveis. Uma vez identificados, os hackers podem controlar os dispositivos e forçá-los a reproduzir sons "perigosos" que podem levar à perda auditiva a qualquer um que tenha a infelicidade de estar por perto.

E as fragilidades não ficam por aqui. Nas últimas semanas, três académicos americanos descobriram uma lacuna que batizaram como o ataque Key Negotiation of Bluetooth (KNOB). Consiste basicamente numa falha que permite aos hackers interceptarem e alterarem dados enviados por Bluetooth.

A teceira falha, apontada pelo site de tecnologia americano Mashable, tem a ver com a utilização do AirDrop dos utilizadores da Apple. Esta funcionalidade de partilha de ficheiros entre dois dispositivos Apple, que trabalha através do Bluetooth, permite que os hackers que intercedam a ligação acessem ao seu número de telemóvel e através dele a uma série de informações privadas.



Bluetooth precisa de bastante rigor

CIÊNCIA


VANTABLACK: CONHEÇA
O "MATERIAL MAIS ESCURO DO MUNDO"

Há alguns anos, a Surrey NanoSystems desenvolveu um material chamado Vantablack. O composto formado por nanotubos de carbono foi descoberto por acaso e ficou conhecido como o material mais escuro do mundo. Por conseguir absorver mais de 99 por cento da luz, cria a aparência de um buraco fundo ou uma estrutura lisa mesmo quando está posicionado sobre objectos tridimensionais. A explicação para isso está na maneira como a luz penetra no Vantablack. Os nanotubos podem estar dispostos de modo relativamente organizado, como fios de cabelo.



Fabricante norte-americana quer atingir consumidores amantes de bicicletas

Harley-Davidson tem três novos protótipos de bicicletas eléctricas

A Harley Davidson vai fazer os seus seguidores fiéis franzirem as sobrancelhas, a empresa de motocicletas apostou de vez no seu projecto de motocicletas eléctricas LiveWire, com três novos protótipos de bicicletas.

As três bicicletas expostas na postagem da secção "Future Vehicles" do site da Harley-Davidson parecem estar mais próximas de prontas para produção do que para protótipos em desenvolvimento.

Elas também estão misturadas a três outros modelos "futuros", incluindo o Livewire, o próximo modelo streetfighter e o modelo Pan American dual-sport que está programado para breve.

Depois de algumas manobras no Photoshop, é possível notar que as bicicletas na imagem são sofisticadas e avançadas, equipadas com o que parecem ser eixos traseiros de diferentes velocidades,

correia de transmissão (em vez de correntes), disco de freio e motores eléctricos colocados entre os mecanismos de pedalar. As baterias parecem estar presas entre o quadro da bicicleta em vez de ficarem fora da caixa, em uma configuração de rápida troca. Três modelos são expostos, incluindo um sem tubo superior na caixa.

Os avisos padrão também estão presentes na página (protótipos em exposição, ainda não está disponível etc.), então, ainda não há nenhuma garantia de que os modelos irão ser comercializados.

Também não há especificações sobre performance concretas além do "pedal-assist" e nada foi dito a respeito de preços.

Mas voltando: existe uma tendência de tentar fazer as ebikes parecidas com as bicicletas tradicionais, mas a Harley decidiu não seguir este caminho.



6 a 19 de Setembro

Ciclo de conferências do sector de petróleo e gás

Decorre nas cidades de Houston, Londres e Dubai um ciclo de conferências para licitar blocos no Namibe e Benguela.

8 a 11 de Setembro

Fórum internacional agronegócio e Ecoturismo

Angola vai participar no evento que vai decorrer na Cidade do Cabo, África do Sul, para mostrar o seu potencial.

9 a 12 de Setembro

Seminário sobre oportunidade de negócio

Empresários angolanos e sul-africanos vão participar em Luanda, num seminário com o objectivo de abordar aspectos ligados ao investimentos.

25 a 28 de Setembro

1ª edição da cidade do empreendedor

A Eventos Arena vai realizar na Baía de Luanda a edição deste ano da feira do empreendedores.

8 a 30 de Outubro

Africa Market Expo 2019

Empresários nacionais vão participar no evento, focado em conectar empresas do continente para os Emiratos Árabes Unidos.

BREVES

NAMIBE

Provincia ganha 10 novos autocarros

Dez novos autocarros, com 64 lugares cada, adquiridos pelo Ministério dos Transportes foram entregues, quarta-feira, na cidade de Moçâmedes, ao Governo Provincial do Namibe, para reforçar a frota de transportes públicos na circunscrição.

CUANZA SUL

Camponeses ganham mais de 5 mil toneladas de fertilizantes

Cinco mil e 200 toneladas de fertilizantes estão disponíveis pelo IDA, no Cuanza Sul, para apoiar os camponeses na campanha agrícola 2019/2020, que pode arrancar este mês de Setembro, em Angola.

CUANZA NORTE

Cervejeira EKA baixa produção

A EKA, situada no município de Cambambe, regista actualmente uma baixa de 40 por cento nos níveis de produção, em consequência da desactivação, em Junho último, da sua primeira linha de enchimento devido ao estado obsoleto do equipamento.

HUÍLA

Provincia ganha novas firmas

Trinta e oito novas indústrias do ramo da panificação, transformação de madeiras, blocos de cimento, derivados de carne e metalúrgica abriram no período de 2017 ao primeiro semestre deste ano na provincia da Huíla.

Economia contraiu no 1º semestre



Indústria Transformadora contribuiu no fraco desempenho do referido período

A economia angolana voltou a contrair-se no primeiro trimestre de 2019, cerca de 0,4 por cento, em termos homólogos. Esta foi uma das conclusões do Relatório do 1º semestre, publicado recentemente pelo Gabinete de Estudos e Estratégia da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), retomado na página de internet do Ministério das Finanças.

O documento faz uma incursão aos mercados e também sobre a macroeconomia.

Segundo se lê, a variação é atribuída, fundamentalmente, às actividades de Comércio (-3,2%), financeiras (-4,8%), Indústria Transformadora (-6,5%), Telecomunicações (-6,8%), e Petróleo (-6,9%). Entretanto, com as reformas económicas em curso desde o início de 2019, já se verificam melhorias na economia nacional permitindo um decréscimo da economia cada vez menor.

Quanto ao nível geral de preços, o relatório espelha que a tendência tem sido decrescente ao longo do semestre e que no final do período em análise o valor fixou-se em cerca de 16,94 por cento, em termos homólogos.

Com o decréscimo registado no final do semestre, a taxa de inflação foi 2,58 p.p. inferior à taxa observada no final do período homólogo em 2018, e 1,66 p.p. inferior à taxa observada no final do semestre anterior. Deste modo, a taxa de inflação mantém-se acima da meta estabelecida para 2019 (15%).

No domínio da Política Monetária, o período em análise ficou fundamentalmente marcado pela redução da Taxa BNA em 0,25 p.p. (ao passar de 15,75% para 15,5%) e pela decisão do Comité de Política Monetária (CPM) do BNA de manter a Taxa de Juros da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 0,0 por cento.

Falta de recursos impede conversão de centrais térmicas

O secretário de Estado da Energia, António Belsa da Costa, disse, quarta-feira última, em Cabinda, que a falta de recursos financeiros está a impedir a conclusão do projecto de conversão das centrais térmicas a gásóleo para o sistema a gás, no quadro das estratégias de consumo desta fonte energé-

tica produzida pela Angola LNG.

“O sector está a trabalhar para que os engenheiros venham a funcionar no sistema híbrido gásóleo e gás, com prioridade para o gás, mas as dificuldades financeiras travam o avanço do projecto que conta com o Ministério dos Recursos Minerais e

Petróleos, com vista a reconversão de todas as máquinas do país a trabalharem com o sistema a gás”, afirmou António Belsa da Costa.

António da Costa esteve em Cabinda, onde avaliou, durante dois dias, o estado funcional do sector, justificou a necessidade da referida substituição devido aos elevados custos para a importação do gásóleo, que alimenta as centrais térmicas em funcionamento em várias regiões do país.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL), de acordo com o referido relatório, apresentaram uma trajectória decrescente ao longo do semestre em análise, situando-se em usd 10,2 mil milhões no final de Junho, o que representa uma variação negativa de cerca de 3,8 por cento face ao valor observado no final do semestre anterior (usd 10,6 mil milhões).

No Mercado Cambial, durante o primeiro semestre de 2019, a moeda nacional depreciou-se face ao dólar em cerca de 9,98 por cento, enquanto o Mercado Interbancário angolano registou, em igual período, uma taxa de juros a 1 dia (Luibor overnight) de 14,91, representando uma variação negativa na ordem dos 10,99.

Segundo o mesmo estudo, o Mercado de Dívida Pública verificou, no período, uma diminuição na emissão em torno de 25,92 por cento, face ao verificado no segundo semestre de 2018. De acordo com os dados divulgados pela UGD, no período em análise, o valor da emissão de Títulos do Tesouro situou-se em torno de 503,01 mil milhões de dólares. Deste valor, 364,58 mil milhões correspondem a Bilhetes do Tesouro (BT) e 138,42 mil milhões a Obrigações de Tesouro (OT).

Durante o primeiro semestre, as commodities analisadas apresentaram um desempenho positivo. O Brent, referência das exportações angolanas, registou uma variação positiva de 23,70 por cento, fixando-se em usd 66,55/barril no final do período em análise.



Ministro sul-africano dos Recursos Minerais e Energia, Gwede Mathashe

África do Sul quer petróleo e gás angolano

Gwede Mathashe garantiu que o seu país prepara-se para negociar com Angola esse forte interesse.

O ministro sul-africano dos Recursos Minerais e Energia, Gwede Mathashe, afirmou que o seu país vai enviar, dentro de dias, uma missão intergovernamental a Angola, para reunir com o ministro angolano do sector dos Recursos Minerais e Petróleos, no quadro do interesse que a África do Sul tem pelo petróleo e gás.

Essa intenção foi manifesta pelo ministro Gwede Mathashe ao secretário de Estado para Geologia e Minas, Jânio Corrêa Victor, à margem da Conferência Africa Down Under, que decorre desde quarta-feira, em Perth, Austrália, e que junta entidades mineradoras africanas e australianas.

Gwede Mathashe deve aprofundar com o ministro angolano dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino Azevedo, este assunto e “ver se Angola passa a fornecer Petróleo e Gás à África do Sul”, ressaltou o ministro sul-africano.

DOMINGOS CADÊNCIA | EDIÇÕES NOVEMBRO



Secretário de Estado, António Belsa